



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Câmpus de Marília

FREDERICO DI PALMA XAVIER AGUIAR

**FUTEBOL E REFUGIADOS: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE O ESPORTE
ENQUANTO MEIO PARA A INCLUSÃO SOCIAL**

Marília
2023

FREDERICO DI PALMA XAVIER AGUIAR

**FUTEBOL E REFUGIADOS: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE O ESPORTE
ENQUANTO MEIO PARA A INCLUSÃO SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília.

Orientador: Prof. Dr. José Geraldo Alberto Bertoncini Poker

Marília
2023

A282f Aguiar, Frederico Di Palma Xavier
Futebol e refugiados: uma investigação sobre o esporte enquanto meio para a inclusão social / Frederico Di Palma Xavier Aguiar. -- Marília, 2023
120 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientador: José Geraldo Alberto Bertoncini Poker

1. Migração de povos. 2. Refugiados. 3. Futebol. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

FREDERICO DI PALMA XAVIER AGUIAR

**FUTEBOL E REFUGIADOS: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE O
ESPORTE ENQUANTO MEIO PARA A INCLUSÃO SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais

Linha de pesquisa: Pensamento Social, Educação e Políticas Públicas

Banca Examinadora

Prof. Dr. José Geraldo Alberto Bertoncini Poker
UNESP – Câmpus de Marília
Orientador

Prof. Dr. Aluísio Almeida Schumacher
UNESP – Câmpus de Marília
Examinador

Prof. Dr. Roberto Rodolfo Georg Uebel
ESPM – Escola Superior de Propaganda e Marketing
Examinador

Marília, 29 de Setembro de 2023

Ao meu irmão e referência de pessoa e profissional, Luciano.
Obrigado por todo o aprendizado. Seu legado será eterno.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, aos meus pais que se mantiveram ao meu lado durante o início ao fim do mestrado e que demonstraram – mesmo nos momentos mais difíceis – que tanto compreendem quanto respeitam os desafios e a responsabilidade do ofício da pesquisa.

Ao meu orientador por ter confiado na minha capacidade intelectual e na exequibilidade da proposta. Bem como – ademais das oportunidades extracurriculares de desenvolvimento profissional por ele oferecidas – pelo carinho, zelo e paciência manifestados no decorrer de todo o processo de escrita desta dissertação.

Às amigadas de longa data e aos colegas de pesquisa que tive a prazer de conhecer durante esses dois anos e meio que, de uma forma ou de outra, me ensinaram – principalmente – a acreditar mais em mim mesmo e a respeitar os meus limites pessoais em prol da minha saúde física e mental.

Aos professores que, gentilmente, aceitaram compor as bancas de qualificação e de defesa desta dissertação por toda a atenção dada ao trabalho, pela sensibilidade no trato pessoal e, sobremaneira, pelos apontamentos críticos que reverberaram em preciosos ensinamentos de pesquisa para muito além destas ocasiões.

Às minhas psicóloga e psiquiatra pelos espaços genuínos de acolhimento e por terem me auxiliado a seguir em frente apesar do período pandêmico (e de suas mazelas), das perdas afetivas, dos episódios de bloqueios criativos e das inúmeras incertezas que fazem parte do processo de fazer pesquisa.

Atesto – e, assim, também agradeço – por fim, que o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

“Sociólogo no Brasil que não tiver os fundilhos das calças puídas pelas arquibancadas não entenderá este país.”

Gabriel Cohn (*apud* Kfourri, 2006, n.p.).

RESUMO

Os fluxos de refugiados, que passam a ganhar maior visibilidade no sistema internacional a partir das consequências geradas pelas duas Grandes Guerras, intensificaram-se e complexificaram-se no decorrer dos séculos XX e XXI. Na contemporaneidade, essa realidade global tem permeado cada vez mais o debate geopolítico internacional de modo que, na busca por respostas humanitárias à vulnerabilidade social dessas populações, tem-se demandado a união de esforços multidisciplinares. Para além das responsabilidades em nível e poderio ferramental dos entes estatais, nota-se, academicamente, que há relevante protagonismo internacional da sociedade civil na concatenação de iniciativas com vistas à inclusão de refugiados nas sociedades receptoras sob os mais diferentes meios e práticas socioculturais – dentre tais, a atividade esportiva. Por conseguinte, esta dissertação tem por objetivo prover uma avaliação revisional em termos de avanços e limitações da prática do esporte mais popular do planeta, o futebol, enquanto intento da sociedade civil no tocante à inclusão social de refugiados. Especificamente, a partir da delimitação das principais publicações produzidas sobre programas sociais que fomentam e dinamizam a prática do futebol recreativo para com a população refugiada, quer-se realizar uma pioneira descrição sistemática das principais descobertas registradas, seguida de uma crítica avaliação sociológica visando auxiliar a consolidação de elementos teóricos relevantes para a incipiente literatura existente sobre o tema, bem como suscitar questionamentos que direcionem olhares para novas investigações. Frente a um método de natureza qualitativa com fins exploratório e explicativo, metodologicamente, as principais bases teóricas que orientam a perspectiva sociológica sobre refugiados delineiam-se a partir da problemática goffmaniana do estigma articulada ao desígnio intersubjetivo de luta por reconhecimento honnethiano e, acerca do futebol, assente a contribuições da Sociologia do Esporte, com foco para a sua atividade recreativa. Em detrimento da ansiedade social que desumaniza o diferente, na medida em que, por inclusão, entende-se a habilitação à plena sociabilidade, a presente revisão de literatura demonstrou que o futebol, enquanto um elemento que encontra importante correspondência sociocultural, uma vez que tenha a sua prática recreativa orientada por uma organização coletiva engajada com propósitos multiétnicos e capaz de gerar um ambiente internacional seguro e confortável para a livre expressão e participação, pode materializar um espaço para o desenvolvimento da estima social e oportunizar a criação de vínculos que sobrepujam a atividade, viabilizando a experimentação da sociabilidade no nível da ocupação de espaços dantes desconhecidos e possivelmente inacessíveis da vida cotidiana e na formação de redes comunitárias que auxiliam o ingresso laboral de refugiados. Entretanto, os resultados da investigação também salientam especificidades contextuais, alertam para a existência de lacunas amostrais e carências observacionais nos respectivos trabalhos mediante aspectos etários e de gênero na relação da população refugiada com a prática futebolística e confluem para a necessidade de cuidados com generalizações que atribuem à atividade esportiva a capacidade per si de prover inclusão social.

Palavras-chave: Estigma. Pertencimento. Inclusão social de refugiados. Sociologia do Esporte. Futebol recreativo.

ABSTRACT

The refugee flows, which began to gain greater visibility in the international system following the consequences generated by the two World Wars, intensified and became more complex over the course of the 20th and 21st centuries. In contemporary times, this global reality has increasingly permeated the international geopolitical debate so that, in the search for humanitarian responses to the social vulnerability of these populations, the union of multidisciplinary efforts has increasingly been demanded. In addition to the responsibilities at the level and tool power of the state entities, it is noted, academically, that there is a relevant international role played by civil society in the concatenation of initiatives aimed at the inclusion of refugees in receiving societies under the most different means and sociocultural practices – among such as sporting activity. Therefore, this master dissertation aims to provide a revisionary assessment in terms of the benefits and limitations of the practice of the most popular sport on the planet, football, as an attempt by civil society regarding the social inclusion of refugees. Specifically, based on the delimitation of the main publications produced on social programs that encourage and dynamize the practice of recreational football among the refugee population, it is proposed to carry out a pioneering systematic description of the main findings recorded, followed by a critical sociological evaluation aiming to assist the consolidation of theoretical elements relevant to the incipient existing literature on the topic, as well as raising questions that direct views towards new investigations. Faced with a method of a qualitative nature with exploratory and explanatory purposes, methodologically, the main theoretical bases that guide the sociological perspective on refugees are outlined from the Goffmanian problem of stigma articulated with the intersubjective aim of fighting for Honnethian recognition and, regarding football, based on contributions from the Sociology of Sport, with a focus on its recreational activity. To the detriment of the social anxiety that dehumanizes those identified as different, insofar as, by inclusion, it is understood the qualification for full sociability, this literature review demonstrated that football, as an element that finds important sociocultural correspondence, since it has its recreational practice guided by a collective organization committed to multi-ethnic purposes and capable of generate a safe and comfortable international environment for free expression and participation, can materialize a space for the development of social esteem and provide opportunities for the creation of bonds that surpass activity, enabling the experimentation of sociability at the level of occupying previously unknown and possibly inaccessible spaces in everyday life and in the formation of community networks that help refugees enter the labor market. However, the results of the investigation also highlight contextual specificities, alert to the existence of sampling gaps and observational deficiencies in the respective works based on age and gender aspects in the relationship between the refugee population and football practice and converge on the need to be careful with generalizations that attribute to sporting activity the ability per se to provide social inclusion.

Keywords: Stigma. Belonging. Social inclusion of refugees. Sociology of Sport. Recreational football.

RESUMEN

Los flujos de refugiados, que comenzaron a ganar mayor visibilidad en el sistema internacional tras las consecuencias generadas por las dos Guerras Mundiales, se intensificaron y complejizaron a lo largo de los siglos XX y XXI. En la época contemporánea, esta realidad global ha permeado cada vez más el debate geopolítico internacional de modo que, en la búsqueda de respuestas humanitarias a la vulnerabilidad social de estas poblaciones, se ha demandado la unión de esfuerzos multidisciplinarios. Además de las responsabilidades a nivel y herramienta de poder de las entidades estatales, se advierte, académicamente, que existe un relevante papel internacional desempeñado por la sociedad civil en la concatenación de iniciativas encaminadas a la inclusión de los refugiados en las sociedades receptoras bajo los más diferentes medios y prácticas socioculturales – entre ellos la actividad deportiva. Por ello, esta tesis de posgrado pretende ofrecer una valoración revisada en cuanto a los beneficios y limitaciones de la práctica del deporte más popular del planeta, el fútbol, como intento de la sociedad civil en torno a la inclusión social de los refugiados. En concreto, a partir de la delimitación de las principales publicaciones producidas sobre programas sociales que fomentan y dinamizan la práctica del fútbol recreativo entre la población refugiada, se propone realizar una descripción sistemática pionera de los principales hallazgos registrados, seguida de una evaluación sociológica crítica con el objetivo de contribuir a la consolidación de elementos teóricos relevantes a la incipiente literatura existente sobre el tema, así como plantear interrogantes que orienten las miradas hacia nuevas investigaciones. Frente a un método de carácter cualitativo con fines exploratorios y explicativos, metodológicamente se esbozan las principales bases teóricas que orientan la perspectiva sociológica sobre los refugiados a partir del problema goffmaniano del estigma articulado con el objetivo intersubjetivo de la lucha por el reconocimiento honnethiano y, en lo que respecta al fútbol, a partir de aportes de la Sociología del Deporte, con enfoque en su actividad recreativa. En detrimento de la ansiedad social que deshumaniza al diferente, en la medida en que por inclusión entendemos la calificación para la sociabilidad plena, esta revisión de la literatura demostró que el fútbol, como elemento que encuentra importantes correspondencias socioculturales, en caso de que tengas su práctica recreativa guiada por una organización colectiva comprometida con propósitos multiétnicos y capaz de generar un ambiente internacional seguro y confortable para la libre expresión y participación, puede materializar un espacio para el desarrollo de la estima social y brindar oportunidades para la creación de vínculos que superen la actividad, permitiendo la experimentación de la sociabilidad al nivel de la ocupación de espacios previamente desconocidos y posiblemente inaccesibles en la vida cotidiana y en la formación de redes comunitarias que ayuden a los refugiados a ingresar a la fuerza laboral. Sin embargo, los resultados de la investigación también resaltan especificidades contextuales, alertan sobre la existencia de lagunas muestrales y deficiencias observacionales en los respectivos trabajos en función de aspectos etarios y de género en la relación entre la población refugiada y la práctica del fútbol y convergen en la necesidad de tener cuidado con generalizaciones que atribuyen a la actividad deportiva la capacidad per se proporcionar inclusión social.

Palabras-claves: Estigma. Pertenencia. Inclusión social de los refugiados. Sociología del Deporte. Fútbol recreativo.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
ASRC	Asylum Seeker Resource Centre
CEDERI	Centro de Desenvolvimento de Esportes e Relações Internacionais
FIFA	Federação Internacional de Futebol Associado
FURD	Football Unites, Racism Divides
ONU	Organização das Nações Unidas
UEFA	União das Federações Europeias de Futebol
UGFC	United Glasgow Football Club

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. JUSTIFICATIVA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS GERAIS	17
2.1. Justificativa	17
2.2. Procedimentos metodológicos.....	18
3. DESLOCAMENTO FORÇADO, REFUGIADOS E LUTA POR RECONHECIMENTO	20
3.1. A longevidade da problemática dos refugiados: breve contextualização histórica ...	20
3.2. Delimitação terminológica: debate conceitual e definição léxica	23
3.3. Recorte temático e orientação teórica: reconhecimento e estigma	26
4. ESPORTE E SOCIOLOGIA: UM DIÁLOGO EPISTEMOLÓGICO.....	33
4.1. Estudos do futebol nas Ciências Humanas: um objeto multifacetado.....	33
4.2. Sociologia do Esporte e futebol: panorama internacional e doméstico da área	37
5. FUTEBOL, MULTICULTURALIDADE E REFUGIADOS	44
5.1. Delimitação terminológica: conceituações de Ronaldo Helal (1990) e contemporaneização vocabular	44
5.2. A Copa do Mundo e o impasse entre inclusão e alto rendimento	46
5.3. A prática recreativa do futebol: um caminho aberto à investigação	54
6. FUTEBOL RECREATIVO E INCLUSÃO DE REFUGIADOS: UMA REVISÃO NARRATIVA DE LITERATURA	59
6.1. Procedimentos metodológicos específicos.....	59
6.1.1. Estudo exploratório	59
6.1.2. Breve descrição acadêmica dos autores selecionados	60
6.1.3. Origens de publicação e nexos suplementar com o alto rendimento	62
6.2. Stone (2013) – Uma noção compartilhada de pertencimento?	63
6.3. Booth, Easton-Calabria, Kühn e Cuisimano (2014) – <i>United Glasgow Football Club</i>	68
6.4. McDonald, Dukic e Spaaij (2018) – Momentos de inclusão social	75

7. LIMITES E POSSIBILIDADES INCLUSIVOS DA PRÁTICA RECREATIVA DE FUTEBOL	84
7.1. Resgate e interconexão teórico-metodológicos.....	84
7.2. Análise das descrições bibliográficas: avanços e limitações	91
7.2.1. O sentimento compartilhado de pertencimento	92
7.2.2. A expansão de conexões para além da atividade futebolística.....	94
7.2.3. Limitações atreladas a contextos internos e externos.....	96
7.3. Encaminhamentos para novos trabalhos e a margem investigativa brasileira	98
7.3.1. Síntese conclusiva e sugestões postumeiras	98
7.3.2. O Brasil e a Copa de Refugiados e Imigrantes.....	100
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
REFERÊNCIAS	107

1. INTRODUÇÃO

A questão dos refugiados, apesar de secular, somente torna-se tema de preocupação do sistema internacional no decorrer do século XX. Quando a eclosão de fluxos de pessoas que são forçadas a se deslocar de suas localidades de origem passa a ser tamanha que se torna impossível de ser ignorada pelos grandes Estados, inicia-se uma mobilização por uma articulação jurídica internacional que as ampare e, sobretudo, preserve a ordem e a segurança doméstica dos países receptores (JUBILUT, 2007).

Por um bom tempo entendida como uma questão que se findaria em algum momento, bastou o desastre humanitário de dois conflitos mundiais – que reverberaram, como consequência, em fluxos de quase cinquenta milhões de indivíduos (HOBSBAWM, 1995) – para que a comunidade internacional finalmente sistematizasse códigos de proteção. Todavia, ao passo que os conflitos internacionais se seguiam sob novas roupagens e rearranjos de poder, o deslocamento forçado tanto se intensificou quanto se complexificou; algo que não fora acompanhado pelas diretrizes jurídicas do pós-guerra – que se demonstraram inertes e anacrônicas aos contextos subsequentes (BAGGIO; SARTORETTO, 2018).

Deslocados – por variadas e penosas razões¹ – de forma não voluntária, tais sujeitos são socialmente apercebidos com estranhamento pelos residentes das sociedades receptoras. Neste contexto, muitos Estados – que assumiram o compromisso internacional de respaldá-los – utilizam dessa ansiedade social como retórica para personificar no recém-chegado a razão de suas incapacidades de solucionar problemas que são de ordem sistêmica; fomentando ainda mais uma noção social de desumanização e de inabilitação para a totalidade da vida coletiva (BAUMAN, 2017; GOFFMAN, 1988).

Não obstante, ainda que o aparato normativo seja relevante e imprescindível para que o ente estatal – dotado de soberania e inigualável capacidade mobilizadora – resguarde direitos, faz-se necessária, *pari passu*, uma consciência solidária e lúcida em favor do reconhecimento do outro, tendo em vista a efetivação transindividual do bem-estar social (HONNETH, 2003). Neste sentido, à luz de registros da realidade concreta, nota-se que os esforços práticos de inserção dos refugiados nas sociedades receptoras – dada a omissão institucional pública – têm protagonismo na articulação coletiva da sociedade civil. Dentre tais, além da assistência em âmbito jurídico e médico, esses esforços também são materializados pela sociedade civil

¹Vide fundados temores de perseguição em razão de raça, religião, nacionalidade, grupo social, opinião política, violação de direitos humanos e conflitos armados (ACNUR, 2023). Bem como por conta de significativas alterações climáticas (RAIOL, 2010) e pela inviabilidade de subsistência em suas localidades originárias (CUNHA, 2008).

organizada através de diferentes práticas que compõem a vida sociocultural – vide a arte, a religião e o esporte (PASSOS; JABORANDY; DUARTE JÚNIOR, 2019; CANALES; MARTÍNEZ PIZARRO; REBOIRAS, 2013).

Nesse esteio, é notório e academicamente assinalado que, dentre os mais diversos fenômenos que reverberam em significativo impacto no seio sociocultural em nível global, sobretudo na contemporaneidade, a prática esportiva – e mais especificamente – do futebol, o esporte mais popular do mundo (STOLEN *et al.*, 2005), plenamente difundido além mares, denota um substantivo envolvimento interpessoal que ultrapassa barreiras etárias, sociais e culturais (SAGE, 2016).

Em nível epistemológico, embora ainda não ocupe a prateleira dos temas mais estudados nas Ciências Humanas brasileiras, percebe-se que há margem literária para se averiguar que, sobretudo a partir da década de 1990, o estudo do futebol como objeto de pesquisa tem crescido dado o entendimento cada vez mais claro do seu potencial para a compreensão e articulação de problemas de ordem política, econômica, identitária, cultural etc. (GIULIANOTTI; ROBERTSON, 2007; DA SILVA *et al.*, 2009; GIGLIO; SPAGGIARI, 2010).

Com bases conceituais pavimentadas pela Sociologia do Esporte mundo afora há décadas, percebe-se elementar que, principalmente a partir de articulações multidisciplinares, o multifacetado objeto futebolístico vincula-se às mais variadas temáticas. Na literatura brasileira – principalmente com os esforços de Ronaldo Helal (1990) –, a Sociologia do Esporte afirma-se como um *locus* de compreensão social e de luta por sociedades mais democráticas e inclusivas (LEME, 2021).

E à medida que o futebol ocupa os mais diversos espaços do planeta, sua manifestação normativa e, sobretudo, espetacularizada acaba por ser impactada pela historiografia global sob diferentes aspectos; dentre tais, os fluxos de deslocamentos. Fato esse que é mais facilmente atestado a partir do leque multicultural observado em grandes competições de ordem internacional – vide a Copa do Mundo. De modo que, como nunca na história, a última edição deste torneio contou com duzentos e trinta e oito atletas migrantes ou que descendem de migrantes, bem como um inédito número de jogadores com histórico pessoal enquanto refugiados (FREITAS, 2022).

Ao passo que às celebridades esportivas é dotado o *status* heroicizado e de referência internacional devido ao apelo extremamente popular do esporte (HELAL, 1999; KELLNER, 2006; SUPPO, 2012), percebe-se um crescente interesse de organizações e agências internacionais – vide o Alto Comissariado da Organização das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) – em realizar e/ou respaldar mobilizações ao redor do mundo – através de parcerias

com jogadores, grandes clubes e Federações – visando o combate a preconceitos, bem como a proteção e a inclusão de refugiados por meio do futebol (SADECKY, 2023).

Todavia, à despeito da retórica utilizada pela agência ao entender o futebol, nesse diapasão, como um potencial para promover integração desses indivíduos – que ganha, de certa forma, respaldo em parte da literatura (RAMASUBRAMANIAN, 2015; ALRABABA’H *et al.*, 2021) –, o próprio meio futebolístico em convergência com perspectivas mais críticas advindas da academia social esportiva afirmam, com veemência, as limitações do futebol de alto rendimento – associado diretamente à busca pela performance num meandro competitivo – frente a intentos socialmente inclusivos (BRACHT, 2005; CASTILHO, 2021; STANLEY-BECKER, 2018).

Não obstante, para além do alto rendimento esportivo, a prática futebolística enquanto atividade de lazer – ou seja, coletivizada com viés recreativo visando à interação social (BUENO, 2008) – manifesta-se, na sociedade moderna, como relevante ao aspecto educativo; na medida em que fomenta valores fraternos, cooperativos e multiculturais em contraponto a princípios individualistas, sentimentos segregadores, hostilidades e intolerâncias para com as diferenças socioculturais e econômicas (RODRIGUES, 2015).

No meandro multicultural, por conseguinte, atores institucionais domésticos e internacionais têm se atentado cada vez mais ao esporte e à atividade física como meio e contexto para o bem-estar e a inserção social de migrantes e refugiados (SPAAIJ *et al.*, 2019). E quanto à especificidade dos últimos, conforme relatórios produzidos pelo próprio ACNUR, a participação de refugiados em programas esportivos é salutar ao desenvolvimento do sentimento de pertença, reverberando em impactos profícuos no âmbito familiar e no seio da comunidade local (UNHCR, 2018).

Epistemologicamente, há incipiente margem literária para se pensar na mesma direção. Os levantamentos bibliográficos mais atuais e consistentes (FIRE, 2019; SPAAIJ *et al.*, 2019) sinalizam – a partir de estudos de caso sobre programas e experiências esportivas realizadas com refugiados em diversas localidades – sinais positivos da prática do esporte recreativo no tocante à inclusão social desses indivíduos nas sociedades receptoras (STONE, 2013; BOOTH *et al.*, 2014; MCDONALD; DUKIC; SPAAIJ, 2018).

Dentre as constatações auferidas, nota-se convergência literária sobre o entendimento do exercício recreativo do lazer mediante o esporte como um importante espaço de estabelecimento de conexões sociais – e, como consequência, um ecossistema de apoio e trocas para além do âmbito da atividade em si (SPAAIJ *et al.*, 2019). Como denota Spaaaj *et al.* (2019, p. 10, tradução nossa), “a participação esportiva é descrita como um processo para facilitar a

inclusão, bem como para conectar refugiados a outras pessoas com experiências compartilhadas.”.

Logo, a partir de atividades que surgem e são desenvolvidas no âmbito civil – vide o entorno de coletivos organizados – com objetivos recreativos e vieses inclusivos, abre-se margem e faz-se coro – por parte da literatura existente – a investigações pormenorizadas que podem, sob novos olhares e perspectivas teórico-conceituais, verificar limites e avanços no que tange ao esporte proporcionar interconexões multiculturais comunitárias que ressignifiquem estereótipos e fomentem o entendimento de aptidão à sociabilidade plena.

Isto posto, dadas a incipiência investigativa da área e a inexistência de trabalhos sobre o tema na academia brasileira e latino-americana (GIGLIO; SPAGGIARI, 2010; SPAAIJ *et al.*, 2019), a presente dissertação tem por objetivo realizar uma revisão narrativa de literatura acerca do que indicam os principais trabalhos publicados em torno de experiências práticas atinentes ao jogo de futebol recreativo no estio de refugiados.

Quer-se, por conseguinte, identificar os principais pontos assinalados pelas literaturas perscrutadas – a partir de um viés sociológico, respaldado pelo cabedal teórico-metodológico abalizado, mais especificamente de Erving Goffman (1988) e Axel Honneth (2003) – e realizar uma avaliação em torno de limites e avanços inclusivos do futebol recreativo para com essas populações que possam tanto auxiliar a consolidar elementos teóricos relevantes para a incipiente literatura existente, quanto alertar e prover questionamentos que auxiliem uma compreensão mais sólida da questão e direcionem olhares para novas investigações.

Em outras palavras, tendo-se em vista: a condição de vulnerabilidade social do refugiado nas sociedades receptoras, a partir, mais especificamente, da perspectiva de um contexto de ansiedade gerado no seio social mediante o contato estranhado com a diferença (BAUMAN, 2017) – que reverbera, conforme Goffman (1988), na estigmatização destes como inaptos à sociabilidade plena; e com base em um olhar transindividual – para além do papel do Estado – visando a formação de uma consciência solidária direcionada ao reconhecimento do outro (HONNETH, 2003).

Para atingir tal objetivo de modo qualitativo, antes da descrição e da análise dos trabalhos delimitados sob a particularidade da prática recreativa do futebol, entende-se necessário fragmentar a proposta em dois eixos principais – refugiados e futebol – de modo a perscrutá-las, individualmente, assinalando suas pluralidades categóricas e epistemológicas e recortá-las com delimitações léxicas e aportes referenciais específicos que orientem a sua posterior interconexão – no caso, a partir do nexo da multiculturalidade.

Estruturalmente, por conseguinte, a presente dissertação configura-se em cinco

capítulos – numericamente assinalados a partir do item 3 até o item 7 –, de modo que, manifestasse, de antemão, que visando orientar o interlocutor com proficuidade, na introdução de cada capítulo, há sínteses descritivas do que será desenvolvido, bem como o registro dos aportes referenciais respectivamente assumidos.

2. JUSTIFICATIVA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS GERAIS

2.1. Justificativa

Preliminarmente, afirma-se que, embora – mesmo distante do *mainstream*² teórico – haja uma cultura acadêmica assente ao vínculo da migração e do esporte de modo amplo – com maior foco na faceta esportiva associada ao alto rendimento (SPAAIJ *et al.*, 2019) –, ressalta-se que o objetivo de pesquisa aqui proposto dota-se de ineditismo nas academias brasileira e latino-americana de Ciências Sociais (DA SILVA, 2009; GIGLIO; SPAGGIARI, 2010; SPAAIJ *et al.*, 2019).

É salutar que a categoria dos refugiados, em um contexto de globalização – dados aspectos como a diminuição das distâncias e o fato de que acontecimentos locais são consequência de eventos ocorridos em localidades longínquas e vice-versa (SOUZA *et al.*, 2011) –, tem sido cada vez mais a ordem do dia em termos geopolíticos. Sobre tudo em torno de debates em busca de soluções para melhor lidar com esta realidade global humanitária (BAUMAN, 2017). *Pari passu*, entende-se que pensar na população refugiada mediante os recortes do reconhecimento (HONNETH, 2003) e do estigma (GOFFMAN, 1988) apresentam-se relevantes no tocante à perspectiva de barreiras impostas à sociabilidade plena – e, nesse sentido, à inclusão.

Nota-se, como introduzido, que há margem bibliográfica para se analisar o futebol em torno dos vínculos que são criados no relacionamento social com o mesmo (HELAL, 1990; 1999). Tendo em vista a sua popularidade global (STOLEN *et al.*, 2005) e a sua conexão multicultural tanto no seu escopo espetacularizado (ALRABABAH, 2019; KELLNER, 2006; SUPPO, 2012), como em torno da sua prática atrelada à recreação (STONE, 2013; BOOTH *et al.*, 2014; MCDONALD; DUKIC; SPAAIJ, 2018).

E ao passo que ao alto rendimento incorrem – conforme a literatura (BRACHT, 2005) e o próprio entorno futebolístico (STANLEY-BECKER, 2018) – contradições para se vislumbrar a inclusão social, entende-se que organizar e escrutinar os elementos advindos da incipiente literatura que se debruça sobre a prática do futebol recreativo no entorno de refugiados seja relevante mediante este propósito humanitário, tanto no âmbito de contribuição epistemológica ao campo de pesquisa em Ciências Sociais³, quanto para prover indicações e sugestões críticas no que se refere a novos trabalhos de campo na área e ao âmbito de práticas

²Entende-se: atinente às temáticas clássicas e preocupações acadêmicas mais convencionais da área.

³E para acrescer em contribuições na paróquia acadêmica do próprio Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unesp de Marília.

e esforços de inclusão dessas populações mediante atividades recreativas.

2.2. Procedimentos metodológicos

Em relação à pormenorização dos procedimentos metodológicos empregados, faz-se necessário dividi-los em dois pilares: o debate teórico-conceitual e a seleção e descrição específica dos documentos atinentes às experiências práticas do jogo recreativo de futebol realizadas no esteio de refugiados.

No tocante a este último, afirma-se que o conceito de revisão narrativa, bem como a descrição do estado da arte, do processo de pesquisa em base de dados, leitura exploratória, organização de conteúdo, avaliação consecutiva e seleção de materiais – com base no cruzamento de dados atinentes aos levantamentos mais atuais e em filtros estabelecidos – serão minuciosamente delimitados na introdução do quarto capítulo⁴, em um tópico específico.

Já no tocante à revisão bibliográfica que denota o debate teórico, aponta-se que, antes da sua execução, fora realizada uma “ante pesquisa” (QUEIROZ, 1988, p. 48) visando uma indagação crítica no tocante a bibliografias existentes frente a articulação entre refugiados, esporte e inclusão para identificar “o lugar que os resultados eventuais de uma pesquisa viriam a ocupar em seu conjunto.”.

Ademais, tomou-se o cuidado para que a articulação referencial no entorno de cada tema – e entre estes – não incorresse na patologia metodológica do “ecletismo”⁵ (OLIVEIRA FILHO, 1995, p. 263). Para tal, fez-se questão de demonstrar, em alguns momentos, o nexos retórico entre os autores que compuseram cada um dos eixos desenvolvidos – seja no entorno do diálogo entre clássicos, seja em nível de contribuição de comentadores.

O processo de estudo exploratório foi desenvolvido da seguinte maneira: pesquisa em bases de dados⁶ referenciais e textuais nacionais e internacionais⁷ a partir de palavras-chave: “migração forçada”, “refugiado”, “estigma”, “inclusão social”, “pertencimento” – combinadas com as palavras-chave: “Sociologia do Esporte”, “esporte multicultural”, “futebol”, “atividade

⁴Numericamente descrito como item 6.

⁵Uma deficiência teórico-metodológica que confunde sistemas conceituais e categorias que possuem pontos divergentes entre si. Em outros termos: “o uso de conceitos fora dos seus respectivos esquemas conceituais e sistemas teóricos, alterando os seus significados.” (OLIVEIRA FILHO, 1995, p. 263).

⁶Tais como: Portal de Periódicos da Capes; Repositório Institucional Unesp; Scientific Electronic Library Online (SciELO); Academia.edu; Google Scholar; e a Biblioteca do Portal Ludopedio. Insigne afirmar que o trabalho de seleção de literatura também contou com a contribuição do intercâmbio de leituras e da troca de experiências de pesquisa com outros acadêmicos da temática migratória – mediante toda a sua complexidade e pluralidade. Outrossim, no esteio, mais especificamente, da Sociologia do Esporte, com relevante menção às iniciativas de cursos e esforços de acessibilidade acadêmica do Portal Ludopedio.

⁷Com a especificidade para materiais provenientes da língua inglesa, a qual o autor é fluente.

física”; leitura exploratória com atenção, sobretudo, aos resumos e referências bibliográficas; organização dos resultados, vide a catalogação de autores e datas de publicação – insígnias à sinalização referencial quando da produção de fichamentos subsequentes; e avaliação dos resultados.

Diante disso, a construção argumentativa deu-se em diálogo, sobretudo, com os seguintes autores:

- Primeiro capítulo, numericamente descrito como item 3: Liliana Jubilut (2007); Axel Honneth (2003;2006); Zygmunt Bauman (2017); e Erving Goffman (1988).
- Segundo capítulo, numericamente descrito como item 4: Ronaldo Helal (1990;1999), Roberto DaMatta (1982a); Norbert Elias e Eric Dunning (1992); Bernardo De Hollanda (2022); Sérgio Giglio e Enrico Spaggiari (2010); e Ana Letícia Ferreira (2009).
- Terceiro capítulo, numericamente descrito como item 5: Guilherme de Freitas (2017); Valter Bracht (2005); Hugo Suppo (2012); Douglas Kellner (2006); César Castilho (2021); Mariana Rodrigues (2015); Luciano Bueno (2008); e Ramón Spaaij (2019).
- Quarto capítulo, numericamente descrito como item 6: Chris Stone (2013); Olivia Booth, Evan Elise Easton-Calabria, Elisabeth Kühn e Salvator Cusimano (2014); e Brent McDonald, Darko Dukic e Ramón Spaaij (2018).
- Quinto capítulo, numericamente descrito como item 7: Erving Goffman (1988); Zygmunt Bauman (2017); Axel Honneth (2003); Aluisio Schumacher e Gabriel Salum (2017); Rute Oliveira Passos, Clara Cardoso Machado Jaborandy e Dimas Pereira Duarte Júnior (2019); João Pedro Gil (2011); Chris Stone (2013); Olivia Booth, Evan Elise Easton-Calabria, Elisabeth Kühn e Salvator Cusimano (2014); e Brent McDonald, Darko Dukic e Ramón Spaaij (2018).

Logo, a categorização metodológico-procedimental da escrita, em termos técnicos, ocorreu sob forma de um estudo analítico e crítico frente a um método de natureza qualitativa com fins exploratório e explicativo – a partir de análise bibliográfica (GIL, 1999).

3. DESLOCAMENTO FORÇADO, REFUGIADOS E LUTA POR RECONHECIMENTO

Assente ao delineamento preliminar, o presente capítulo tem por objetivo: em primeira instância, realizar uma breve contextualização histórico-jurídica sobre a problemática do refúgio ao longo dos séculos, visando atentar o interlocutor acerca de sua longevidade e relevância; para, em seguida, contemporaneizar a discussão, provendo elementos que atestem as escolhas vocabulares tomadas nesta pesquisa; e, por fim, desdobrar o arcabouço teórico mediante o recorte delimitado enquanto lupa analítica.

A configuração do debate debruçar-se-á referencialmente, com especial ênfase, sobre: Liliana Jubilut (2007); Axel Honneth (2003;2006); Zygmunt Bauman (2017); e Erving Goffman (1988).

3.1. A longevidade da problemática dos refugiados: breve contextualização histórica

Na consagrada obra “O Direito Internacional dos Refugiados e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro”, Liliana Lyra Jubilut (2007, p. 23) inaugura a sua contribuição teórica afirmando que o tema dos refugiados ou, em suas palavras, “de seres humanos que precisam buscar proteção em outro território que não o de sua origem ou residência habitual, em função de perseguições que sofrem”, é secular – mais especificamente, conforme registra, advindo do século XV. Momentos desde os judeus e muçulmanos relegados da Península Ibérica, passando pelos protestantes nos Países Baixos, os huguenotes em território francês, os puritanos na Inglaterra etc.

Não obstante, como delimita a autora, o respaldo em nível institucional a tais indivíduos manifesta-se apenas “na segunda década do século XX, quando a comunidade internacional se deparou com a fuga de milhões de russos de seu Estado, em função das alterações políticas que aí ocorriam.” (JUBILUT, 2007, p. 24). A partir deste momento, outros contingentes de pessoas perseguidas em seus respectivos Estados eclodiram.

Primeiramente de forma esporádica, algo que, por conseguinte, reverberou em um posicionamento internacional de modo a tratar a questão como “um problema pontual, que eventualmente findaria” (JUBILUT, 2007, p. 24); todavia, com um aumento consecutivo, a comunidade internacional – que se recusara à cogitar que se tratava de uma questão permanente –, ao menos nesse momento, “percebeu a necessidade de se criar regras para a proteção dessas pessoas, a fim de assegurar tanto o respeito a elas quanto a manutenção da segurança dos Estados que recebiam enormes levadas de refugiados todos os dias.” (JUBILUT, 2007, p. 24).

Entretanto, como a perspectiva internacional dominante acerca dos contingentes populacionais manteve-se pontual, conforme narra Jubilut (2007, p. 25), o movimento para o estabelecimento de órgãos que se ativessem a essa questão deu-se “para atender a um segmento específico dos refugiados (aquele que surgisse no momento)”, de modo que “apresentaram em seus estatutos a previsão do término de suas atividades.”.

Os desdobramentos históricos que se seguiram, contudo, negaram com veemência essa concepção de efemeridade do problema. Como aponta a autora, em diálogo com Eric Hobsbawm (1995), ao passo que a Primeira Grande Guerra produzira um fluxo entre quatro e cinco milhões de deslocados, “a Segunda Guerra Mundial produziu [...] 40,5 milhões.” (HOBBSAWM, 1995 *apud* JUBILUT, 2007, p. 25). Em vista desse cataclisma humanitário, em 1950, estabelece-se – sob a égide da recém-sucedida Organização das Nações Unidas (ONU) – o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)⁸, uma agência específica, no escopo da referida organização, para lidar com as questões relativas aos refugiados. E, nas palavras da autora:

O estabelecimento do ACNUR inaugurou uma nova fase na proteção internacional dos refugiados. Primeiramente, verificou-se a positivação internacional das fontes do Direito Internacional dos Refugiados, com a Convenção de 1951 Relativa ao Estatuto dos Refugiados e com o Protocolo de 1967 Relativo ao Estatuto dos Refugiados, o que contribuiu para o início efetivo da sistematização internacional de proteção. Em segundo lugar, houve uma alteração na qualificação do refúgio, visto que, até então, o reconhecimento do *status* de refugiado se dava tão somente a partir de critérios coletivos, ou seja, concedia-se a proteção para indivíduos que provassem ser membros de um determinado grupo perseguido, em função de sua nacionalidade ou etnia, por exemplo, não sendo necessária a comprovação da individualização da perseguição; e que, a partir de então, passou-se a efetivar também tal qualificação a partir de dados de perseguições individuais. (JUBILUT, 2007, p. 27).

Neste diapasão, Jubilut (2007) salienta a concomitância desse processo – inicial – da busca por universalizar o instituto do refúgio para com o contexto dicotômico de poder no sistema internacional frente à denominada Guerra Fria. Conforme denota, foi um momento onde o deslocamento forçado foi cooptado retoricamente enquanto propaganda política diante dos anseios dos blocos rivais. Nos termos da própria autora, a categorização de refugiado passou a “não se basear nos critérios legais internacionalmente estabelecidos, mas tão somente em sua origem: desde que viessem de um Estado do bloco adversário. [...] O que desacreditou sobremaneira o instituto do refúgio durante esse período.” (JUBILUT, 2007, p. 28).

Nas décadas de 1960 e 1970, novos Estados independentes surgiram no bojo do período de descolonização nos continentes asiático e africano. Algo que, por conseguinte, gerou uma

⁸“O ACNUR foi estabelecido por meio das Resoluções 319 (V), de 3 de dezembro de 1949, e 428 (V), de 14 de dezembro de 1950, da Assembleia Geral da ONU, aprovadas por 36 votos a favor, 5 contra e 11 abstenções na 325.ª reunião plenária desse órgão, de acordo com a biblioteca da ONU em Genebra.” (JUBILUT, 2007, p. 26).

leva de refugiados destas respectivas localidades acometidas por guerras civis. E no contexto da América Latina, como demonstra, sobretudo a partir da década de 1980 – em um cenário de sistemas ditatoriais, avessos a garantias humanitárias. A autora destaca também, no decênio ulterior, o entrave entre o Afeganistão e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), provocando um fluxo significativo de deslocados nesse Estado que, no momento da produção do trabalho da mesma, liderava as estatísticas do ACNUR em tal quesito (JUBILUT, 2007).

Polarizada a díade de poder do respectivo período e chegando, mais especificamente, aos anos 2000, Jubilut (2007) asseverte que a situação dos refugiados passa a incorrer em dois vieses de contradições. A saber:

O primeiro relaciona-se com a natureza das forças operantes nesse fenômeno, pois, de um lado, têm-se forças centrífugas que alimentam o nacionalismo e os conflitos étnicos entre grupos de origem diferente, e, com isso, geram um enorme fluxo de refugiados (como, por exemplo, nos casos das guerras de Ruanda e da ex-Iugoslávia); e, de outro, têm-se as forças centrípetas, as quais aproximam os Estados e apontam a existência de problemas globais que somente podem ser solucionados por meio de ações conjuntas, de modo a fortalecer a visão de que todos são responsáveis por todos, justificando, desta sorte, a acolhida de refugiados. Já o segundo grupo de contradições da atual fase da temática dos refugiados encontra-se ligado aos aspectos econômicos que fundam o processo de globalização. (JUBILUT, 2007, p. 29).

No epicentro do segundo grupo supracitado, Jubilut (2007, p. 30) sinaliza que – para além dos migrantes que “buscam uma melhor vida financeira e não se enquadram nas hipóteses legais de reconhecimento do *status* de refugiado” –, nesse contexto de globalização, sob o aspecto econômico, os Estados passam a “dificultar a acolhida de refugiados em seu território, em razão de um receio de que esta abertura a estrangeiros ocasione problemas em suas economias domésticas.”.

Ulteriormente, com base nos elementos supra descritos, Jubilut (2007, p. 30) atesta – conquanto as previsões preliminares da comunidade internacional – a relevância humanitária de se atentar à questão dos refugiados. Argumentando, dessa forma, a necessidade, em termos teórico-práticos, de um empenho multidisciplinar, “uma vez que várias áreas do conhecimento são necessárias para a sua compreensão.”.

Complementarmente – ampliando e alocando a problemática à mais recente década –, no último relatório “Global Trends: forced displacement in 2021”⁹, produzido pelo ACNUR (2022), a agência registra que “ao final de 2021, 89,3 milhões de pessoas foram forçadas a fugir de suas casas devido a conflitos, violência, medo de perseguições e violações de direitos humanos.” (ACNUR, 2022, p. 02, tradução nossa). Enquanto exemplos de embates em curso que fomentam novos contingentes de deslocados, o relatório aponta eventos ocorridos em

⁹Em tradução livre: “Tendências globais: deslocamento forçado em 2021”.

localidades como: Etiópia, Afeganistão, República Democrática do Congo, Nigéria, Sudão do Sul, Sudão, República Árabe da Síria e Iêmen.

Ademais, também é relevante pontuar os “mais de 7 milhões de ucranianos deslocados internamente e mais de 6 milhões de movimentos de refugiados registrados. Uma das maiores crises de deslocamento forçado desde a Segunda Guerra Mundial e, certamente, a mais rápida.”. Bem como, no esteio da América Latina, que “o número de venezuelanos deslocados no exterior também aumentou, de 3,9 milhões para 4,4 milhões, no mesmo período [2020-2021].” (ACNUR, 2022, pp. 02-06, tradução nossa).

O relatório também sinaliza que 83% do total de refugiados no mundo encontram-se em países de baixa e média renda¹⁰. Conforme o gráfico produzido pela agência, enquanto os principais receptores de refugiados na atualidade, tem-se: Turquia, Colômbia, Uganda e Paquistão. Já no esteio da Europa Central, à guisa de menção, destaca-se a Alemanha – que é, respectivamente, o quinto país dessa lista.

Logo, entende-se salutar que se trata de uma problemática longa, duradoura e que se intensifica com o passar das décadas. Tal movimento potencializa contradições, como aponta Jubilut (2007), que escancaram as limitações e obsolescências dos dispositivos internacionais em termos da proteção humanitária. Ademais – e por consequência –, como sinalizado, as dinâmicas de contingentes com destino a localidades de baixa e média renda complexificam ainda mais os impasses em torno da responsabilidade dos Estados – à guisa de exemplo, tanto no que tange ao aumento da sua carga potencial quanto, sobretudo, no aspecto do não cumprimento de deveres humanitários básicos (BARBOSA; RODRIGUES, 2018).

Desse modo, ao que aqui se pretende fulcral, faz-se coro à assertiva de Jubilut (2007) em torno da necessidade – em âmbito acadêmico – da continuidade da união de esforços multidisciplinares que tanto amplifiquem obsolescências práticas quanto, se possível, indiquem condutas e alternativas. Sem perder de vista o compromisso humanitário no tocante à preocupação elementar para com a vulnerabilidade dessas populações; a viabilidade de se consubstanciar intentos em prol de facilitar a vida de tais indivíduos nas sociedades receptoras – seja em passagem, seja em permanência.

3.2. Delimitação terminológica: debate conceitual e definição léxica

¹⁰Neste diapasão, como apontam Vos e Dempster (2021) – em acordo com as informações publicadas pela agência (UNHCR, 2021) –, embora, em nível de senso comum, pensar em refugiados denote associar a presença destes em campos específicos apartados de centros urbanos, fato é que a maioria das pessoas forçadas a se deslocar mediante violência ou perseguição vive em cidades. “Mais de 60% dos milhões de refugiados do mundo e cerca da metade dos milhões de deslocados internos vivem em áreas urbanas.” (VOS; DEMPSTER, 2021, n.p.).

Empreendida essa contextualização histórica sintética do questão dos refugiados com base na contribuição teórica de Liliana Lyra Jubilut (2007) – ademais de uma sinalização mais atualizada da problemática –, pensa-se que, por conseguinte, seja necessário realizar um direcionamento visando reiterar a compreensão, sobremaneira, do cerne o qual se quer trabalhar o conceito de refugiado neste trabalho.

Isto posto, é essencial registrar que o debate acerca do que representaria de fato um conceito ideal é vasto na literatura – sobretudo dada, como demonstra Jubilut (2007) – e atestam autores como Raul Barbosa e Viviane Rodrigues (2018) – a pluralidade de estudos da temática.

Pari passu, em “A definição de refugiado na Convenção de 1951: limites e avanços na proteção internacional”, Roberta Carmineiro Baggio e Laura Madrid Sartoretto (2018) propõem a ampliação e, consequente, melhor adequação do conceito, sobretudo à luz da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967.

Traz a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951) que:

O termo refugiado se aplicará a qualquer pessoa: 2) que, em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele. (CONVENÇÃO RELATIVA AO ESTATUTO DOS REFUGIADOS, 1951, p. 02).

Em similar instância, o Protocolo de 1967 relativo ao Estatuto dos Refugiados (1967) sinaliza que:

Para os fins do presente Protocolo, o termo ‘refugiado’, salvo no que diz respeito à aplicação do §3 do presente artigo, significa qualquer pessoa que se enquadre na definição dada no artigo primeiro da Convenção, como se as palavras “em decorrência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951” e as palavras “como consequência de tais acontecimentos” não figurassem do §2 da seção A do artigo primeiro. (PROTOCOLO DE 1967 RELATIVO AO ESTATUTO DOS REFUGIADOS, 1967, p. 01).

Baggio e Sartoretto (2018) manifestam, em suma, que mesmo com a atualização do Protocolo de 1967, a definição que remonta à Convenção de 1951 é, hoje, anacrônica e restrita. Na medida em que não acompanha a intensificação e consequente maior complexidade do fenômeno – negligenciando a proteção a indivíduos que são obrigados a se deslocar por outras razões.

Neste diapasão, cita-se, à guisa de exemplo: aqueles indivíduos que são forçados a se deslocar por conta de alterações climáticas extremas, os refugiados ambientais (RAIOL, 2010); e os refugiados econômicos¹¹ (CUNHA, 2008), que, em suma, não vislumbram a possibilidade

¹¹Importante, nesse caso, elucidar a diferença entre o migrante econômico e o refugiado econômico. Nas palavras

de literalmente subsistir em seus países originários. Tais grupos, como também atestam Scoot Leckie (2008), Claudine Dale e Walter Kalim (2008) não são devidamente protegidos pelos arcabouços jurídicos supramencionados – à medida que se entende que não haveria, nesses casos, o fundado temor de perseguição.

Decorre disso que a negação de direitos básicos a determinadas categorias de indivíduos – não contempladas pelas diretrizes jurídicas internacionais – contradiz a retórica a qual a mesma supostamente se fundamentaria. Melhor dizendo, como argumenta Piovesan (2001), tal omissão pode constituir, por si só, perseguição ou ameaça à vida. Por conseguinte, nas palavras de Bento e Sousa (2013, pp. 31-32):

[...] ao se considerar a vulnerabilidade de determinados grupos ou categorias em relação aos direitos econômicos e sociais, há como enquadrá-los no sistema clássico de proteção ao refugiado, vez que há uma ação dirigida. [...] O que se verifica, portanto, é que há categorias de pessoas que não se enquadram na situação típica de refugiados, mas mesmo assim precisam de proteção internacional vez que em seus países de origem não há condições de vida digna. Nestes casos, o que estas pessoas buscam nada mais é que a efetivação da síntese dos direitos humanos.

Como supramencionado, as discussões que encampam o intento acadêmico de se estabelecer uma definição que contemple a profundidade de demandas associadas são infundáveis. Portanto, pensou-se ser necessário pincelá-las para demonstrar que não se está alheio ao debate, sobremaneira no esteio teórico do Direito Internacional. Ademais de outros debates, neste esteio, atinentes à natureza de institutos jurídicos – vide, para além do instituto do refúgio, o do asilo. De modo que, resumidamente, como aponta Jubilit (2007), não há um consenso na literatura jurídica internacional acerca da distinção ou não entre ambos; entretanto, a postura majoritária – reverberada em âmbito prático-institucional¹² – indica que “ambos os institutos visam à proteção do ser humano em face de perseguição, geralmente realizada pelo Estado, sendo, portanto, similares em sua essência.” (JUBILUT, 2007, p. 36).

Conquanto obstine-se de acordo com a necessidade de se atualizar as deliberações jurídicas¹³, para as pretensões do presente trabalho, à medida que se compreende a não-voluntariedade do refúgio – que o diferencia do processo de migração facultativa –, a base

da própria Ana Paula da Cunha (2008, p. 192): “o migrante econômico se caracteriza exatamente pela voluntariedade em sua migração; ao contrário do que ocorre com o refugiado econômico, o qual é forçado ou impelido a deixar seu país de origem ou de nacionalidade, pela total impossibilidade de satisfazer suas necessidades vitais básicas. O refugiado econômico, portanto, é movido pelo instinto de sobrevivência, enquanto o migrante, pelo desejo de melhorar suas condições de vida.”.

¹²Semelhança de natureza comprovada, conforme a autora, nos desígnios previstos no 4º parágrafo preambular da Convenção de 51, bem como o posicionamento majoritário em nível dos Estados, sobretudo os anglo-saxões (JUBILUT, 2007).

¹³E se entenda a importância prática dos dados provenientes de relatórios e levantamentos realizados por agências internacionais, dada a capacidade de mobilização das mesmas para tal – de modo que seja relevante atentar-se a estes.

retórica fulcral é a de que: independentemente do motivo que obrigue um indivíduo a se deslocar de seu país de origem – econômico, ambiental, político, religioso etc. – tratam-se de migrantes forçados que não têm, por si só, possibilidades mínimas de subsistir nas respectivas localidades de origem ou partida; tornando-se extremamente vulneráveis e necessitando, logo, de respaldo legítimo.

Posto isto, em nível meramente vocabular justifica-se que a utilização dos termos “refugiados”, “migrantes forçados” e “deslocados forçados” enquanto sinônimos¹⁴ na presente dissertação trata-se: em termos teórico-conceituais, o acordo com os entendimentos de Faria, Ragnini e Brüning (2021) dialogando com Chueiri e Câmara (2010) que argumentam a aproximação, no meandro categorial, da experiência de deslocamento que marca a migração forçada – nas palavras das autoras, esses “corpos deslocados são marcados precisamente pela falta de identidade e reconhecimento.” (FARIA; RAGNINI; BRÜNING, 2021 *apud* CHUEIRI; CÂMARA, 2010, p. 161).

3.3. Recorte temático e orientação teórica: reconhecimento e estigma

Apresentada e contextualizada, em âmbito macro, a problemática atinente aos refugiados e ciente, por conseguinte, das suas vastas implicações que reverberam em distintas – e relevantes – possibilidades de trabalhá-la e articulá-la academicamente, após o anúncio da opção léxica, atesta-se a necessidade de estabelecer um recorte mediante os desígnios investigativos deste trabalho.

Visando prover subsídios teóricos coerentes que, no momento derradeiro da proposta, auxiliem o processo analítico e funcionem como recomendações sociológicas oferecidas em um propósito de inclusão – em consonância com a análise de literatura a ser pormenorizada no momento oportuno –, define-se que o recorte estabelecido: aspira enxergar a questão dos refugiados através do desígnio intersubjetivo de luta por reconhecimento à despeito do estigma associado a tais indivíduos nas sociedades receptoras. Com maior especificidade, sob a égide teórica de Axel Honneth (2003;2006), Zygmunt Bauman (2017) e Erving Goffman (1988) – reforçando que o intento é o de que as contribuições teóricas de tais autores, para além de estruturar a delimitação da temática, no momento postimeiro do trabalho, sejam elementos auxiliares à análise proposta; logo, em um sentido mais pontual de encorpar reflexões e recomendações.

Assim sendo, em “Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais”,

¹⁴Para além, em termos de escrita propriamente dita, também denota uma escolha que visa proporcionar maior fluidez de leitura, na medida em que se evita a repetição excessiva do mesmo termo.

Axel Honneth (2003) decupa e, conseqüentemente, configura o conceito de reconhecimento em três esferas que – de modo subsecutivo – propiciam intersubjetivamente, conforme tal autor, um maior nível de autorrealização. Tal elucubração tem como ente balizador o entendimento de que “os indivíduos se constituem como pessoas porque, da perspectiva dos outros que assentem ou encorajam, aprendem a se referir a si mesmos como seres a quem cabem determinadas propriedades e capacidades.” (HONNETH, 2003, p. 272).

Em síntese, Honneth (2003) aloca os três momentos supramencionados, respectivamente: na vivência simbiótica do afeto que possibilita ao indivíduo o desenvolvimento da autonomia; na experiência relacional jurídica onde o reconhecimento reverbera-se em respeito próprio; e no âmbito social solidário, que permite a auto compreensão subjetiva em termos de autoestima (HONNETH, 2003).

Outrossim, conforme afirmam Mariana Moron Saes Braga e Aluisio Almeida Schumacher (2013, pp. 378-379), “com a diferenciação das três esferas, estabelecem-se três formas distintas de relação social em que os membros da sociedade podem contar com reconhecimento recíproco.”. Por conseguinte, ainda segundo tais autores, Honneth (2003; 2006) abre margem teórica para a agnição de “falhas na integração social da modernidade.”. Estas fraturas, como apontam, em diálogo com Honneth e Fraser (2006) – mais especificamente em “Redistribución o reconocimiento: um debate político-filosófico”¹⁵ – encampam a sapiência honnethiana, de ordem moral, acerca das razões pelas quais se empreendem as lutas dos movimentos sociais (BRAGA; SCHUMACHER, 2013). Para mais, Honneth (2003, p. 258) argumenta que o âmago balizador de resistência é a competência de conexão de “sentimentos de desrespeito” em um “quadro de interpretação intersubjetivo que os comprova como típicos de um grupo inteiro.”.

A partir de tal elaboração teórico-conceitual e articulando-a à apreensão advinda de Braga e Schumacher (2013, p. 379) de que um elemento que materializa a concepção de grupo social é a “experiência em comum”, pensa-se que a categoria dos refugiados, tema que abarca a concepção do presente trabalho, aloca-se neste prisma analítico. Nesse esteio, como orientam José Henrique de Faria, Elaine Cristina Schmitt Ragnini e Camila Brüning (2021), parte-se da ideia de que:

A teoria do reconhecimento [...] coloca em evidência particularidades das lutas de grupos sociais. Essa referência é importante para a compreensão da questão que emerge do processo de migração, questionando sobre se os imigrantes, de diferentes categorias sociais, em suas manifestações, se consideram na condição de sujeitos recepcionados e socialmente reconhecidos no país receptor, inobstante os aparatos

¹⁵Em tradução livre: “Redistribuição ou reconhecimento: um debate político-filosófico”.

jurídicos expressarem essa garantia. (FARIA; RAGNINI; BRÜNING, 2021, p. 281).

Em “Estranhos à nossa porta”, no contexto da última virada de século – com a intensificação do fluxo de refugiados e de pessoas em busca de asilo frente a um cenário caótico e violento –, Zygmunt Bauman (2017, p. 13) disserta que “refugiados da bestialidade das guerras, dos despotismos e da brutalidade de uma existência vazia e sem perspectivas”, tais indivíduos são assumidos enquanto estranhos nas sociedades receptoras.

Dito de outra forma, diferentemente do que se pensa sobre indivíduos os quais se estabelece relação no cotidiano – que se imagina conhecer e saber o que esperar de seus comportamentos –, os refugiados proporcionam, segundo o autor – à medida que são percebidos como diferentes –, ansiedade¹⁶ (BAUMAN, 2017). Por conseguinte – e dentro desse contexto –, Bauman (2017) afirma que, em termos de estratégia política, posturas que se aproveitam do sentimento social supramencionado para fomentar o distanciamento, potencializam o estranhamento e a desconfiança. Este autor conclui que, na “contramão da recusa de se encarar os desafios impostos na contemporaneidade, deve-se ter em vista uma “fusão de horizontes” em detrimento de uma “fissão induzida e planejada”, na medida em que se enxerga o outro enquanto espelho de si mesmo.” (BAUMAN, 2017, p. 23).

Na alínea “Flutuando pela insegurança em busca de uma âncora”, Bauman (2017) disserta sobre a problemática que enxerga na subordinação da questão migratória ao escopo da segurança nacional, dialogando com o debate em torno “da admissão versus rejeição de refugiados e pessoas em busca de asilo.” (BAUMAN, 2017, p. 46). Neste desígnio, o autor menciona Erving Goffman (1988), à luz do conceito de estigma – definido e trabalhado por este em sua obra homônima¹⁷ –, associando-o à categoria da migração e do refúgio. Tal conceito é fundamental para o empreendimento de pesquisa que aqui se propõe; denotando a perspectiva e, mais objetivamente, o olhar que se quer prover acerca da complexa e multidisciplinar temática do deslocamento forçado.

Conforme Goffman (1988), a literalidade do termo estigma remonta à Grécia Antiga – quando fora criado para denotar marcas físicas que realçassem algo de anômalo no âmbito

¹⁶Nas palavras do autor: “Estranhos tendem a causar ansiedade por serem “diferentes” – e, assim, assustadoramente imprevisíveis, ao contrário das pessoas com as quais interagimos todos os dias e das quais acreditamos saber o que esperar. Pelo que conhecemos, o influxo maciço de estranhos pode ser o responsável pela destruição das coisas que apreciávamos, e sua intenção é desfigurar ou abolir nosso modo de vida confortavelmente convencional. [...] sobre os estranhos [...] sabemos muito pouco para sermos capazes de interpretar seus artifícios e compor nossas respostas adequadas – adivinhar quais possam ser suas intenções e o que farão em seguida. E a ignorância quanto a como proceder, como enfrentar uma situação que não produzimos nem controlamos, é uma importante causa de ansiedade e medo.” (BAUMAN, 2017, p. 14).

¹⁷GOFMANN, E. Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada, Rio de Janeiro, Editora LTC, 1988.

moral de quem as possuíssem. Já no século XX, como disserta, o estigma segue associado à concepção grega, todavia não mais no âmbito corporal, e sim, em suas palavras, “à própria desgraça.” (GOFMANN, 1988, p. 05).

A sociedade, para Goffman (1988), categoriza o que se entende por normalidade entre seus entes dentro de cada fragmento. De modo que, em cada meandro social, há categorias de indivíduos os quais possivelmente serão ali encontrados. Assim, no estranho – no outro – recai a interpretação social de indesejabilidade (GOFFMAN, 1988). Ao “deixar-se de considera-lo criatura comum, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída” (GOFMANN, 1988, p. 06) – sobremaneira quando se reverbera em substantiva nódoa social –, incorre-se em estigma. Em outras palavras, é o “indivíduo que está inabilitado para aceitação social plena.” (GOFFMAN, 1988, p. 07).

À vista disso, Goffman (1988) classifica três tipos de estigmas: o estigma que decorre de deformações físicas; os atinentes a distúrbios de caráter; e, por fim, os estigmas que denomina enquanto tribais (GOFFMAN, 1988). Estes, em seus termos, “podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família.” (GOFFMAN, 1988, p. 07). E aplicam-se, para além da religião, à raça e à nação.

Por conseguinte e articulando o estigma tribal (GOFFMAN, 1988) à categoria dos refugiados, Bauman (2017) argumenta que as pessoas não estigmatizadas utilizam a sua condição como parâmetro para validar a humanidade alheia, de modo que acabam por desumanizar o diferente (BAUMAN, 2017). “O resultado direto disso é uma recusa à aceitação social e à alienação de pessoas categorizadas como anômalas.” (BAUMAN, 2017, p. 41). Por conseguinte, Bauman (2017) assevera a necessidade de se rejeitar a perspectiva “nós contra eles”, argumentando a importância de que, sobretudo no âmbito do Ocidente, se lute por “investimentos sociais, inclusão social e integração.” (BAUMAN, 2017, p. 48).

Isto posto, trazendo, novamente, Honneth (2003) ao debate, assinala-se que a perspectiva a qual se quer refletir a partir do mesmo, mediante a análise a ser realizada, é a da intersubjetividade; de modo que aspectos dela advinda, em um contexto conflitivo e omissos em termos de reconhecimento de direitos, fomentem um desígnio emancipatório. Na medida em que o autor “ênfatiza a possibilidade do indivíduo reconhecer-se no outro, através de um processo de luta partindo de um comportamento intersubjetivo para efetivação de direitos.” (PASSOS; JABORANDY; DUARTE JÚNIOR, 2019, p. 147).

Tal linha encontra respaldo, como referenciado, na leitura de Rute Oliveira Passos, Clara Cardoso Machado Jaborandy e Dimas Pereira Duarte Júnior (2019, p. 155), em “A tutela dos refugiados no Brasil: uma perspectiva a partir da luta por reconhecimento” que, em linhas

gerais, preconizam a concretização de interesses de bem estar-social de modo transindividual¹⁸.

Em um sentido mais próximo da temática global de migrações forçadas, o reconhecimento está atrelado a condutas que busquem compreender efetivamente a condição de refúgio, reconhecer-se como sujeito de direitos e deveres na comunidade internacional, e frente a uma solicitação de refúgio, encontrar-se o indivíduo em uma posição de dever de reconhecimento, ou seja, reconhecer-se em uma situação de refúgio, para promover a devida proteção ao solicitante. (PASSOS; JABORANDY; DUARTE JÚNIOR, 2019, p. 155).

Neste esteio, conforme tais autores, o processo de reconhecimento, atinente à especificidade dos refugiados, requer que se supere um viés intracomunitário para que seja possível reconhecer o outro como ser humano sem a associação direta a uma nacionalidade. “Se não há o reconhecimento além da comunidade, não há que se falar em enxergar o outro como processo de identificação de si mesmo.” (PASSOS; JABORANDY; DUARTE JÚNIOR, 2019, p. 156).

Conforme Honneth (2003, p. 64), “[...] o indivíduo só pode se proporcionar um sentimento de garantia a respeito de ser reconhecido por seu parceiro de interação mediante a experiência da reação prática com que aquele responde a um desafio deliberado, ou mesmo a uma provocação.”. A interpretação concebida por Passos, Jaborandy e Duarte Júnior (2019, pp. 157-158) é a de que “a luta por reconhecimento é concebida mais através dos elementos sociais do que propriamente elementos jurídicos.”. Em outros termos, não se nega a relevância do ferramental normativo, todavia, alerta-se para a sua insuficiência de corresponder “ao reconhecimento voluntário do indivíduo a fim de torná-lo eficaz em favor do outro.”.

Logo, não se trata, como apontam tais autores, da transferência de responsabilidades Estado-sociedade – visto que a última é incapaz de resguardar alguns direitos que só cabem à competência do primeiro –, entretanto:

Há uma iminência de lacunas nos temas globais que não podem ser preenchidas com mais atribuições ao Estado, mas que deve ser compartilhada por uma consciência de solidariedade partindo da concepção consciente do indivíduo em efetivar direitos em favor do outro. Nesse sentido, o reconhecimento se apresenta como um elemento que parte da subjetividade do indivíduo, mas que possui prospecções positivas quando colocadas em favor do outro. (PASSOS; JABORANDY; DUARTE JÚNIOR, 2019, p. 159).

Tal entendimento é encampado pela assertiva honnethiana de que o processo de reconhecimento, o “saber-se no outro”,

Só se desenvolve até chegar a uma relação de amor real na medida em que é capaz de tornar-se um conhecimento das duas partes, intersubjetivamente partilhado; pois só quando todo sujeito vem a saber de seu defrontante que ele “igualmente se sabe em seu outro”, ele pode possuir a “confiança” segura de que “o outro” é “para mim”. Para designar essa relação mútua de conhecer-se-no-outro, Hegel emprega agora, pela

¹⁸“A fraternidade proposta, é um instrumento a ser utilizado pelo indivíduo em consonância com a atuação estatal.” (PASSOS; JABORANDY; DUARTE JÚNIOR, 2019, p. 155).

primeira vez, o conceito de “reconhecimento”: na relação amorosa, escreve ele em uma nota marginal, é o “si não cultivado, natural”, que é reconhecido”. (HONNETH, 2003, p. 77).

Na articulação proposta, a luta por reconhecimento sugestiona, portanto, que se redefina a maneira de se enxergar o estranho (GOFFMAN, 1988; BAUMAN, 2017). Portanto – sem negar a relevância dos aparatos internacionais de ordem normativa, bem como a atuação estatal junto a sociedade civil –, em convergência com o que sugerem Passos, Jaborandy e Duarte Júnior (2019), para se pensar em inclusão no esteio dos refugiados, entende-se insigne a necessidade de um amplo esforço de desmistificação de preconceitos no meio social¹⁹, a fim de que se compreenda o que significa e o nível de vulnerabilidade da condição do refúgio.

Assim a proposta da luta por reconhecimento encontra aplicabilidade no meio social para efetivação de direitos quando proporciona à sociedade um rompimento de comportamentos equivocados e reiterados, para uma nova concepção de composição social. Abre-se margem para que as pessoas possam refletir sobre a violação dos seus próprios direitos, posicionando-se também na restrição de direitos do seu semelhante. Nessa troca de mútuo reconhecimento, suprem-se as diversas lacunas em que os instrumentos estatais e legais não são capazes de suprir, devida a inerente necessidade de transformação por parte do indivíduo, tarefa que nenhuma estrutura de poder é capaz de cumprir. (PASSOS; JABORANDY; DUARTE JÚNIOR, 2019, p. 161).

Neste diapasão, por conseguinte, conforme apontam Alejandro Canales, Jorge Martínez Pizarro e Leandro Reboiras (2013), é salutar registrar que se observa fulcral – em âmbito global – a atuação da sociedade civil no que tange à inserção social de refugiados. De modo que, para além do amparo e da prestação de assistências médica e jurídica, também o faz a partir das mais diversas searas socioculturais, tais como a arte, a religião e o esporte.

Em outras palavras, na medida em que, como argumentam tais autores, em inúmeras realidades, verifica-se uma omissão do poder público nesse sentido, os esforços de entes sociais – coletivizados por meio de Organizações Não Governamentais (ONG’s), comunidades humanitárias atinentes às mais diversas esferas da vida social e Universidades – se mostram e se fazem relevantes.

As organizações de apoio a migrantes representam estruturas alternativas, complementares ou subsidiárias de proteção, seja proporcionando ajuda humanitária, assistência e abrigo, ou como agentes de sensibilização, capacitação e promoção do reconhecimento dos migrantes como sujeitos de proteção. (CANALES; MARTÍNEZ PIZARRO; REBOIRAS, 2013, p. 130, tradução nossa).

Portanto, ao passo que se compreende o estigma, frente a teorização de Goffman (1988), como a inabilitação para ampla aceitação social, visto que se dota ao outro – ao diferente – a

¹⁹“Isso porque, grande parte da dificuldade de inserção do refugiado no meio social advém dos discursos estabelecidos por informações equivocadas, objeto de reproduções midiáticas desprovidas de conhecimento real do fenômeno.” (PASSOS; JABORANDY; DUARTE JÚNIOR, 2019, p. 160).

noção de anomalia (BAUMAN, 2017), a perspectiva de inclusão²⁰ que se quer tomar, portanto, pressupõe, em diálogo com John Gray (2000), em “Inclusion: a radical critique”²¹, a concretização da pertença comum.

Em outros termos, a ideia de que a cada indivíduo deve ser dotada a capacidade de participação social plena, de modo que a ninguém seja negado o acesso a atividades e práticas atinentes à vida social. Nesse sentido, entende-se, assim como Baley (2005), que as relações intersubjetivas no seio social – à medida que podem reverberar em vínculos sociais interculturais – amplificam perspectivas e, dentre tais, noções pré-concebidas para com o outro.

²⁰Neste trabalho, utiliza-se os termos “inclusão” e “integração” de modo sinónimo.

²¹Em tradução livre “Inclusão: uma crítica radical.”.

4. ESPORTE E SOCIOLOGIA: UM DIÁLOGO EPISTEMOLÓGICO

Enunciada a problemática dos refugiados e delimitadas as bases e ensejo teórico enquanto lupa analítica, quer-se, à vista disso, pensar o esporte – e, mais especificamente, o futebol – enquanto fio condutor.

Embora ainda distante do *mainstream* temático das Ciências Sociais no Brasil e no mundo, o esporte é uma área de estudos plural, sobretudo – e ainda mais – à medida que, principalmente por conta do futebol, passa a ser apercebido enquanto um fenômeno de evidente impacto multicultural.

Não obstante, antes de adentrar na especificidade da prática do futebol em termos recreativos – e a sua ligação com o deslocamento forçado tal como se pretende desdobrar – pensa-se ser interessante assinalar o nexos da área esportiva para com às Ciências Sociais, alocando-a a partir do referencial teórico da Sociologia do Esporte – com especial ênfase para a contribuição teórica de Ronaldo Helal (1990; 1999).

Portanto, o presente capítulo tem por objetivo: manifestar sinteticamente a polivalência dos estudos do esporte – com elementar ênfase futebolística – nas Ciências Humanas, aspirando elucidar o leitor sobre a heterogeneidade da área e do objeto; e, em sequência, categorizá-los sociologicamente, de modo a atestar a validade e relevância de se estudar o futebol enquanto um elemento sociocultural.

Para tal, dialogar-se-á com: Ronaldo Helal (1990; 1999); Roberto DaMatta (1982a); Norbert Elias e Eric Dunning (1992); Bernardo De Hollanda (2022); Sérgio Giglio e Enrico Spaggiari (2010); e Ana Letícia Ferreira (2009).

4.1. Estudos do futebol nas Ciências Humanas: um objeto multifacetado

Conforme Virgílio Franceschi Neto (2020)²², os registros mais longínquos de jogos com bola remontam a 1500 a.C.²³ em localidades como América Central, Roma Antiga, Grécia e China. Na mesma linha, Mariana Rodrigues (2015), assinala que:

Desde a Antiguidade, verificam-se atividades desportivas sendo utilizadas para a manutenção de rituais sagrados carregados de simbologia. Os gregos da Antiguidade, por exemplo, consideravam essas atividades físicas o reflexo do culto da beleza e da

²²Em entrevista concedida ao projeto “Conexão Internacional” da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Relações Internacionais em campo: um jogo de soft power entre as nações. 2020. 1 vídeo (01h24min50secs). Publicada pelo canal Conexão Internacional – PUC MINAS. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/T0Exf1xgJHo?feature=share>. Acesso em 12 fev. 2023.

²³Registra-se que há um extenso debate na historiografia e literatura esportiva sobre a oficialização – em data – dos primeiros registros.

força dos homens daquela nação. (RODRIGUES, 2015, p. 45).

Posteriormente, com o Império Macedônico e o Império Romano, tais práticas são trazidas para o continente europeu, passando a formar parte de cerimônias religiosas e festas comunitárias. Entre os séculos XIII e XVIII, tais jogos eram promovidos por proprietários de terras e praticados dentro de aldeias. Tratavam-se de jogos sem regulamento, mas muito populares, de modo que representavam, socialmente, um rito de passagem; em outros termos, como argumenta Franceschi Neto (2020), contribuíam para com um sentimento de pertencimento.

No contexto das ilhas britânicas, Franceschi Neto (2020) argumenta que a realização da atividade também se dera, inicialmente, no contexto de festas religiosas e denotara, também, ritos de passagem. Conquanto, no século XIX, dada a projeção social de tais jogos no esteio de sentimentos de pertença e espírito cooperativo – fundamentais para a expansão e consolidação do Império Britânico à época –, a partir da reforma do ensino escolar, os jogos com bola são nesta inseridos.

Limitada às camadas mais elevadas da sociedade inglesa, neste cenário, como aponta Simões (2017), cada escola determinava suas próprias regras para a prática. Não obstante, em 1863, funda-se a “The Football Association”²⁴ que – enquanto órgão responsável pelo gerenciamento da atividade – define um regramento uníssono para a mesma, dotando-a de singularidade em relação a outras práticas esportivas, como o rugby.

Posto isto, fato é que da oficialização da modalidade pela elite inglesa em 26 de outubro de 1863 até o presente momento, o futebol regulamentado passou de uma atividade nobre – praticado tão somente pela alta-rodas inglesa do século XIX (CONN, 2005) – para o *status* da modalidade esportiva mais popular do planeta (ELÍSIOS, 2022; FREITAS, 2017; STOLEN *et al.*, 2005).

Como relatam renomados historiadores, sociólogos, internacionalistas e jornalistas – tais como Eric Hobsbawm e Terence Ranger (2012), Norbert Elias e Eric Dunning (1992), Pascal Boniface (1998) e David Conn (2005) –, o processo de expansão do esporte para além dos domínios britânicos foi pujante. De modo que, após a popularização da sua prática no bojo da sociedade inglesa – menos de uma década depois da sua oficialização –, o intercâmbio de trabalhadores e estudantes britânicos, no início do século XX, possibilitou com que o esporte atravessasse oceanos.

Entre o fim do século XIX e começo do século XX, diversos Estados europeus fundaram suas associações nacionais de futebol devido à influência inglesa. Holanda,

²⁴Em tradução livre: “A Associação de Futebol”.

Dinamarca, Suíça, Bélgica, Itália, Alemanha, Hungria, Noruega, Suécia, Áustria e Espanha foram os pioneiros. O futebol também atravessou os mares para chegar a lugares distantes, como a Nova Zelândia, o continente americano, a Argentina, Chile, Uruguai, Brasil, Canadá e Estados Unidos, e as colônias africanas onde apenas os colonizadores podiam praticá-lo. Em 21 de maio de 1904 foi fundada em Paris a Federação Internacional de Futebol, a nova responsável pelas regras do futebol mundial. (FREITAS, 2017, pp. 11-12 *apud* FRANCO JÚNIOR, 2007, pp. 41-42).

Caminhando no tempo, Ronaldo Helal (1990) e Thadeu Gasparetto (2013) – em seus respectivos contextos –, apontaram, como uma evidência da relevância global do futebol, para o fato de que o número de países e territórios associados à Federação Internacional de Futebol (FIFA) é maior que a quantidade de membros da Organização das Nações Unidas (ONU). E trazendo para a contemporaneidade, conforme registros de 2019, essa diferença é hoje ainda mais significativa (REIS, 2019).

Mediante um aspecto midiático, como aponta Mattias (2019, p. 132), “as relações das multinacionais de diferentes segmentos da economia, especialmente as emissoras de televisão, vão produzir profundas mudanças na organização do futebol, inclusive romper fronteiras espaciais e temporais de difusão dos espetáculos futebolísticos.”. Registra-se que, conforme a auditoria de dados publicada pela FIFA, mais de 3,5 bilhões de pessoas assistiram à penúltima Copa do Mundo de futebol, realizada em 2018 – número que, à época, correspondia a mais da metade da população mundial com quatro anos de idade ou mais (FIFA, 2018).

Conforme Pascal Boniface (1998) e Guilherme de Freitas (2017), embora de modo espacialmente heterogêneo, o fato de que o futebol foi capaz de expandir-se com tanta potência dá-se, principalmente, pela sua capacidade de se integrar a tradições culturais distintas²⁵. O que denota, ao passo em que a prática fora socialmente aceita e, conseqüentemente, estabelecida, que o futebol “representa algo muito além de um simples jogo esportivo. É uma questão política, diplomática, econômica, cultural e social.” (BONIFACE, 1998, p. 11, tradução nossa).

Ademais do âmbito do exercício – em seus mais variados níveis – e do consumo do espetáculo futebolístico – na sua seara contemplativa –, as várias faces desse esporte também se expressam enquanto área de conhecimento. Em outras palavras, a multiplicidade de vieses – como sinalizada por Boniface (1998) – reverbera, academicamente, em uma extensa gama de possibilidades de se recortar e se desdobrar o fenômeno futebolístico.

Em um plano internacional, como assinala George Harvey Sage (2016), ao passo que o esporte – e sobretudo o futebol – é uma das atividades mais onipresentes da sociedade moderna contemporânea, de modo que a sua difusão é ilustrada pelo significativo envolvimento primário

²⁵Nesse esteio, em diálogo com a literatura supramencionada, cita-se como um elemento importante, o fato de que a prática, em um nível recreativo, não requer equipamentos para além de um espaço físico delimitado e uma bola. Ademais, trata-se de um esporte com um regramento bastante simples (FREITAS, 2017; ELÍSIOS, 2022).

e secundário de indivíduos de variadas idades e estratos sociais, é elementar afirmar que o mesmo tanto penetra quanto desempenha um relevante papel em uma gama de instituições sociais.

Em “Sport and the Social Sciences”²⁶, Sage (2016) aponta que, no meandro acadêmico, as mais diversas funções do esporte são temas que denotam crescentes preocupações e interesses – da Filosofia à Educação Física, passando pela Sociologia, Geografia etc. De modo mais específico, conforme este autor, categorias como o desenvolvimento cognitivo, a livre expressão corporal, o perscruto instintivo, a integração e a socialização têm sido fortemente enfocadas na literatura internacional das Ciências Humanas que se debruça sobre o objeto futebolístico.

Sob um foco epistêmico diferente, todavia em convergência, Richard Giulianotti e Roland Robertson (2007) argumentam – orientados pelo eixo do processo de globalização – que contribuições oriundas da Antropologia, Ciência Política, Ciências Econômicas e História têm sido essenciais, por exemplo, para o avanço da compreensão – por meio do esporte e do papel que este exerce em dinâmicas de transformação global – de processos transnacionais. Visto que, como assertem em “Sport and globalization: transnational dimensions”²⁷, o esporte, como a globalização, pode ser entendido em termos transdisciplinares.

Dentro da paróquia nacional – nas Ciências Humanas –, é fulcral mencionar o célebre “Levantamento da produção acadêmica acerca do futebol nas Ciências Humanas e Sociais de 1980 a 2007”, realizado pelo Ministério do Esporte e publicado sob a coordenação de Silvio Ricardo da Silva *et al.* (2009), que catalogou, ao todo, 626 trabalhos produzidos sobre o tema.

Entre artigos, livros, dissertações e teses levantados a partir de consultas a bibliotecas depositárias – sobremaneira, as últimas, atinentes ao banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) –, os trabalhos foram divididos em treze categorias: escola; estudo histórico; gênero; legislação; trajetória de jogadores profissionais; lazer; espetáculo esportivo; estudo literário; identidade; linguística; política; violência; e outros temas (DA SILVA *et al.*, 2009).

De trabalhos que compilam dados e conceitos do jogo, ao enfoque do futebol enquanto negócio e suas relações administrativas, passando pelas suas normas jurídicas e leis, chegando até à arte de utilização estética da linguagem escrita em verso ou prosa, entre vários outros meandros, o levantamento – que foi suplementado em 2018²⁸ – ilustra e respalda

²⁶Em tradução livre: “Esporte e Ciências Sociais”.

²⁷Em tradução livre: “Esporte e globalização: dimensões transnacionais”.

²⁸CALASANS, J. EEEFTO-UFMG. Perspectivas multidisciplinares sobre o esporte são tema do lançamento do

academicamente a assertiva em torno do futebol enquanto fenômeno polissêmico.

De similar propósito, no artigo denominado “A produção das Ciências Humanas sobre futebol no Brasil: um panorama (1990-2009)”, Sérgio Settani Giglio e Enrico Spaggiari (2010, p. 297) também atestam a diversidade de possibilidades de abordagens do futebol, argumentando, contextualmente, a maior sistematização das pesquisas acerca deste objeto a partir da década de 1990 e, para além que, embora ainda distante dos considerados grandes temas da Humanidades, “a bibliografia não é tão insuficiente quanto se pensa.”.

Em convergência com a perspectiva de Da Silva *et al.* (2009), Giglio e Spaggiari (2010, p. 314) ressaltam que “a produção existe e que a tendência é a abertura de um maior diálogo e intercâmbio das informações, dos trabalhos produzidos e dos grupos consolidados que se propõem a discutir e a pesquisar sobre o tema.”. Algo que, quatorze anos após a publicação do primeiro trabalho e quinze anos após a publicação do segundo, se verifica e é ilustrado pelo próprio complemento, em 2018, do primeiro. Neste que, como pontua Marina Dantas (*apud* CALASANS, 2018), traz a interconexão do futebol com novos assuntos caros ao nosso contexto.

Notamos como a abordagem da violência se dá nos estudos, relacionada muitas vezes com as torcidas organizadas. Crescem trabalhos relacionados a questões de gênero. Notamos que termos passado por uma Copa do Mundo e por uma Olimpíada teve influência na produção acadêmica. (DANTAS *apud* CALASANS, 2018, n.p.).

Logo, tanto compreende-se a polivalência do fenômeno ilustrada pelos estudos sobre futebol – em âmbito doméstico e internacional – nas Ciências Humanas; quanto, nesse diapasão, faz-se acordo à assertiva de Calasans (2018, n.p.) – em convergência e complemento às perspectivas de Da Silva *et al.* (2009), Giglio e Spaggiari (2010) – de que “o futebol, além de um espetáculo midiático, é também parte da formação de identidade e cultura. Assim, é importante estudá-lo para entendê-lo, e esse processo só têm a ganhar se for feito com a presença de pesquisadores de áreas diversas.”.

4.2. Sociologia do Esporte e futebol: panorama internacional e doméstico da área

Em “O estado da arte da Sociologia do esporte no Brasil: um mapeamento da produção bibliográfica de 1997 a 2007”, Ana Letícia Padeski Ferreira (2009)²⁹ realiza uma importante contextualização prévia – em âmbito internacional – sobre o desenvolvimento do esporte

livro “Futebol, linguagem, artes, cultura e lazer” no MBF. Disponível em: http://www.eeffto.ufmg.br/eeffto/noticias/2420/perspectivas_multidisciplinares_sobre_o_esporte_sao_tema_do_lancament. Acesso em 08 fev. 2023.

²⁹Citada no levantamento produzido por Giglio e Spaggiari (2010) como um referencial balaústre para os estudos do esporte à perspectiva sociológica – mais especificamente, na nota de rodapé de número 07, da página 297.

enquanto objeto de estudo nas Ciências Sociais. Neste esteio, dentre as localidades sinalizadas, a autora debruça-se com bastante atenção para a Alemanha, Austrália, Grã-Bretanha e Estados Unidos.

No entorno alemão, como afirma Ferreira (2009, p. 59), já no século XIX, os estudos esportivos faziam parte do diapasão sociológico – a partir de temas relacionados a sua origem, a aspectos culturais e também religiosos; de modo que intelectuais alemães de renome desta área de conhecimento – vide Max Weber, Georg Simmel, Thorstein Veblen e Norbert Elias – “se dedicaram em um período de suas carreiras, ao estudo deste objeto.”.

Todavia, é somente em meados dos anos 1970 que a Sociologia do Esporte configura-se como cadeira autônoma nesta localidade. E enquanto fatores que, conforme Ferreira (2009, p. 60), auxiliariam nesse processo tem-se: “o desenvolvimento da disciplina e de seus campos de trabalho, melhoria dos recursos materiais e pessoais, reconhecimento do esporte como objeto de pesquisa [...] [e] incentivos de pesquisadores da Sociologia.”. Nesse contexto, a autora acrescenta a influência de atletas Olímpicos do país que, de modo organizado, mobilizaram-se em prol da implementação de quadros institucionais de Ciências do Esporte nas universidades.

Ademais, quanto às perspectivas e correntes teóricas dominantes nos estudos do esporte no referido período, Ferreira (2009, p. 60) assevera o nexos intelectual para com a escola frankfurtiana; sobretudo no tocante à crítica à faceta burguesa do esporte; porquanto o mesmo era tratado, a partir de alguns expoentes deste referencial, “como parte de uma sociedade de classes, uma manifestação do capitalismo tardio, uma reprodução da força de trabalho ou como pertencendo ao contexto das condições das estruturas de mercado.”.

Já no contexto australiano, Ferreira (2009, p. 62) inicia a apresentação anunciando, em diálogo com Chris Collins (2000), que se trata de uma localidade em que o esporte ocupa um importante papel. Em termos teóricos, a autora afirma que as primeiras produções tinham como viés basilar o funcionalismo estrutural, dado o *locus*³⁰ de privilégio deste no entorno das correntes sociológicas mais insígnies até os primeiros instantes da década de 1970.

Na década de 1980, como aponta Collins (2000, p. 525 *apud* FERREIRA, 2009, p. 63), tem início uma vertente crítica. Em outros termos, “estudos que abordaram o esporte como uma instituição social, explicitamente e implicitamente ligado à estrutura social, sobre a relação simbólica entre este fenômeno e o capitalismo, questões de pátria, comércio, nacionalismo, mídia e cultura popular.”. No final desta década e início da década de 1990 emergem investigações críticas multidisciplinares de esporte e lazer. De modo que, dentre as perspectivas

³⁰Entendido como “espaço”.

aplicadas, destacaram-se: o Estruturalismo e o Pós-Estruturalismo, a Sociologia Figuracional, o Pós-Modernismo, a Economia Política e o Feminismo (FERREIRA, 2009; COLLINS, 2000).

Ferreira (2009) destaca, ainda, que um fator relevante para o fomento ao intercâmbio cultural e – consequentemente – à quantidade de pesquisas no país, foi a criação de organizações orientadas para a promoção do estudo do esporte e do lazer em nível social. Conforme Collins (2000, p. 526 *apud* FERREIRA, 2009, p. 63), “estes polos de publicação oferecem auxílio para o esforço coletivo e a organização entre acadêmicos deste nicho de pesquisa, sendo o âmbito do lazer, o mais abordado.”.

Quanto ao entorno britânico, a autora faz uso – como principal fonte –, de uma entrevista realizada por Édison Gastaldo com Eric Dunning, na medida em que a carreira deste último está diretamente relacionada à consolidação da Sociologia do Esporte, em especial na Inglaterra. Como demonstra, no final dos anos 1950, por indicação de Norbert Elias, Dunning – que praticara futebol – realiza um mestrado sobre a temática esportiva; este trabalho acaba configurando-se como uma produção da Sociologia do Esporte, à época incipiente enquanto área temática de estudos sociológicos no país. “A importância de tal estudo foi percebida e a tese, além de outros ensaios redigidos pelos dois pesquisadores foram publicados sob a forma de um livro, intitulado “A Busca da Excitação”.” (FERREIRA, 2009, p. 68).

Dos anos 1960 em diante, a Sociologia do Esporte aflora na região como uma especialidade da área sociológica. Tal fato é ilustrado pela criação da organização internacional denominada “International Sociology of Sport Association”³¹ que, como registra Ferreira (2009), para além de Dunning e Elias, contou com colaborações internacionais de outros sociólogos como Guenther Lueschen – alemão – e Gregory Stone – estadunidense. Nos anos 1990, é fundado o “Centre for Research into Sport and Society”³². Tal organização – mobilizada por Dunning em conjunto com os também sociólogos Patrick Murphy e Ivan Waddington –, como narra Ferreira (2009), possibilitou a aparição e maior acessibilidade de diversos estudos baseados, sobretudo, na teoria figuracional.

Derradeiramente, atinente ao sítio estadunidense, mediante aproximações – principalmente – com Jay Coakley (2008), Ferreira (2009, p. 69) discorre que a Sociologia do Esporte, enquanto disciplina, adquire legitimidade acadêmica plena nas renomadas associações do país nos anos 2000. Enquanto marcos relevantes precursores desse processo, Ferreira (2009, p. 69) assinala a formação, nos anos 1960, do “Committee for the Sociology of Sport”³³ cujos

³¹Em tradução livre: “Associação Internacional da Sociologia do Esporte”.

³²Em tradução livre: “Centro de Pesquisa em Esporte e Sociedade”.

³³Em tradução livre: “Comitê de Sociologia do Esporte”.

esforços culminaram na publicação da “International Review of Sport Sociology”³⁴. Mais especificamente, o intento de “explicar e promover o objeto em periódicos americanos de renome, bem como em redes de contato nos departamentos da Sociologia e Educação Física de algumas universidades.”.

Conforme Coakley (2008), ademais da abertura de outros espaços de debate³⁵ – sobretudo a partir da década de 1970 –, as publicações advindas desse período estimularam a inclusão da Sociologia do Esporte nas grades de cursos supracitados. Logo, é insigne que o desígnio retroalimentar – nesse esteio produtivo regular e de espaços extracurriculares de diálogo – fora fundamental para a decorrente consolidação da área no país.

Posto isto, no que tange ao contexto brasileiro, de modo introdutório e dentro de um entendimento amplo, Ferreira (2009) argumenta que o esporte – majoritariamente representado pelo futebol³⁶ – passa a ganhar legitimidade e espaço no diapasão sociológico na medida em que a Sociologia cresce e ganha autonomia em âmbito institucional.

Em convergência, no nível de produção acadêmica propriamente dita, há acordo na constatação supracitada de Giglio e Spaggiari (2010) acerca do período de concentração das publicações brasileiras; todavia, como estes próprios registram, as primeiras contribuições no esteio da Sociologia para o estudo do futebol datam da década de 1940.

O ensaio “O papel da magia no futebol”, de Mário Miranda Rosa (1944), e a resenha do sociólogo Luiz Aguiar Costa Pinto (1947) do livro de Mário Filho, “O negro no futebol brasileiro”, então recém-lançado. Ambos foram publicados na revista “Sociologia”, primeiro periódico científico de Ciências Sociais no Brasil, editado pela então Escola Livre de Sociologia e Política e São Paulo. (GIGLIO; SPAGGIARI, 2010, p. 295).

A partir do final da década de 1970, Giglio e Spaggiari (2010) assinalam que os temas esportivos em periódicos da área tornam-se menos esporádicos. Na década de 1980, destaca-se a publicação de dois livros que se tornaram referências relevantes para o estudo do objeto à luz da Sociologia e Antropologia: o “Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira”, sob organização de Roberto DaMatta (1982a) e “Futebol e cultura: coletânea de estudos”, com organização advinda de José Sebastião Witter e José Carlos Sebe Meihy (1982).

Diversos temas foram pesquisados ao longo dessas duas décadas: a inserção e a participação dos negros no futebol; as relações entre futebol e identidade nacional; discussões sobre estilos e escolas de futebol, principalmente de um “jogar à brasileira”, mais conhecido como “futebol-arte”; a circulação de jogadores brasileiros

³⁴Em tradução livre: “Revista Internacional de Sociologia do Esporte”.

³⁵Citando, à guisa de exemplo, a “American Sociological Association” e a “American Association for the Advancement of Science”. Respectivamente, a “Associação Americana de Sociologia” e a “Associação Americana para o Avanço Científico”.

³⁶De modo que se nota que, sobretudo no Brasil, a Sociologia do Esporte demonstra-se mais como uma “Sociologia do futebol”.

no futebol internacional; a formação de jovens jogadores em escolinhas de futebol e categorias de base etc. Dentre os principais temas, as pesquisas sobre torcidas organizadas, muito influenciadas pela proliferação de conflitos e casos de violência nos estádios no começo da década de 1990, tiveram um impacto decisivo dentro do processo de ampliação do cenário de estudos sobre esportes no Brasil. (GIGLIO; SPAGGIARI, 2010, p. 296).

Para mais, epistemologicamente, em “Esporte, comunicação e Sociologia: uma leitura da trajetória acadêmica e da produção intelectual de Ronaldo Helal”, Bernardo Borges Buarque De Hollanda (2022, pp. 145-146) delimita que tal conjuntura “lança as bases sociológicas e antropológicas de legitimação da prática esportiva como um novo campo de observação.”. Mais diretamente no que tange à possibilidade de sobrepujar a perspectiva ortodoxa que entendia o futebol como “ópio do povo”. Em discordância, afirmou-se³⁷, por exemplo, “a capacidade do futebol de explicitar aspectos simbólicos e ritualísticos mais profundos, que operavam na fímbria da relação estrutural, cotidiana e extraordinária, do brasileiro com o esporte mais popular do país.”.

Um marco fundamental no desígnio de legitimação do futebol enquanto objeto de estudo sociológico – estimulando uma geração de cientistas sociais em formação – foi a publicação, em 1990, do livro de estreia da produção acadêmica de Ronaldo George Helal, “O que é Sociologia do Esporte”.

Formado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, aos 34 anos – e então doutorando em Sociologia pela *New York University* –, Helal (1990) incorpora experiências e um repertório de literatura oriundos do seu processo de pós-graduação no exterior para apresentar a então incipiente disciplina e delimitar uma lexicografia teórica³⁸.

De acordo com o autor, a publicação visa “estudar sociologicamente o esporte”, o que naquela altura significa “realizar uma investigação crítica, distante e sistemática do significado e das consequências do esporte como uma grande instituição social”. O teor introdutório do livro caminha *pari passu* com uma linguagem convidativa, amigável, em tom de conversa, com exemplos de cenas corriqueiras, a aproximar quem escreve de quem lê. As referências teóricas da sociologia clássica – Durkheim, Weber, Marx – comparecem com seus conceitos de fato social, racionalização, secularização, especialização, conflito, mas de uma forma, por assim dizer, lúdica à compreensão do leitor. (DE HOLLANDA, 2022, p. 149).

Conforme Pablo Alabarces (LEME, 2021), inevitavelmente, quando se questiona sobre os estudos sociais e culturais do esporte na América Latina, recorre-se à publicação do supramencionado “Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira”, organizado por

³⁷Como em: DaMatta (1982a).

³⁸A exemplo da acepção de esporte moderno que, nos termos do autor, compartilha características com a sociedade moderna, no caso, a racionalização e laicização do jogo enquanto brincadeira (HELAL, 1990). Outrossim, esta elucubração segue acompanhando os intentos sociais de pesquisa na contemporaneidade.

Roberto DaMatta (1982a). Não obstante, trata-se de uma fundação fortemente marcada pela Antropologia. Logo, a publicação de “O que é Sociologia do Esporte”, oito anos depois, é crucial e fundacional no que concerne ao esteio sociológico latino-americano. Sobretudo pela afirmação da Sociologia do Esporte como um espaço que tanto auxilia a compreensão social quanto possibilita que se vislumbre sociedades mais democráticas (LEME, 2021).

De similar sinalização, ao passo que inaugura os debates medulares que se estabelecem no período subsequente, para Arlei Sander Damo (LEME, 2021), a contribuição inaugural de Helal (1990), que recém completou trinta anos desde a sua publicação, sintetiza – com demasiada eficácia e acessibilidade – a densidade de questões precípuas de ordem sociológica à luz do fenômeno esportivo. Como assinala Leda Maria da Costa (LEME, 2021), mesmo com a ampliação e diversificação do campo ao longo das três décadas ulteriores, o livro é capaz de atemporalizar elementos que estimulam o interesse acadêmico no aprofundamento da Sociologia do Esporte.

Em convergência com o apontamento supracitado de De Hollanda (2022), acerca da relevância da produção sócio antropológica de DaMatta (1982a) em termos de embate para com a ortodoxia acadêmica – que subestimava os estudos esportivos nas Ciências Humanas –, Rosana da Câmara Teixeira (LEME, 2021) argumenta e reitera a destreza de Helal (1990) em explicitar a potência do esporte como fenômeno social fundamental para a compreensão da sociedade moderna; vide o entendimento do evento esportivo como algo extraordinário – a partir da intersecção de elementos técnico-rationais-comerciais com elementos mágico-ritualístico-religiosos (DE HOLLANDA, 2022) – e o papel do conflito como fator constitutivo das competições esportivas.

Os estilos de jogo, o discurso meritocrático das vitórias, o uso das metáforas no vocabulário esportivo, o caráter extraordinário das partidas, a incerteza do resultado, a relação dos torcedores com sua equipe, a penetração do dinheiro na indústria do entretenimento e a construção do ídolo pela mídia são alguns temas pinçados pelo autor para fazer o leitor-estudante, agora dotado do instrumental teórico, apto a perceber a dimensão sociocultural dos esportes na vida moderno-contemporânea. (DE HOLLANDA, 2022, p. 150).

Diante do exposto, por conseguinte, tem-se acordo com as considerações derradeiras de Ferreira (2009, p. 71) de que – embora sob contextos bastante distintos – em todas as referidas realidades “o esporte não era um objeto de estudo considerado válido.”. De modo que, mesmo em localidades onde o desdobramento quantitativo de estudos tenha sido mais notório³⁹, houve a necessidade de salutaros esforços para que, primeiramente, ao esporte fosse dotada relevância acadêmica no esteio sociológico. *Pari passu*, acrescenta-se, nesse âmago, a observação acerca

³⁹Vide Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos (FERREIRA, 2009).

da importância de movimentos retroalimentares – seja no âmbito de produtividade em si, seja na articulação extracurricular de palcos alternativos multidisciplinares de debate – para que algumas cadeiras acadêmicas consagradas fossem posteriormente ocupadas.

Como aponta Ferreira (2009), além do nexo e impacto dos núcleos de Sociologia internacionais no contexto austral, sob a perspectiva acadêmica doméstica, sinteticamente: são manifestos o ineditismo de cunho antropológico em âmbito fundacional (DAMATTA, 1982a) e, posteriormente, as gamas de possibilidades de investigação e delineamento – à luz mais específica da Sociologia – abertas a partir das bases teórico-conceituais pavimentadas, na década seguinte, por Ronaldo Helal (1990).

Neste esteio, tendo-se em vista a contemporaneidade, apesar de respaldada – evidenciando a potência do objeto enquanto elemento sociocultural – como válida e relevante, faz-se coro, novamente, às assertivas supra registradas no que tange à necessidade de mais e plurais investigações e publicações sobre o esporte, sobretudo em um diapasão multiarticular; que auxiliem a compreensão retroalimentar entre o mesmo e a sociedade.

5. FUTEBOL, MULTICULTURALIDADE E REFUGIADOS

Orientada a relevância do esporte – na especificidade futebolística – à sapiência do conhecimento sociológico, quer-se, por conseguinte, interconectar o esteio migratório à temática do futebol.

Para tal, o presente capítulo objetiva: em primeira instância, explanar uma pontual distinção teórico-categorial buscando adaptar e contemporaneizar a escolha vocabular para o recorte estabelecido; argumentar o nexos entre futebol, multiculturalidade e refugiados, demonstrando – a partir da seara acadêmica e com o respaldo de exemplos advindos do próprio meio futebolístico – que embora haja sinalizações convergentes à associação entre o alto rendimento e propósitos humanitários e inclusivos, também há sólidas contrapartidas teórico-práticas; e, por fim, delinear a margem literária e as lacunas delas provenientes que atestam a relevância de um esforço teórico de investigação com base na atividade futebolística como prática recreativa no esteio do deslocamento forçado.

Para além de Ronaldo Helal (1990), neste diapasão, dialogar-se-á com: Guilherme de Freitas (2017); Valter Bracht (2005); Hugo Suppo (2012); Douglas Kellner (2006); César Castilho (2021); Mariana Rodrigues (2015); Luciano Bueno (2008); e Ramón Spaaij (2019).

5.1. Delimitação terminológica: conceituações de Ronaldo Helal (1990) e contemporaneização vocabular

Antes de adentrar no nexos entre o futebol e migração, entende-se que seja elementar elucidar uma pontual distinção teórico-categorial, na medida em que esta será relevante tanto para o delineamento dos tópicos que se seguem quanto para introduzir o enfoque a ser escrutinado no capítulo posterior.

Conforme a elucubração teórica de Helal (1990) – traduzindo, mais diretamente, um conjunto de substantivos diagramas oriundos da Sociologia do Esporte dos Estados Unidos da América – o vocábulo “jogo” não tem um significado sinonímico ao vocábulo “esporte”.

Para Helal (1990), ao aspecto do “jogo” é dotada uma predefinição de regras fixas visando ordenar a atividade em busca de um objetivo – podendo ter ou não um propósito competitivo. Em outros termos, “ao colocar obstáculos para atingir o objetivo e ao delimitar o espaço, o tempo e o tipo de ação permitida durante o jogo, as regras funcionam como um quebra-cabeça que, para ser resolvido, necessita de ordem, inteligência e habilidade.” (HELAL, 1990, p. 27).

Por outro lado, ao “esporte”, dentro dessa distinção, Helal (1990) atribui o sentido de “qualquer competição que inclua uma medida importante de habilidade física e que esteja subordinada a uma organização mais ampla que escape ao controle daqueles que participam ativamente (sejam eles jogadores ou torcedores) da ação.” (HELAL, 1990, p. 28). Esta definição, conforme De Hollanda (2022, p. 149), “é uma adjetivação que possibilita a condição distintiva do esporte moderno.”.

Por conseguinte, mantendo-se a essência desse entendimento, porém visando uma articulação léxica mais condizente com a contemporaneidade – bem como um propósito de separação didática que permita uma interconexão mais fluida para com as bibliografias a serem analisadas no próximo capítulo –, faz-se, nesta dissertação, a opção vocabular de denotar os termos “atividade recreativa”, bem como “atividade esportiva voltada ao lazer” ao que Helal (1990) definiu “jogo”; e “esporte de rendimento” ou “futebol espetáculo/espetacularizado” ao que Helal (1990) definiu “esporte”.

A primeira manobra justifica-se ancorada – academicamente – no entendimento da prática de lazer, no seio esportivo, como:

Uma atividade livre, conscientemente tomada como ‘não-séria’ e exterior à vida habitual, mas ao mesmo tempo capaz de absorver o jogador de maneira intensa e total. É uma atividade [...] praticada dentro de limites espaciais e temporais próprios, segundo uma certa ordem e certas regras. (HUIZINGA, 1992, p. 16).

Com o adendo – a partir da própria definição de Helal (1990) a qual se quer corresponder – de que, mantido o propósito de recreação, o viés de competição pode ou não aparecer; no caso, em um nível amador.

Já a segunda, mediante a sinalização de De Hollanda (2022) acerca do esporte moderno – que tem como expressão, em seu mais alto nível de desempenho, a espetacularização de competições internacionais⁴⁰ – e conforme a compreensão de que, não obstante “o rendimento [esteja] presente em maior ou menor grau em toda prática esportiva, [...] numa determinada manifestação, é elevado à categoria central, ao elemento definidor e organizador das ações.” (BRACHT, 2000, p. XIII).

Isto posto, asseverada a valia do esporte – com especial ênfase para o futebol – enquanto elemento presente e influente no bojo social e objeto de estudo sociológico, assume-se que a distinção conceitual entre a prática do jogo de futebol e o esporte em sua manifestação mais performática e espetacularizada – tal como a indicação e justificativa da adaptação léxica supra dispostas – são fundamentais para os momentos subsequentes.

⁴⁰“Com sua tendência à quantificação e à submissão do corpo ao registro estatístico.” (DE HOLLANDA, 2022, p. 149).

5.2. A Copa do Mundo e o impasse entre inclusão e alto rendimento

Em “O que é Sociologia do Esporte”, com especial ênfase para o futebol, Ronaldo Helal (1990) argumenta que:

O primeiro passo para a compreensão sociológica do esporte no mundo moderno é encará-lo como um fato social. Isto é, como algo socialmente construído, que existe fora das consciências individuais de cada um, mas que se impõe como uma força imperativa capaz de penetrar intensamente no cotidiano de nossas vidas, influenciando os nossos hábitos e costumes. (HELAL, 1990, p. 13).

De similar propositura, como demonstra Freitas (2017), a vasta expansão da prática do futebol para além do domínio bretão – onde, enquanto modalidade regrada, se originou há 160 anos como uma atividade feita pela e para a elite inglesa – tornando-se um esporte de massas, articula-se ao seu potencial integrativo.

Para mais, à medida que a prática do futebol passa a permear os mais variados espaços do globo terrestre, dado que, como bem assinala Freitas (2017, p. 13), “sua presença mundial é considerada um universo sem fronteiras”, o mesmo, em sua faceta de esporte de rendimento, também sofre impacto dos elementos que compõem a historiografia mundial ao logo desses mais de um século e meio. Dentre tais, os fluxos migratórios.

Neste diapasão, dada – como já registrada –, a sua relevância em termos de audiência, um meandro onde é nitidamente possível averiguar a interconexão entre futebol e a migração é a Copa do Mundo de Seleções, organizada pela FIFA. Sob o recorte do Velho Continente, Freitas (2017, p. 21), afirma que “a internacionalização e a mercantilização do futebol europeu passaram a ser cada vez mais constantes na década de 1990, aumentando o intercâmbio entre jogadores e de certa forma abrindo espaço para atletas descendentes de imigrantes atuarem nas Seleções europeias.”.

Na contemporaneidade, é salutar mencionar à guisa de exemplo, que na Copa do Mundo realizada em 2018, vencida pela Seleção da França, para além do bom desempenho dentro das quatro linhas, esta Seleção também chamou a atenção dos espectadores tanto pela jovialidade de seu plantel quanto pela sua multiculturalidade. E embora o perfil multicultural da Seleção francesa seja algo comum ao longo da história de suas participações em Copas (FREITAS, 2018), na última edição do torneio, dos 23 jogadores convocados, o elenco francês era composto por 17 jogadores migrantes ou descendentes de migrantes, igualando em números o plantel mais multicultural da equipe até então, o da Copa do Mundo de 2006, quando os franceses sagraram-se vice-campeões (DE SOUZA, 2021).

Ademais, em um contexto ainda mais recente, a Copa do Mundo realizada em 2022, como registra Freitas (2022, n.p.), foi “sem dúvidas, a mais multicultural de todos os tempos.”. Na conclusão do seu levantamento feito à ocasião do torneio, Freitas (2022, n.p.) concluiu que, embora o recorte europeu detenha maior visibilidade, “jamais tantas Seleções nacionais tiveram ao mesmo tempo elencos com tanta diversidade étnica e migratória. Seja na Europa, na África, na Ásia, na América e na Oceania, todos os continentes foram bem representados neste quesito.”.

A pesquisa de Freitas (2022) computou um total de 238 atletas com perfil multicultural – ou seja, dos 831⁴¹ jogadores que disputaram o torneio, 28,6% eram compostos por migrantes ou descendentes de migrantes; destes, 111 atuaram por Seleções europeias, 58 por Seleções africanas e 69 pelas Seleções dos Estados Unidos, Canadá e Austrália. A França, o Canadá e a Austrália, para além da totalidade migratória, também chamaram a atenção pelo fato de contarem com jogadores que chegaram aos respectivos países enquanto refugiados.

Na Europa, a Seleção francesa – novamente –, se destacou com 23 migrantes/descendentes do total de 26 jogadores convocados e, dentre tais, 01 jogador que chegou ao país na condição de refugiado. Conquanto, Seleções como Suíça, Portugal e Inglaterra também chamaram a atenção com 14, 11 e 08 atletas migrantes/descendentes respectivamente. A África⁴², por sua vez, como disserta Freitas (2022, n.p.), “nunca antes teve tantas equipes com este perfil multicultural”; com destaque para as Seleções do Marrocos, Senegal e Tunísia com, em ordem crescente, 15, 13 e 12 jogadores.

Os Estados Unidos, país com um histórico migratório variado, vide “trabalhadores, estudantes e no esteio de reunificação familiar” (FREITAS, 2022, n.p.), contou com 15 atletas migrantes/descendentes dos 26 selecionados. Já o Canadá e a Austrália, outras ex-colônias britânicas, além de contarem com um número significativo de migrantes em seus respectivos plantéis, 22 e 16 em respectivo, assim como no caso francês, também se destacaram, como dito, pela especificidade dos atletas refugiados.

⁴¹MARTINS, C.; YUKARI, D. De seleções com 4 goleiros a domínio inglês, veja curiosidades das convocações. Folha de S. Paulo, 2022. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2022/11/de-selecoes-com-4-goleiros-a-dominio-ingles-veja-curiosidades-das-convocacoes.shtml#:~:text=Mundial%20ter%C3%A1%20831%20jogadores%20de,1%20C82%20m%20de%20altura&text=Ao%20todo%20831%20jogadores%20desembarcam,come%C3%A7a%20neste%20domingo%20\(20\)](https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2022/11/de-selecoes-com-4-goleiros-a-dominio-ingles-veja-curiosidades-das-convocacoes.shtml#:~:text=Mundial%20ter%C3%A1%20831%20jogadores%20de,1%20C82%20m%20de%20altura&text=Ao%20todo%20831%20jogadores%20desembarcam,come%C3%A7a%20neste%20domingo%20(20).). Acesso em: 17 jul. 2023.

⁴²“São muitos atletas nascidos em outros países, quase todos na Europa e majoritariamente na França. Mas existem também atletas nascidos no próprio país, que migraram ainda muito jovens para o continente europeu e por lá tiveram sua formação como jogadores. Chama a atenção o fato de muitos deles terem defendido as seleções europeias na base, mas optado por jogar pelos selecionados africanos no absoluto. Uma provocação é que o futebol de seleções reflete de certa forma, os impactos do colonialismo europeu. Agora na figura do atleta europeu que vai defender uma seleção africana ao invés de um jogador nascido no continente.” (FREITAS, 2022, n.p.).

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (UNHCR, 2022), por meio da sua página oficial no aplicativo *Instagram*⁴³, publicou um conteúdo relacionado diretamente ao fato supracitado. A agência traz o francês Eduardo Camavinga – nascido em um campo de refugiados em Angola; os australianos Thomas Deng, Garang Kuol e Awer Mabil – também nascidos em campos de refugiados depois que suas famílias deixaram o Sudão do Sul; e o canadense Alphonso Davies – nascido em um campo de refugiados em Gana. Todos, como assepte Freitas (2022, n.p.), “obtiveram novas nacionalidades graças ao futebol.”

O caso de Davies, em particular, é o exemplo mais notório na contemporaneidade no tocante à relação entre futebol de alto rendimento e refugiados. O jogador – responsável por marcar o primeiro gol do Canadá em Copas do Mundo –, nascido no campo de refugiados Buduburam, em Gana, é filho de liberianos que foram obrigados a fugir da guerra civil no país. No Canadá e, futuramente, atuando por um importante clube alemão⁴⁴, Davies obteve destaque no meio futebolístico tanto em termos de desempenho atlético⁴⁵, quanto de postura e comprometimento humanitários – na medida em que o jogador tornou-se, em 2021, Embaixador Global da Boa Vontade do ACNUR⁴⁶; o primeiro futebolista e o primeiro canadense a receber tal título.

Além de Davies, o já citado jogador francês Eduardo Camavinga, assim como o primeiro, é filho de pais refugiados⁴⁷ e também nasceu em um campo de refugiados, em Angola. Com recém completados 20 anos, Camavinga atua pelo gigante clube espanhol *Real Madrid Club de Fútbol* e a exemplo de seu colega de profissão, também se tornou apoiador honorário do ACNUR. Ademais, conforme a própria agência, além de atestar orgulho por tal honraria, “o atleta se posiciona em suas redes sociais visando conscientizar seus fãs sobre a importância de se garantir aos refugiados o acesso a atividades esportivas.” (UNHCR, 2022, n.p.).

Posto isto, sob o aspecto teórico, em “O papel da dimensão cultural nos principais paradigmas das relações internacionais”, Hugo Suppo (2012, p. 403) – em diálogo com Douglas Kellner (2006), em “Cultura da mídia e triunfo do espetáculo” – afirma que o esporte é um

⁴³UNHCR. Conheça os jogadores de futebol forçados a se deslocar. UNHCR, 01 dez. 2022. Instagram: @acnurbrasil. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CloYr4joFRI/?igshid=YmMyMTA2M2Y%3D>. Acesso em 15 dez. 2022.

⁴⁴O *Fußball-Club Bayern München*.

⁴⁵Atribuído à sua qualidade dentro de campo e suas conquistas internacionalmente relevantes recentes – com apenas 22 anos de idade – por um clube gigante no cenário internacional, o Bayern de Munique, coroado campeão europeu em 2020, de modo a figurar em listas que o apontam como um dos melhores e mais financeiramente valorizados jogadores do Canadá e do mundo na atualidade (DECOURCY, 2020).

⁴⁶Na ocasião, Davies afirmou estar “orgulhoso de fazer parte do time da Agência da ONU para Refugiados como Embaixador da Boa Vontade. “Minhas experiências pessoais me fazem querer usar minha voz pelos refugiados, compartilhar suas histórias e ajudar a fazer a diferença.” (UNHCR, 2021, n.p.).

⁴⁷No caso, congoleses.

elemento que, ademais de proporcionar ferramentas no âmbito de sonhos e fantasias, constrói identidades, de modo que “as celebridades do esporte são “divindades” que foram fabricadas e permanentemente valorizadas positivamente ante o público.”.

No diapasão da Sociologia do Esporte, mais especificamente em “Mídia, ídolos e heróis do futebol”, Helal (1999, p. 01) vai na mesma direção, argumentando que as estrelas do esporte tanto atraem adeptos como também “transformam-se em referenciais para os fãs”, de modo que, em paralelo a universos como a música e a dramaturgia, “ambos, ídolos do esporte e ídolos da música, se transformam em celebridades, porém, só os ídolos do esporte costumam ser considerados ‘heróis’.”.

Logo, entende-se possível cogitar que o enfoque sobre renomados atletas com perfil multicultural, principalmente por se tratarem de jogadores performando no mais elevado patamar⁴⁸ do futebol de alto rendimento, abre margem para o questionamento – dado o apelo global do esporte e, conseqüentemente, dos jogadores – acerca do potencial de influência destes, na medida em que representam e se posicionam⁴⁹ perante causas humanitárias; no caso, a visibilidade e a erradicação de preconceitos para com os refugiados.

Em nível institucional internacional, é salutar apontar que embora os compromissos primários firmados entre a ONU e a FIFA datem de 1999, sob a retórica de viabilizar, como atesta Sadecky (2023, n.p., tradução nossa), “projetos em conjunto que aproveitem o poder unificador e integrador do futebol, permitindo com que pessoas de diferentes origens encontrem um terreno comum e uma fonte de encorajamento”, conforme o próprio Alto Comissário para Refugiados⁵⁰, uma atuação mais efetiva da organização através do ACNUR no esteio esportivo começou a ser articulada somente após os Jogos Olímpicos de Verão de 2016.

Não obstante, sobretudo nos últimos quatro anos, tem-se notado um crescente interesse da pasta da ONU em promover e/ou apoiar iniciativas globais no tocante à erradicação de preconceitos, proteção e inserção social de refugiados através do futebol como elo norteador – de modo a tornar-se, hoje, o principal ator institucional nesse sentido. No que concerne ao vínculo da agência com o futebol de alto rendimento, para além de jogadores específicos, o

⁴⁸A Copa do Mundo. Ademais, no caso de muitos deles, atuando em grandes instituições de futebol que, por conseguinte, contam com milhões de adeptos ao redor do mundo. Neste esteio, para além de Alphonso Davies e Eduardo Camavinga, cita-se também: Victor Moses, Dejan Lovren, Luka Modric e Granit Xhaka. Estrelas futebolísticas com histórico de refugiados que atuam, respectivamente, em *Futbolniy Klub Spartak Moskva*, *Olympique Lyonnais*, *Real Madrid Club de Fútbol* e *Arsenal Football Club* (BARQUILLA, 2017).

⁴⁹Enquanto representantes das organizações internacionais supramencionadas e – sobretudo tornando públicos ou enfatizando casos de discriminação no meio futebolístico – em seus próprios nomes a partir das suas redes sociais.

⁵⁰Filippo Grandi. UNHCR. MORE THAN A GAME: The UNHCR Sport Strategy 2022-2026. 2022.

ACNUR também atua em parceria com Federações⁵¹ e clubes europeus e latino-americanos.

Cita-se, por exemplo, no contexto latino-americano: a parceria com o Santos Futebol Clube que visa o auxílio integrativo de refugiados venezuelanos em Boa Vista/RR (PACHIONI; FERREIRA, 2020); e o acordo firmado com o *Club Alianza Lima*, do Peru, o primeiro clube de futebol profissional a firmar convênio com o ACNUR para apoiar a integração de refugiados no país (UNHCR, 2020). E no contexto europeu: o projeto plurianual em parceria com o *Paris Saint-Germain Football Club*, da França, no desenvolvimento de um centro esportivo – o primeiro criado com a participação de um clube de futebol – no contexto do maior campo de refugiados do mundo, o *Cox's Bazar*, em Bangladesh, visando beneficiar 10.000 crianças em situação de refúgio (UNHCR, 2021); e a parceria com o *Futbol Club Barcelona* que objetiva fomentar a proteção a crianças e jovens afetados por conflitos armados na Colômbia, apoiar um programa de proteção e violência de gênero na Malásia e criar um projeto esportivo no contexto dos assentamentos de refugiados de Nakivale e Oruchinga, em Uganda (UNHCR, 2022).

Nas literaturas comunicacional e esportiva internacionais há registros de produções alicerçadas sob essa linha de questionamento como pergunta de pesquisa. Dentre as mais salutares, cita-se, primeiramente, o artigo “Using celebrity news stories to effectively reduce racial/ethnic prejudice”⁵², escrito por Srividya Ramasubramanian (2015).

Neste, a partir de um experimento com cidadãos comuns estadunidenses, o objetivo geral da autora foi o de identificar se a exposição social – de e para com celebridades pertencentes a minorias étnicas – é uma estratégia eficaz, proativa e viável para a redução do preconceito e a harmonia intergrupar. Resumidamente, a partir da intersecção entre o contato mediado e teorias de cunho exemplificativo, Ramasubramanian (2015) identificou que o contato social midiático positivo da população em relação a famosos – fortemente identificados a grupos socialmente minoritários – tem potencial para modificar atitudes raciais, bem como traduzir-se em uma maior disposição para o apoio a políticas afirmativas.

Em um desígnio mais específico à ordem futebolística, aponta-se também o estudo de caso denominado “Can exposure to celebrities reduce prejudice? The effect of Mohamed Salah on islamophobia behaviors and attitudes”⁵³, realizado por Ala' Alrababa'h, William Marble,

⁵¹Vide a União das Federações Europeias de Futebol (UEFA). UEFA & UNHCR. Cooperation Protocol between Union des Associations Europeennes de Football and The Office of the United Nations High Commissioner for Refugees. 2021.

⁵²Em tradução livre: “Usando celebridades para reduzir efetivamente o preconceito racial/étnico”.

⁵³Em tradução livre: “A exposição a celebridades pode reduzir o preconceito? O efeito de Mohamed Salah nos comportamentos e atitudes islamofóbicas”.

Salma Mousa e Alexandra Siegel (2021).

Com base em relatórios de crimes de ódio e um meticuloso monitoramento de redes sociais, tal estudo buscou avaliar o impacto do ídolo do *Liverpool Football Club*, Mohamed Salah, na incidência de crimes de ódio e intolerância religiosa na região de Merseyside⁵⁴. Salah é dotado de uma conspícua identidade islâmica e é declaradamente ativo na luta por causas sociais⁵⁵. Em síntese, Alrababa'h *et al.* (2021, p. 23, tradução nossa) identificaram que, após a chegada de Salah ao clube, “os crimes de ódio na região caíram 16% e os torcedores do *Liverpool* reduziram pela metade suas taxas de postagens islamofóbicas em relação aos torcedores de outros clubes.”. Em conclusão, afirmaram que “a clara identidade muçulmana de Salah permitiu que sentimentos positivos em relação a ele se generalizassem para os muçulmanos de forma mais ampla.”.

Não obstante, ao passo que Ramasubramanian (2015, p. 123, tradução nossa) alerta que o potencial contra-estereotípico observado seja “sutil e tanto maleável quanto sensível ao contexto”, em entrevista concedida à Folha de São Paulo, uma das autoras do último trabalho sinalizado – Salma Mousa – afirma a questão sobre a possibilidade do comportamento dos torcedores ser diferente no caso de um jogador estigmatizado que não performe bem no clube e, conseqüentemente, não alcance um sucesso esportivo de Salah (TRINDADE, 2022) – indagação essa que já havia sido levantada por Joseph Massad, em entrevista à revista *New Yorker* em 2018 (THOMAS, 2018).

O ponto assinalado por Ramasubramanian (2015) e o questionamento registrado por Massad e Mousa, por conseguinte, compõem uma esfera de contraposição atinente à grande parte da literatura esportiva crítica – em diálogo com a História, as Relações Internacionais e a Sociologia. Mais diretamente, no que tange às limitações do futebol de alto rendimento frente a intentos socialmente inclusivos; sobretudo, pelo aprofundamento, ao longo dos anos, do processo de mercadorização do esporte (BRACHT, 2005; ASSIS, 2010; PIRES, 1998).

De acordo com Valter Bracht (2005), em “Sociologia crítica do esporte: uma introdução”, o esporte moderno internaliza características básicas que compõem elementos insígnies à lógica de mercado da sociedade capitalista. Dentre tais, o foco na performance e a potencialização do elemento competitivo. Nesse diapasão, à medida que a narrativa neoliberal meritocrática torna-se uma cultura visível no esporte moderno, no nível de rendimento, o ponto

⁵⁴Local onde se situa a sede do clube em questão.

⁵⁵Dentre tais, a educação inclusiva para refugiados. UNHCR. Say hello to professor Salah! Vodafone Foundation-UNHCR Instant Network Schools Ambassador surprises students in Egypt. UNHCR, 2021. Disponível em: <https://www.unhcr.org/news/announc/2021/11/61964d864/say-hello-professor-salah-vodafone-foundation-unhcr-instant-network-schools.html>. Acesso em: 23 dez. 2021.

nevrálgico deste associa-se em uma relação simbiótica para com a competição.

Há alguns exemplos práticos marcantes no meio futebolístico de rendimento que podem responder a indagação de Joseph Massad e Salma Mousa. Em uma entrevista publicada pelo periódico “The Players Tribune”⁵⁶, a estrela belga Romelu Lukaku afirmou que, ao longo da sua carreira, sente que os casos de xenofobia e racismo para com ele são mais explícitos em momentos em que ele não performa bem em campo.

Quando as coisas iam bem, eu lia artigos nos jornais e eles me chamavam de Romelu Lukaku, o atacante belga. Quando as coisas não iam bem, eles me chamavam de Romelu Lukaku, o atacante belga de ascendência congoleza. Se você não gosta do jeito que eu jogo, tudo bem. Mas eu nasci aqui. Cresci em Antuérpia, Liège e Bruxelas. Sonhava em jogar no Anderlecht. Eu sonhava em ser Vincent Kompany. Começo uma frase em francês e termino em holandês, e acrescento um pouco de espanhol, português ou lingala, dependendo do bairro em que estivermos. Sou belga. Somos todos belgas. É isso que torna este país legal, certo? (LUKAKU, 2018 *apud* THE PLAYERS’ TRIBUNE, 2018, n.p., tradução nossa).

De modo similar, em 2014, ao ser questionado do porquê se recusara a cantar o hino nacional francês, o astro Karim Benzema, de ascendência argelina, disse: “Quando jogo bem, sou francês. Quando jogo mal, sou um árabe maldito.”⁵⁷. Também em 2014, durante a Copa do Mundo, o jogador sueco Jimmy Durmaz, de ascendência turca, cometeu uma falta que acabou reverberando no gol da Seleção adversária. Logo após a partida, o jogador recebeu insultos xenofóbicos em suas redes sociais (CARTA CAPITAL, 2018).

Ademais, outro posicionamento público confluyente aos de Lukaku e Benzema ganhou visibilidade em 2018. Na ocasião, após ser criticado em suas redes sociais por posar para uma foto com o presidente turco Recep Tayyip Erdogan, o craque alemão, Mesut Özil, de ascendência turca, expondo que a xenofobia e o racismo também acompanharam a sua trajetória esportiva, anunciou a sua aposentadoria da Seleção, afirmando “sou alemão quando ganhamos, mas sou imigrante quando perdemos. O racismo nunca deve ser aceito.” (STANLEY-BECKER, 2018, n.p., tradução nossa).

Por conseguinte, na linha retórica de Bracht (2005), de modo mais diretamente relacionado com o presente empreendimento de pesquisa⁵⁸, César Teixeira Castilho (2021)⁵⁹ questiona, com veemência, o poder que o esporte de alto rendimento tem em nível de inclusão social. Primeiramente – e em geral –, pois são poucos os atletas que conseguem romper barreiras de desprestígio e atingir um patamar de excelência em termos de carreira. Em segunda

⁵⁶Em tradução livre: “A tribuna dos jogadores”.

⁵⁷CARTA CAPITAL, 2018, n.p.

⁵⁸No caso, sob forma de pergunta realizada pelo próprio autor dessa dissertação direcionada a Castilho.

⁵⁹Esportes e afirmações identitárias | CASVIM UFF. 2021. 1vídeo (02h30m40s). Publicado pelo canal CASVim. Disponível em: <https://youtu.be/YjPWUNGYHI>. Acesso em: 26 abr. 2021.

instância, porque, nessa relação vincular com as características mercadológicas, as reações mediante a qualidade da performance ganham soberania; o que se aplica tanto em nível pessoal – jogadores – quanto de clubes e Federações.

Ademais, no que concerne às parcerias supramencionadas do ACNUR para com clubes da elite do futebol de alto rendimento, Castilho (2021) alerta sobre a armadilha acrítica frente aos objetivos dos últimos relacionados ao processo de “image-building”⁶⁰. Este, como argumenta, diz respeito ao propósito de melhorar a imagem de algo ou alguém pelas relações públicas e pela propaganda. Em nível exemplificativo, cita-se o caso do time francês *Paris Saint-Germain Football Club*. Tal clube – que, como supra referenciado, mantém parceria com a agência da ONU para refugiados – é de propriedade de Tamim bin Hamad al-Thani, emir do Qatar, país que foi sede da Copa do Mundo de 2022 (REIS, 2021).

E para além de outras problemáticas envolvendo o país frente a questões humanitárias – como noticiado por uma série de veículos de imprensa –, na ocasião da torneio, como notificou o grupo de direitos humanos Equidem (2022, p. 18, tradução nossa), trabalhadores migrantes da África e da Ásia empregados na construção civil e segurança dos estádios da Copa do Mundo afirmaram os esforços feitos por seus empregadores para “encobrir ou evitar investigações sobre mortes de trabalhadores, recrutamento ilegal, trabalho forçado, violência, riscos à saúde e segurança e práticas usadas para criar uma força de trabalho cativa e controlável.”.

Portanto, assim como os investimentos maciços em clubes de futebol – visando um retorno financeiro frente ao impacto midiático da alta performance, que atrai patrocinadores e consumidores de modo geral –, ações sociais também são meios de se interconectar com os desígnios de construção de imagem supramencionados⁶¹. Algo que, no caso, mostra-se contraditório no tocante às ações em conjunto com a pasta das Nações Unidas no âmbito do assentamento *Cox’s Bazar*.

Portanto, mediante o exposto, conforme assinalado pela literatura e documentalmente registrado por órgãos internacionais, entende-se, primeiramente, a importância do alto rendimento – dado o apelo popular global atinente, sobretudo, a celebridades e instituições esportivas – e de mobilizações em seu entorno no que tange a visibilidade, contra-esterotipação e desígnios que dialogam com a inserção social de refugiados; entretanto, compreende-se que

⁶⁰Em tradução livre: “construção de imagem”.

⁶¹Algo que também se relaciona com um conceito que vem sendo cada vez mais debatido na contemporaneidade, que é o de *sportswashing*. Que, em suma, se trata da tentativa de “limpar a reputação do país por meio do esporte”. (PIRES, 2023).

há exemplos práticos – no próprio meio futebolístico – e questionamentos advindos de leituras acadêmicas críticas e do jornalismo esportivo que dão corpo a maciças limitações de se pensar o futebol, nesse meandro; tendo em vista o propósito inclusivo e de ressignificação social estigmatizantes (GOFFMAN, 1988; HONNETH, 2003;2006).

Por conseguinte, conquanto à percepção do vínculo histórico e contemporaneamente – cada vez mais – verificável entre o esporte e a multiculturalidade – e nela, a migração e o instituto do refúgio –, na medida em que se percebe a solidez teórica da linha argumentativa de que o futebol espetacularizado pressupõe mais exclusão do que inclusão, compreende-se que: não se deve rejeitar por completo as benesses enunciadas pelas pesquisas e mobilizações nessa faceta realizadas sob um intuito humanitário; porém, a observância do propósito estabelecido para o recorte desta pesquisa, nesse diapasão – orientado, sobremaneira, pela performance e competição – demonstra-se frágil.

5.3. A prática recreativa do futebol: um caminho aberto à investigação

Conforme descrito em tópicos anteriores, a origem das atividades físicas com bola – que se assemelham ao que, futuramente, tornou-se o jogo de futebol – são remotas.

Sabe-se que em tempos antigos os egípcios e os japoneses se divertiam chutando a bola. No mármore de uma tumba grega de cinco séculos antes de Cristo, aparece um homem fazendo embaixadas com a bola no joelho. Nas comédias de Antífanos, há expressões reveladoras: *bola longa, passe curto, bola adiantada...* Dizem que o imperador Júlio César era bastante bom com as duas pernas, e que Nero não acertava uma: em todo caso, não há dúvida de que os romanos jogavam algo bastante parecido com o futebol enquanto Jesus e seus apóstolos morriam crucificados (GALEANO, 2004, p. 24).

Franceschi Neto (2020) afirma, como também já assinalado, que a função social que essas atividades cumpriam em diferentes localidades estava diretamente relacionada ao desenvolvimento de um sentimento de pertencimento, enquanto ritos de passagem que denotavam cerimônias religiosas e festas comunitárias. Todavia, Budd (2004), Rodrigues (2015) e Vasconcellos (2011) assinalam que, com o passar do tempo, as atividades físicas foram utilizadas pelos Estados no esteio de preparação para guerra, de modo que o interesse, em âmbito estatal, para com o esporte tenha seu gérmen em função de objetivos militares.

No mundo moderno, como argumenta Rodrigues (2015, p. 46), a prática associada ao lazer – ou seja, recreativa e coletivizada pela população em geral sob um enfoque lúdico com vista à interação social (BUENO, 2008) –, apresenta-se como um fator relevante de contribuição no meandro educativo. “Quando bem implementado no sistema educacional, o esporte é um meio formidável de educação, seja no ensino fundamental, médio ou superior. É essencial na construção do caráter das pessoas, instigando virtudes como autocontrole,

disciplina e *fair-play*.”. *Pari passu*, de modo mais amplo, a atividade esportiva, como assepte a autora, “tem um papel muito importante para o desenvolvimento social, pois proporciona integração social, cooperação, fraternidade e multiculturalidade.” (RODRIGUES, 2015, p. 69).

Para Bueno (2008, p. 11), na sociedade moderna, “é inquestionável a importância do lazer para a qualidade de vida.”. Porquanto que, em diálogo com Elias e Dunning (1992), argumenta que “é também abarcado pela mesma estrutura teórica do esporte: o uso do tempo livre ou de não-trabalho assim definido como: uma ocupação escolhida livremente e não remunerada – escolhida, antes de tudo, porque é agradável para si mesmo.” (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 107 *apud* BUENO, 2008, p. 11).

Isto posto, no diapasão multicultural que – como aponta Rodrigues (2015) – também compõe o conjunto de elementos atinentes às possibilidades de desenvolvimento social a partir de práticas esportivas de lazer, essa autora denota que: conforme a atividade esportiva, sobretudo do futebol, alcança *status* de relevante correspondência na cultura de massas, os programas socioculturais, desenvolvidos por organizações internacionais, passam a ser “fortemente marcados pela utilidade social e cultural do desporto.” (RODRIGUES, 2015, p. 36).

Neste sentido, trazendo para o recorte da questão dos refugiados, conforme dados do relatório “Sports for Protection Toolkit: Programming with Young People in Forced Displacement Settings”⁶², do ACNUR (UNHCR, 2018, p. 12, tradução nossa), “quanto mais os jovens refugiados se envolvem com a sociedade local, maior é a capacidade de influenciar decisões, agregar valores e promover desenvolvimentos na estrutura social.”.

Na publicação supracitada, a agência assepte que, com base em pesquisas realizadas com tais populações, “participantes de programas esportivos desenvolvem um sentimento maior de pertencimento, o que ajuda adolescentes e jovens a impactarem positivamente os sistemas sociais nos níveis familiares e da comunidade.” (UNHCR, 2018, p. 16, tradução nossa). Tal perspectiva encampa a retórica⁶³ utilizada pela agência para atuar em apoio a iniciativas da sociedade civil que, a partir da prática do futebol – aqui, dissociado do alto rendimento – visam facilitar a inserção social de refugiados.

⁶²Em tradução livre: “Esportes como meio de proteção: desenvolvimento com jovens em situação de deslocamento forçado”.

⁶³Não obstante, embora se compreenda a relevância da agência no tocante ao apoio a programas esportivos desenvolvidos por atores da sociedade civil – sobretudo pelo alcance e capacidade de mobilização do órgão – é, conquanto, elementar assinalar que: além da limitação atinente ao anacronismo categórico no tocante ao instituto do refúgio pontuada no início desta dissertação (BAGGIO; SARTORETTO, 2018); em seus relatórios, vide o citado “Sports for Protection Toolkit: Programming with Young People in Forced Displacement Settings” (UNHCR, 2018), alguns dos principais conceitos articulados – tais como inclusão e coesão – não dotam de uma sistematização ou embasamento teórico claro, reverberando em vagueza e imprecisão.

Na mesma linha, em âmbito acadêmico – com base, sobretudo, em estudos de caso sobre programas e experiências esportivas realizados com refugiados em diversas localidades –, há sinalizações sobre efeitos positivos da prática esportiva no tocante à inclusão social dessas pessoas. Conforme o recente e pioneiro⁶⁴ levantamento bibliográfico “Sport, refugees, and forced migration: a critical review of the literature”⁶⁵, produzido por um conjunto internacional de pesquisadores⁶⁶ que se dedicam a estudar atividades esportivas de lazer e refúgio – dentre as pontuações sintéticas acerca dos oitenta e três trabalhos assinalados entre 1996 e 2019 –, verifica-se ampla convergência na literatura sobre o entendimento do exercício do lazer como benéfico enquanto um espaço de estabelecimento de conexões sociais (SPAIIJ *et al.*, 2019).

As atividades esportivas podem funcionar como um ambiente de apoio onde informações relativas a outros serviços e sistemas podem ser compartilhadas e onde podem ser desenvolvidas relações de confiança. Além disso, a participação esportiva é descrita como um processo para facilitar a integração, inclusão e sentimento de pertencimento, bem como para conectar refugiados a outras pessoas com experiências compartilhadas. (SPAIIJ *et al.*, 2019, p. 10, tradução nossa).

O catálogo de literatura do projeto “Further Football Including Refugees”⁶⁷ (FIRE, 2019), atinente ao programa da União Europeia denominado *Erasmus+* – que, entre outros intentos teórico-práticos, detém uma plataforma de relatórios acadêmicos e compêndios concernentes à temática da inclusão social –, também aponta, como potenciais observados por pesquisadores, no recorte específico do futebol: a possibilidade de conexão dentro mesmo grupo social e entre grupos diferentes que essas atividades proporcionam; o fomento à partilha de sentimentos de pertencimento enquanto auxiliador do processo de conexão de refugiados com outros meandros da vida social não relacionados ao futebol; e o fato de que a interconexão entre aspectos culturais, comunitários e pessoais abre margem para que tais indivíduos sintam-se capazes de se expressar livremente e de se entenderem como aptos à sociabilidade (FIRE, 2019).

Não obstante, como mencionado, tratam-se de apontamentos sintéticos, à medida que em ambos os trabalhos, o enfoque precípua dá-se no esteio de catálogo e levantamento pontual de literatura. Tais iniciativas são insígnias à incipiência da área de estudo sob o recorte em questão, todavia, os próprios pesquisadores envolvidos entendem necessário – bem como estimulam – que esforços de pesquisa avaliativa mais pormenorizados sejam realizados sob

⁶⁴“Nenhuma revisão do estado atual do conhecimento neste campo havia sido produzida até o momento e poucos estudos se envolveram com publicações em língua não inglesa sobre o assunto.” (SPAIIJ *et al.*, 2019, p. 02, tradução nossa).

⁶⁵Em tradução livre: “Esportes, refugiados e migrações forçadas: uma revisão crítica da literatura”.

⁶⁶Aurélien Pankawiak, Bojana Klepac, Brent McDonald, Carla Luguetti, Fiona McLachlan, Jeffrey Bishara, Jora Broerse, Lisa Lymbery, Ramón Spaaij e Sarah Oxford (2019).

⁶⁷Em tradução livre “O avanço na inclusão de refugiados através do futebol”.

diferentes abordagens teóricas de entendimento acerca tanto do nexu sociocultural do esporte quanto de vieses, leituras e recortes atinentes à inclusão social (SPAIIJ *et al.*, 2019; FIRE, 2019).

Na introdução do levantamento produzido por Spaaij *et al.* (2019, p. 01, tradução nossa) – em diálogo com Thomas Carter (2011), Joseph Maguire (2013) e Sine Agergaard (2018) – os autores trazem que “o esporte e a atividade física historicamente recebem pouca atenção dos estudos sobre refugiados. Essa relativa falta de estudos [...] é um tanto surpreendente, considerando a rica tradição de pesquisa sobre o nexu entre esporte e migração transnacional de forma mais ampla.”.

Quando descrevem as características geográficas das oitenta e três publicações analisadas, os autores apontam que a maioria – mais de um terço do total – advém da Austrália e 43% do continente europeu – com destaque para o Reino Unido, com 9%. Todavia, do total, “apenas cinco estudos advieram do Sul Global.” (SPAIIJ *et al.*, 2019, p. 07, tradução nossa); de modo que – dentre tais –, não foram identificados estudos provenientes da América Latina. Tal delineamento converge com os registros já dispostos atinentes aos levantamentos acerca dos estudos esportivos na academia brasileira.

Com base no material produzido por Da Silva *et al.* (2009): os artigos publicados que dialogaram com o futebol na esfera do lazer, dentro do escopo temporal delimitado⁶⁸, compuseram 5% do total de produções; quanto a dissertações e teses, apenas 4% das produções se ativeram a esse meandro – em comparação com 20,93% dos trabalhos associados a temáticas no esteio do alto rendimento; já no tocante a livros publicados, o percentual cai para 1% – de modo que os estudos históricos totalizaram 15%.

Contudo, de todas essas, embora – como assinala Rodrigues (2015) – a multiculturalidade também componha o conjunto de elementos atinentes às possibilidades de desenvolvimento social a partir de práticas esportivas de lazer –, não há nenhuma convergência entre o mesmo e o recorte migratório; algo que também se verifica no levantamento produzido por Giglio e Spaggiari (2010).

Logo, articulando a margem literária de estudos exposta neste tópico, com todo o desenvolvimento anterior acerca do importante nexu entre o esporte – com especial ênfase para o fenômeno polissêmico do futebol – e a migração, bem como a sua correspondência para com a especificidade do deslocamento não voluntário, entende-se que: a partir de uma perspectiva sociocultural, respaldada pela Sociologia do Esporte e norteadada pelo desígnio inclusivo – em

⁶⁸Mais especificamente, de 1980 a 2007. Notifica-se que a produção suplementar – também já sinalizada (CALASANS, 2018) –, realizada posteriormente, não provê acréscimos ao recorte aqui delimitado.

outros termos, da concretização da pertença comum, em contraponto à estigmatização como negação da capacidade de sociabilização plena –, há viabilidade e proficuidade para se debruçar sobre o recorte das práticas futebolísticas recreativas no entorno de refugiados.

Ademais, a proposta de fazê-lo, associada ao ineditismo deste intento nas academias brasileira e latino-americana, confluem com a assertiva e demanda atinentes aos esforços de registros e sinalizações bibliográficos provenientes das produções aqui mencionadas, no tocante à ampliar o leque de perspectivas sobre o mesmo objeto.

Nesse esteio, Spaaij *et al.* (2019, p. 02, tradução nossa, grifo nosso) apontam, por exemplo que:

Uma síntese crítica e aprofundada da situação atual neste campo de pesquisa pode não apenas **fazer avançar os entendimentos teóricos e metodológicos**, mas também **informar práticas destinadas a melhorar o acesso dos refugiados e dos migrantes forçados ao esporte e à atividade física e aos resultados sociais e de saúde associados.**

Este, por conseguinte, é exatamente o desígnio que se pretende contemplar e perscrutar no próximo capítulo.

6. FUTEBOL RECREATIVO E INCLUSÃO DE REFUGIADOS: UMA REVISÃO NARRATIVA DE LITERATURA

Em consonância com a delimitação precedente, ressalta-se que a presente dissertação tem como proposta basilar ater-se à prática esportiva – e, mais especificamente, do futebol – em termos recreativos; o que significa, melhor dizendo, o recorte prevaiente do exercício do mesmo voltado ao lazer.

Neste diapasão, como apontado no capítulo anterior – em diálogo com a Sociologia do Esporte (HELAL, 1990) –, o fator competição, quando se manifesta, limita-se à disputa realizada tão somente em nível amador. Outrossim, quer-se, por conseguinte, refletir – sobretudo – acerca do futebol de modo dissociado da sua prática de alto rendimento; de maneira que, a este último, como supramencionado, caberiam, neste momento, apontamentos com propósitos suplementares.

Assim sendo, este capítulo tem como objetivo: organizar e descrever – a partir de uma precedente revisão de literatura narrativa – contribuições oriundas dos principais trabalhos publicados acerca de experiências práticas do jogo recreativo de futebol realizadas no esteio de refugiados; tendo em vista uma posterior reflexão sobre avanços e limitações dessa atividade como facilitadora da inclusão social de tais indivíduos.

Ressalta-se que, como enunciado e delimitado nos capítulos pregressos, a perspectiva que baliza o desenvolvimento deste trabalho acerca do vocábulo “refugiado” denota, de modo amplo, “seres humanos que precisam buscar proteção em outro território que não o de sua origem ou residência habitual, em função de perseguições que sofrem.” (JUBILUT, 2007, p. 23). Portanto, em síntese, um deslocamento forçado não voluntário.

Logo, para além do debate acadêmico conceitual – também previamente sinalizado –, neste momento, na medida em que se verifica semelhante natureza no dispositivo previsto no 4º parágrafo preambular da Convenção de 1951 – atestada, na prática, pelo posicionamento majoritário em nível estatal (JUBILUT, 2007) –, considerar-se-á também, o instituto dos requerentes de asilo.

6.1. Procedimentos metodológicos específicos

6.1.1. Estudo exploratório

Conforme Ribeiro (2014), a revisão narrativa visa fornecer compêndios discricionais que possibilitam reunir matérias distintas devidamente dispostas ao interlocutor de maneira compreensiva. Não obstante, diferentemente do que normalmente ocorre na literatura que

utiliza esse tipo de estratégia, ou seja, a falta de rigor para com “as fontes de informação utilizadas, o método de busca das referências [e] critérios utilizados na avaliação e seleção dos trabalhos” (RIBEIRO, 2014, pp. 676-677), esse não é o caso da técnica utilizada nesta dissertação, de modo que se buscou apontar cada um desses elementos.

Mediante o processo de leitura exploratória – subsequente à pesquisa em base de dados⁶⁹ –, com base nos resumos e nas referências bibliográficas, foi possível tanto averiguar o impacto de relevância para com o objetivo proposto, quanto identificar quais os autores mais recorrentemente mencionados e assinalados; com notável destaque, nesse caso, para Ramón Spaaij.

Ademais, com base na estratégia de cruzamento de dados⁷⁰ e no estabelecimento de filtros seletivos⁷¹, elencou-se três produções executadas por um conjunto – ao total – de oito autores. A saber: Chris Stone (2013); Olivia Booth, Evan Elise Easton-Calabria, Elisabeth Kühn e Salvator Cusimano (2014); e Brent McDonald, Darko Dukic e Ramón Spaaij (2018).

6.1.2. Breve descrição acadêmica dos autores selecionados

⁶⁹A pesquisa em base de dados referenciais e textuais nacionais e internacionais deu-se em: Portal de Periódicos da Capes, Repositório Institucional Unesp, Scientific Electronic Library Online (SciELO), Academia.edu, Google Scholar e a Biblioteca do Portal Ludopedio. De modo que tal perscruto exploratório fora orientado pelas seguintes palavras-chave: “futebol”, “atividade física” e “lazer”; combinadas com as palavras-chave: “refugiado”, “requerentes de asilo” e “migração forçada”. Nesse esteio, salienta-se que, em termos de idiomas, a pesquisa abrangeu tanto o português quanto o inglês – os quais o autor dessa dissertação é fluente. Elementar afirmar que o trabalho de seleção de literatura também contou com a contribuição do intercâmbio de leituras e da troca de experiências de pesquisa com outros acadêmicos e entusiastas da temática futebolística – em seus mais diversos níveis – nos últimos 2 anos – com especial destaque para os pesquisadores do Centro de Desenvolvimento de Esportes e Relações Internacionais (CEDERI).

⁷⁰Após a organização – autores, títulos dos trabalhos, locais de publicação e datas – dos resultados auferidos, cruzou-se os mesmos com resultados provenientes de dois levantamentos revisionais balaústres ao esteio temático já assinalados no capítulo pregresso, a saber: “Sport, refugees and forced migration: a critical review of the literature”, produzido por Aurélie Pankawiak, Bojana Klepac, Brent McDonald, Carla Luguetti, Fiona McLachlan, Jeffrey Bishara, Jora Broerse, Lisa Lymbery, Ramón Spaaij e Sarah Oxford (2019); e o repositório bibliográfico do projeto “Further Football Including Refugees” (FIRE, 2019) que compõe o programa da União Europeia Erasmus+. Quanto ao primeiro, em recapitulação, a partir de investigação nas bases de dados “Scopus, EBSCOhost, Web of Science, J-STAGE, CiNii, Open Access Theses and Dissertations (OATD) e Google Scholar.”. (SPAAIJ *et al.*, 2019, p. 02), os esforços de Spaaij *et al.* (2019) – que denotam o levantamento bibliográfico mais atual no que concerne às experiências que envolvem o nexos entre atividades esportivas recreativas e refugiados – registraram que, entre 1996 e 2019, foram publicados oitenta e três trabalhos a respeito; todavia, na especificidade do futebol, constam-se, ao todo, dezesseis. *Par e passu*, notou-se que o catálogo FIRE (2019), aponta um delineamento referencial que assinala – a partir das produções acadêmicas mais relevantes no tocante aos estudos do futebol como prática de lazer e refugiados sob o diapasão da inclusão social (FIRE, 2019) – os intentos de um total de dez autores; de similar correspondência.

⁷¹Após a avaliação consecutiva – e em convergência com o delineamento atinente ao capítulo anterior –, a escolha dos trabalhos e autores aqui descrita tomou por critério os seguintes filtros: idiomas limitados ao inglês e ao português; artigos e relatórios publicados em periódicos; recorte temporal das publicações com um limite máximo de dez anos; descrições de procedimentos metodológicos, conceitos balizados e claros registros das principais constatações.

Chris Stone⁷² é Doutor em Sociologia Cultural, filiado à *Sheffield Hallam University*, na Inglaterra, onde leciona nos cursos de graduação “Academy of Sport & Physical Activity on Sports & Cultural Studies”⁷³. Seu interesse de pesquisa concentra-se, sumariamente, em investigações sobre o futebol enquanto parte da vida cotidiana (STONE, 2013).

Olivia Booth e Evan Elise Easton-Calabria são Doutoradas em Desenvolvimento Internacional pela *University of Oxford*, da Inglaterra – um departamento que compõe o “Doctoral Training Centre”⁷⁴ em Ciências Sociais dessa universidade. Filiadas a esta, são pesquisadoras associadas no “Refugee Studies Centre”⁷⁵. Easton-Calabria, ademais, é pesquisadora sênior no *Feinstein International Center*, na *Tufts University*, nos Estados Unidos. Seus enfoques de pesquisa visam contribuir academicamente para com estudos sobre refugiados (mediante sua pluralidade) e informar políticas públicas contemporâneas no esteio urbano (REFUGEES STUDIES CENTRE, 2023).

Elisabeth Kühn⁷⁶ e Salvator Cuisimano⁷⁷ são Doutores em Estudos de Refugiados e Migração Forçada – também – pela *University of Oxford*, da Inglaterra. O cerne de pesquisa de Kühn, no contexto dos refugiados, está focado em questões de cidadania e identidade, e no que se refere à assistência jurídica sobre cláusulas de cessação e exclusão dessas populações.

Brent McDonald é Doutor em Sociologia do Esporte pela *Victoria University* e filiado ao “Institute for Health and Sport”⁷⁸, da Austrália, onde é professor sênior e pesquisador. É membro do “Sport, Diversity and Social Change Research Group”⁷⁹ e sua pesquisa concentra-se nos recortes de raça, migração e identidade – especificamente contextualizada na sociedade australiana pós-colonial. De mesma filiação acadêmica, Darko Dukic é pós-graduando em Esporte e Ciências do Exercício (VICTORIA UNIVERSITY, 2022).

Ramón Spaaij⁸⁰ é Doutor em Sociologia, filiado ao *Institute for Health and Sport*, da Austrália, onde é professor e líder do programa de pesquisa. Também é professor visitante na

⁷²Stone também oferece consultoria sobre esporte a partir do viés comunitário e identitário – local e internacionalmente (STONE, 2013).

⁷³Em tradução livre: “Academia de Esportes e Atividade Física em Estudos Esportivos e Culturais”.

⁷⁴Em tradução livre: “Centro de Treinamento de Doutorado”.

⁷⁵Em tradução livre: “Centro de Estudos sobre Refugiados”.

⁷⁶Kühn atuou no European Forum for Migration Studies e no European Centre for Minority Issues. (A&S, 2016; AMERA INTERNATIONAL, 2023).

⁷⁷Cuisimano trabalhou na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque e, atualmente, atua como assistente de proteção do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados em Malta, com vistas à proteção de direitos fundamentais dos refugiados no entorno europeu (A&S, 2016; AMERA INTERNATIONAL, 2023).

⁷⁸Em tradução livre: “Instituto de Saúde e Esporte”.

⁷⁹Em tradução livre: “Grupo de Pesquisa em Esporte, Diversidade e Transformação Social”.

⁸⁰Atualmente, é editor associado em diversas revistas e editoras acadêmicas revisadas por pares, vide: *Sport in Society* (Routledge); *International Review for the Sociology of Sport*; *Sociology of Sport Journal* (Human Kinetics); *International Journal of Sport Policy and Politics* (Routledge); *Journal of Global Sport Management* (Routledge); *Sport in Society* (Routledge); *Soccer and Society* (Routledge); *Palgrave Studies in Sport and Politics*

Utrecht University School of Governance, da Holanda – neste país, de 2014 a 2021, ocupou a “Special Endowed Chair of Sociology of Sport”⁸¹ no Departamento de Sociologia da *University of Amsterdam*. Sua pesquisa concentra-se nos estudos esportivos (SPAIIJ, 2022).

6.1.3. Origens de publicação e nexos suplementar com o alto rendimento

Como já assinalado no capítulo precedente, no levantamento produzido por Spaaij *et al.* (2019), quando analisam a geografia das oitenta e três publicações registradas, os autores apontam que a maioria – mais de um terço do total – advém da Austrália e 43% do continente europeu – com destaque para o Reino Unido, com 9%. Outrossim, como já sinalizado, após o cruzamento de bases de dados, nota-se que a delimitação aqui realizada ilustra esse registro; *pari passu*, no estudo exploratório, averiguou-se que o nome de Ramón Spaaij é recorrente em termos de referências bibliográficas – o que insinua a relevância deste autor nos estudos da área.

Suplementarmente, assinala-se que os casos analisados são provenientes de países que tem um nexo tanto histórico quanto recente com o futebol de alto rendimento no tocante à inserção de jogadores migrantes e refugiados em suas Seleções nacionais de futebol – a saber: Reino Unido – Inglaterra⁸² e Escócia⁸³ – e Austrália⁸⁴.

Acerca disso, no último Campeonato Europeu de Futebol – popularmente conhecido como Eurocopa –, realizado em 2021, bem como na última edição da Copa do Mundo de Futebol⁸⁵, realizada em 2022, as Seleções de países integrantes do Reino Unido e a Seleção da Austrália chamaram a atenção pelo número de jogadores com laços de migração em seus respectivos plantéis.

Em síntese, conforme apontado pela organização “Migration Museum” (2020) – dedicada ao levantamento e compilação de dados acerca do devir migratório para e a partir do Reino Unido –, na Seleção Inglesa, por exemplo, que chegou à final da competição europeia, mais de 50% do seu elenco era composto por jogadores com histórico pessoal ou familiar de migrantes ou refugiados. Ademais, outro caso interessante no Reino Unido é o do jogador

book series; entre outras (SPAIIJ, 2022).

⁸¹Em tradução livre: “Cadeira Especial de Sociologia do Esporte”.

⁸²O estudo de campo que reverberou no relatório de investigação de Chris Stone (2013), intitulado “Football: A shared sense of belonging? Final report on the role of football in the lives of refugees and asylum seekers”, foi realizado em Sheffield, na Inglaterra.

⁸³A pesquisa de campo que proporcionou o artigo de Olivia Booth, Evan Elise Easton-Calabria, Elisabeth Kühn e Salvador Cusimano (2014), intitulado “United Glasgow Football Club: a pilot study in sport’s facilitation of integration”, foi desenvolvida em Glasgow, na Escócia.

⁸⁴O trabalho de campo que ocasionou o artigo de Brent McDonald, Darko Dukic e Ramón Spaaij (2018), intitulado “Moments of social inclusion: asylum seekers, football and solidarity”, foi realizado em Melbourne, na Austrália.

⁸⁵Dado já assinalado e melhor desenvolvido no terceiro capítulo.

Lyndon Dykes, astro da Seleção escocesa que, conforme aponta a organização, também compõe essa estatística.

Quanto à Austrália, como sinalizado no capítulo anterior, em relatório publicado por Guilherme Freitas (2022), este autor destaca que, na Copa do Mundo de Futebol, a Seleção australiana contou com dezesseis jogadores – de um total de vinte e seis convocados para a competição – migrantes ou descendentes de migrantes; de modo que, dentre tais, os jogadores com *status* legal de refugiados obtiveram o mesmo graças ao futebol.

Isto posto, estruturado em três tópicos – nomeados e relativos, respectivamente, a cada um dos textos selecionados – este capítulo visa apresentar e organizar, com ineditismo na literatura brasileira e latino-americana, as experiências e observações de campo realizadas por esse conjunto de autores conforme assinaladas nas referidas publicações.

6.2. Stone (2013) – Uma noção compartilhada de pertencimento?

O relatório intitulado “Football: A shared sense of belonging? Final report on the role of football in the lives of refugees and asylum seekers”⁸⁶, de Chris Stone (2013), é fruto da iniciativa de uma organização juvenil de inclusão social baseada em Sheffield, na Inglaterra, denominada *Football Unites, Racism Divides* (FURD)⁸⁷. Tal organização, conforme Stone (2013, p. 08, tradução nossa), atua local, nacional e internacionalmente com o objetivo de “combater o racismo e aumentar o entendimento entre diferentes comunidades.”. Neste esteio, Stone (2013, p. 08, tradução nossa) afirma:

Tendo trabalhado com sucesso para integrar uma série de requerentes de asilo nos times de futebol locais e nas estruturas do futebol mais amplamente, inclusive empregando alguns refugiados como treinadores comunitários, a FURD estava em uma boa posição para fazer uso dessas relações existentes para examinar até que ponto o futebol ajudava os recém-chegados a se sentirem mais à vontade em suas novas vidas.

Em termos gerais, tal trabalho fora arquitetado enquanto um projeto de três anos – 2010-2013 –, em Sheffield⁸⁸, mediante três objetivos principais: examinar o papel do futebol na vida dos refugiados e requerentes de asilo; fomentar a conscientização de questões específicas enfrentadas por estas populações; e dar voz a minorias muitas vezes não ouvidas (STONE,

⁸⁶Em tradução livre “Futebol – Uma noção compartilhada de pertencimento? Relatório final sobre o papel do futebol na vida dos refugiados e requerentes de asilo”.

⁸⁷A saber: www.furd.org

⁸⁸Sheffield localiza-se no condado metropolitano de South Yorkshire e é a quarta maior cidade da Inglaterra. Possui uma área total de 367,94km² e conta com uma população de 556.500 habitantes (SHEFFIELD CITY COUNCIL, 2022).

2013)⁸⁹.

A abordagem etnográfica tomou corpo a partir de entrevistas com uma amostragem de cinquenta refugiados e requerentes de asilo situados em Sheffield e seus arredores. Tal população advinha originalmente de dezessete países: Afeganistão, Burundi, Camarões, Chile, República Democrática do Congo, Etiópia, Geórgia, Irã, Iraque, Libéria, Líbia, Serra Leoa, Somália, Sudão, Síria, Iêmen e Zimbábue (STONE, 2013).

Quanto à técnica de observação, Stone (2013) elucida que foi realizada a partir de eventos centrados na prática do futebol recreativo⁹⁰, entre sessões de treinamentos e torneios especificamente destinados à população refugiada. Ademais, a estruturação das entrevistas deu-se a partir da temática futebol e pertencimento. De modo que, em suas palavras, “as conclusões concentram-se nas conexões observadas entre futebol e pertencimento com vias de suplementar o conhecimento existente sobre as capacidades sociais do esporte.” (STONE, 2013, p. 13, tradução nossa).

De acordo com Stone (2013), a prática do futebol em âmbito recreativo é uma atividade de natureza global comum em diversos contextos culturais. Ele argumenta que “é algo que as crianças costumam fazer desde pequenas, quer cresçam na Europa, América, África, Oriente Médio, Extremo Oriente ou em qualquer lugar intermediário.” (STONE, 2013, p. 16, tradução nossa). Portanto, entende que “as habilidades necessárias para participar e as regras que regem as brincadeiras são transferíveis para além das fronteiras culturais e nacionais.” (STONE, 2013, p. 16, tradução nossa).

Chris Stone (2013) afirma que, para alguns, a aptidão da prática é tanto mantida quanto desenvolvida até a idade adulta, de modo que o exercício do futebol perdure enquanto uma atividade regular. Não obstante, para outros, o ímpeto de praticá-lo diminui com o passar do tempo e demais aspectos da vida cotidiana ganham prioridade. De todo modo, em suas palavras:

⁸⁹Tal-qualmente, conforme Stone (2013, p. 08, tradução nossa), “ao contrário de muitas “pesquisas” neste domínio, que tendem a ser dirigidas por organismos de financiamento e que produzem resultados de avaliação estabelecida segundo critérios específicos, este programa tinha o objetivo de financiar pesquisas “acadêmicas” que ampliassem o conhecimento dentro do campo em que a organização trabalha.”. Neste intento, Stone (2013, p. 11, tradução nossa) afirma que tal empreendimento “envolveu trabalhar com refugiados e requerentes de asilo como “co-pesquisadores” e proporcionar oportunidades durante toda a duração do programa de pesquisa para que os participantes expressassem suas opiniões e contribuíssem para atividades que os fizessem sentir-se mais envolvidos. É, de certa forma, uma abordagem proativa para compreender os processos de “pertencimento”, criando oportunidades que podem ajudar a fornecer tais sentimentos, bem como dar voz a uma minoria subrepresentada nos debates que frequentemente dominam as discussões políticas e midiáticas.”.

⁹⁰“Para o benefício desta pesquisa, o futebol recreativo foi definido como aquele que não faz parte da estrutura regular da liga sazonal afiliada à Associação de Futebol (FA) que, na Grã-Bretanha, começa em agosto/setembro e vai até o inverno que termina em abril/maio do ano civil seguinte. Portanto, inclui futebol casual no parque, sessões abertas de “treinamento”, jogos de 11 partidas de 11 jogadores, organizados entre amigos em instalações comerciais regularmente ou em ocasiões “únicas” e torneios individuais de um dia/ fim de semana.” (STONE, 2013, p. 16, tradução nossa).

Para aqueles que não tiveram experiências negativas de jogar quando eram mais jovens, o futebol pode proporcionar uma atividade divertida e familiar com benefícios sociais e físicos. A advertência é a importância da participação em um nível adequado às capacidades físicas e ao desejo competitivo das pessoas envolvidas. (STONE, 2013, p. 16, tradução nossa).

Sem embargo, o autor pontua que o viés de recreação – e a informalidade advinda deste – não necessariamente suprime a competitividade dos jogos. A diferença, segundo ele, é que, nesse caso, a competição tende a ser motivada mais por um desejo intrínseco do que por recompensas extrínsecas tangíveis (STONE, 2013).

De mais a mais, no que tange ao escopo da população refugiada, Stone (2013) observou que – a despeito de aptidões e habilidades –, a prática do futebol recreativo pode proporcionar algum alívio em um entorno social constituído por uma transformação abrupta de localidade, acometendo positivamente as perspectivas de esperança de futuro em detrimento do impacto do processo da migração forçada no senso de identidade.

Inobstante a legitimidade jurídico-política que denota a transmissão de direitos e obrigações civis e categoriza a noção de cidadania atinente aos conceitos de Estado-nação e cidadania, Stone (2013, p. 10, tradução nossa) recorta – embora, como pontua, sem deixar de aperceber a correlação estrutural – o entendimento de pertencimento sob o viés de “sentimentos pessoais que emergem através das atividades empreendidas e das relações interpessoais que se formam em nossa vida cotidiana contínua.”.

Quando se debruça sobre a especificidade do conceito de pertencimento, Stone (2013) enfoca uma faceta do mesmo que, segundo ele, transcende a legalidade da cidadania britânica. Em suas palavras,

Embora possa ser verdade que a certificação de pertencimento seja a cidadania, como sugere o filósofo Michael Dummett, a decisão final é se um indivíduo sente que ele pertence plenamente. [...] É através da repetição e rotina de um dia para o outro que as vidas individuais se tornam estruturadas e manejáveis, levando a algum senso de estabilidade e pertencimento. (STONE, 2013, p. 10, tradução nossa).

Logo, no juízo do autor, apesar de independentes, a pertença – ou ausência desta noção – advém da interconexão: da identidade individual, do vínculo grupal e do contexto cultural (STONE, 2013). Na medida em que “emergem em momentos diferentes em maior ou menor grau para criar sentimentos de pertencimento dentro dos indivíduos.” (STONE, 2013, p. 11, tradução nossa).

Nesta paróquia intelectual, na medida em que Stone (2013, p. 14, tradução nossa) tem como base filosófica a noção de que “pertencer é, em parte, formar conexões em nível humano, seja como amigos ou estranhos, de modo que uma maior compreensão da diferença só vem através de interações em nível pessoal”, a associação do mesmo entre pertencimento e futebol

dá-se pela avaliação, mediante a temática migratória, sobre as possibilidades do esporte em auxiliar tais populações a superar diferenças que ameaçam interações entre estes e os locais e, em seus termos, a “sua [futebol] capacidade de fornecer segurança ontológica para indivíduos cujas identidades podem ter sido minadas pela migração forçada.” (STONE, 2013, p. 10, tradução nossa).

Sintetizando suas principais descobertas, enquanto possibilidades, Chris Stone (2013) delimitou cinco elementos chave proporcionados pelo futebol no que tange ao processo de pertencimento, a saber, o que classificou de: rotina; catarse; socialização; empoderamento; e pluralidade⁹¹.

Sobre o primeiro elemento, o autor argumenta que o futebol apresenta uma forma universal de prática que viabiliza um senso de consistência entre os praticantes. Em outras palavras, para Stone (2013, p. 15, tradução nossa), “há uma regularidade nas atividades baseadas no futebol que constrói relações com outros participantes. O próprio fato de ser reconhecível [...] cria, por um curto período, algum tipo de normalidade.”. Desse modo, conforme o autor, a prática deste esporte reverbera um hábito de expressões cultural e individual.

Em termos catárticos, Stone (2013, p. 15, tradução nossa) disserta que como a prática do futebol denota um exercício quase instintivo – à despeito da diversidade e a especificidade de vivências entre os participantes –, “existe uma conexão incorporada entre o eu e os outros que alivia as pressões associadas à compreensão de uma nova cultura e à busca de um lugar dentro dela.”. Portanto, de acordo com o autor, as dificuldades cotidianas são atenuadas pela compreensão coletiva do que se sucede no decorrer de uma partida. Para mais, Stone (2013, p. 15), entende que “as emoções e experiências são transportadas durante toda a semana para proporcionar meios positivos de reflexão e antecipação.”.

No tocante ao aspecto de socialização, à medida que a atividade futebolística denota conexões calcadas em um interesse coletivamente compartilhado e oferece aos indivíduos um modo singular de se comunicar com os demais, faculta-se um canal alternativo de interação onde a identidade não é reduzida em termos étnicos ou de *status* político-jurídico (STONE, 2013). Ademais, Stone (2013, p. 15, tradução nossa) aponta que as diferenças tanto podem ser “positivamente negligenciadas”⁹², proporcionando conexões interculturais, quanto reforçadas, tonificando um sentimento de pertencimento dentro do próprio grupo.”. Nesse último ponto, Stone (2013, p. 15, tradução nossa) aduz uma relação de coesão que se reverbera no sentimento

⁹¹Originalmente denominados: “routine; catharsis; sociality; empowerment; and plurality.” (STONE, 2013, p. 15).

⁹²Na ocasião, o autor utiliza o termo “overlooked.” (STONE, 2013, p. 15).

de “não querer pertencer à sociedade britânica mais ampla, conforme definido pela maioria étnica.”.

Quanto ao empoderamento, ao passo que o esporte oportuniza o aprimoramento em termos de aptidões e de valores – como o respeito entre os colegas – e, a um grau pragmático, o ato de vencer, Stone (2013, p. 15, tradução nossa) entende que “o futebol é uma atividade na qual é possível exercer algum controle em vidas que parecem sócio politicamente impotentes.”. Para além, o autor aponta que “um time de futebol é uma manifestação muito física da presença de uma comunidade”, sobremaneira no esteio do que ele denomina de “caldeirão de culturas do multiculturalismo britânico.” (STONE, 2013, p. 15, tradução nossa).

E no que se refere à pluralidade, Stone (2013) reflete que a força do futebol enquanto uma ferramenta de desenvolvimento perpassa da interconexão entre elementos que denotam a sua complexidade de significados evidentemente ilustrada pelo seu lugar na cultura contemporânea. Em seus termos, o autor disserta que esse esporte “proporciona um espaço contestado para negociar a diferença e reforçar a igualdade, consolidando as identidades existentes e apresentando outras alternativas; criando resultados imprevisíveis dentro de formulações repetitivamente familiares.” (STONE, 2013, p. 15, tradução nossa). Assim sendo, para Stone (2013), abre-se margem para que se desafie capacidades próprias e que se libere emoções na medida em que os valores do esporte preconizam que se gerencie frustrações competitivas. Dito de outra maneira, para Stone (2013), a diferença e uniformidade dos estágios do futebol concebem o espaço do possível.

Por outro lado, Stone (2013) também atentou-se em registrar as principais limitações do estudo realizado. Dentre tais, elencou três macro tópicos, literalmente denominados de: a ausência de mulheres; escopo de estudo; e pertença mútua⁹³.

Em termos de gênero, o autor sinaliza que houve bastante dificuldade de recrutar mulheres participantes, de modo que os grupos focais de refugiadas e requentes de asilo não se materializaram. Nesse sentido, ele entende que – dentro desta população, mediante a amostragem coletada –, por um lado, mais homens se envolvem ativamente com o futebol e, por outro, houve uma suposição dos responsáveis pela coleta⁹⁴ de que “uma investigação centrada no futebol estaria mais interessada nas opiniões do gênero masculino.” (STONE, 2013, p. 83, tradução nossa).

Em relação ao segundo macro tópico, o autor assume que, embora a pesquisa tenha buscado não perder de vista – como pressuposto – a pluralidade de aspectos que compõem a

⁹³Originalmente alcunhados: “the absence of women; scope of study; mutual belonging.” (STONE, 2013, p. 83).

⁹⁴No caso, o autor utiliza o termo “gatekeepers.” (STONE, 2013, p. 83).

cultura futebolística, a diferenciação de *status* jurídico-político, temporalidade e quadro circunstancial que configura a população refugiada – vide recém-chegados requerentes de asilo, requerentes de asilo em situação de desamparo institucional, refugiados licenciados há anos etc. – não foram levados em consideração. Todavia, justifica reforçando a ideia de que tais singularidades não constituíram o foco, mais abrangente, da pesquisa em “investigar o papel do futebol mediante a afluência de grupos díspares.” (STONE, 2013, p. 83, tradução nossa).

Derradeiramente, Stone (2013, p. 83, tradução nossa) reconhece como fator limitador do trabalho, o holofote direcionado à interconectividade de refugiados e requerentes de asilo em detrimento de também “explorar em profundidade as atitudes de residentes de longo prazo, brancos e britânicos que jogam futebol”. Contudo, arrazoa que tal lacuna “não invalida as conclusões em termos de pertença mútua.” (STONE, 2013, p. 83, tradução nossa).

6.3. Booth, Easton-Calabria, Kühn e Cuisimano (2014) – *United Glasgow Football Club*

O artigo nomeado “United Glasgow Football Club: a pilot study in sport’s facilitation of integration”⁹⁵, produzido pelas autoras Olivia Booth, Evan Elise Easton-Calabria, Elisabeth Kühn (2014) – em colaboração com Salvator Cusimano (2014) – compõe a edição de número noventa e nove de uma série de documentos atinentes ao *Refugee Studies Centre*⁹⁶. Em linhas gerais, o trabalho das autoras tem por objetivo responder ao questionamento central acerca do papel do esporte enquanto facilitador do processo de integração de refugiados e requentes de asilo de modo a identificar mecanismos através dos quais isso pode ocorrer.

O escopo analítico das autoras atém-se, mais especificamente, ao *United Glasgow Football Club* (UGFC), “uma equipe que compete em uma liga de futebol antirracista em Glasgow⁹⁷, na Escócia, composta por uma mistura de escoceses, refugiados, requerentes de asilo e imigrantes.” (BOOTH *et al.*, 2014, p. 03, tradução nossa). Para tal, metodologicamente, as autoras laçam mão, sobretudo, do conceito de capital social de Robert Putnam (2000; 2002), sobremaneira, como desenvolvido e aplicado nas obras “Bowling Alone: the Collapse and Revival of American Community”⁹⁸ e “Democracies in Flux: The Evolution of Social Capital

⁹⁵Em tradução livre “United Glasgow Football Club: um estudo piloto sobre a facilitação da integração do esporte”.

⁹⁶Trata-se, como o próprio nome sugere, de um centro de estudos sobre refugiados de cujos trabalhos publicados têm como objetivo estimular a discussão entre a comunidade mundial de estudiosos, formuladores de políticas e profissionais.

⁹⁷Glasgow localiza-se ao longo do rio Clyde, nas terras baixas do centro-oeste escocês. É a maior cidade do país e a quarta maior cidade do Reino Unido, denota uma área total de 177km² e uma população estimada em 1.834.294 habitantes (BRITANNICA, 2022).

⁹⁸Em tradução livre “Jogando boliche sozinho: o colapso e o renascimento da comunidade americana”.

in Contemporary Society”⁹⁹.

Contextualmente, as autoras apontam que, desde o final da década de 1990, a cidade de Glasgow tem sido a única cidade na Escócia a receber requerentes de asilo (BOOTH *et al.*, 2014). E, trazendo para o campo fulcral de análise, o futebol apresenta-se como um elemento relevante em termos culturais na cidade – sobretudo pela pujante rivalidade entre os clubes *Rangers Football Club* e *Celtic Football Club* que condensa e ilustra, com bastante densidade, divergências religiosas. Portanto, como afirmam as autoras, tais particularidades atribuem relevância para um intento de avaliação do papel do esporte na facilitação da integração de refugiados e requerentes de asilo.

No que concerne às técnicas de pesquisa utilizadas, Booth, Easton-Calabria, Kühn e Cusimano (2014) apontam que o labor de coleta de dados foi desenvolvido durante cinco dias, de modo que foram realizadas dezesseis entrevistas semiestruturadas em concomitância a observações dos participantes em sessões de treinamento em equipe. A amostragem¹⁰⁰ totalizou catorze jogadores – todos do gênero masculino –, além do treinador e do gerente da equipe.

As autoras registram que o gerente do time foi quem facilitou o contato das mesmas com os demais membros¹⁰¹ e, no tocante à observação realizada no contexto das sessões de treinamento, Salvator Cuisimano atuou como pesquisador participante. A opção pela realização de entrevistas semiestruturadas é justificada, nos termos das autoras,

“[...] devido aos benefícios bem documentados da flexibilidade e adaptabilidade deste método à subjetividade dos participantes e ao curso natural de uma entrevista. As entrevistas semiestruturadas também nos permitiram dar sentido a vários níveis de significado e “[reconhecer] que nem todas as palavras têm o mesmo significado para todos os respondentes.”. (BARRIBALL e WHILE, 1994, p. 330). Isto foi importante em nossa pesquisa, pois lidamos fundamentalmente com conceitos – tais como integração, pertencimento e confiança – que estão potencialmente imbuídos de múltiplos níveis de significado e definições que variaram muito de participante para participante. A modificação de nossas perguntas de entrevista em resposta a esta subjetividade forneceu ricos insights. (BOOTH *et al.*, 2014, p. 06, tradução nossa).

Em termos limitantes, no esteio metodológico, as autoras ratificam que as conclusões elaboradas do estudo referem-se à realidade de um caso específico – não obstante, na condução

⁹⁹Em tradução livre “Democracias em fluxo: a evolução do capital social na sociedade contemporânea”.

¹⁰⁰Não há um detalhamento significativo indicando especificidades, de cada participante, no que tange a: país de origem, idade, *status* legal e tempo de permanência no país – ausência de dados essa que foi justificada pelas autoras com base em preocupações éticas. Não obstante, as autoras indicam, de modo mais geral, que “os participantes eram todos do sexo masculino, entre 18 e aproximadamente 30 anos de idade e representavam uma gama de origens nacionais. Sete participantes nasceram no Reino Unido, um era da Europa continental e oito eram originalmente de países africanos, tendo chegado à Escócia para procurar asilo, estudar ou trabalhar.” (BOOTH *et al.*, 2014, p. 06, tradução nossa).

¹⁰¹Acrescentando, em suas palavras, que “o acesso foi negociado com o entendimento de que produziremos materiais para as atividades de divulgação e captação de recursos da equipe.” (BOOTH *et al.*, 2014, p. 06, tradução nossa).

das entrevistas, as mesmas solicitaram que os participantes refletissem sobre o impacto social do futebol de modo amplo. Ademais, Booth *et al.* (2014) assinalam que, devido a brevidade de tempo, não foi possível obter um contato tão próximo com os participantes, bem como apreciar com mais minúcias o contexto social que compôs o trabalho realizado – tal fator, conforme refletem, também denota a inerência de limitação do método. Derradeiramente, as autoras apontam – como já registrado na nota de rodapé de número cinquenta e um – a sua abstenção no que tange à solicitação de informações atinentes ao *status* migratório dos participantes por questões de cunho ético.

O arcabouço teórico que provê sustentação conceitual e baliza o desenvolvimento do trabalho é – manifestamente – articulado em dois eixos: integração e esporte. A ante pesquisa nesses dois esteios deu-se, como relatam as autoras, com o intuito ulterior de construir uma síntese teórica integrativa que possibilitasse tanto averiguar “se” quanto também compreender “como” dar-se-ia a contribuição do esporte em termos de integração social (BOOTH *et al.*, 2014).

Desse modo, quanto ao primeiro eixo, visando avaliar os elos entre este e as conexões sociais, para além da – já sinalizada – teoria do capital social de Robert Putnam (2000; 2002), as autoras também recorreram à estrutura integrativa de Alison Ager e Alistair Strang (2010), em “Refugee integration: emerging trends and remaining agendas”¹⁰².

Conforme Booth *et al.* (2014, p. 04, tradução nossa), integração, no entendimento de Ager e Strang (2010), tem um sentido processual que se realiza quando “os refugiados são capacitados para atingir seu pleno potencial como membros da sociedade britânica, para contribuir com a comunidade e para se tornarem capazes de exercer os direitos e responsabilidades que compartilham com outros residentes.”.

Pari passu, as autoras refletem que se trata de uma situação ideal que deve ser fruto de um processo de integração exitoso. Por conseguinte, Booth *et al.* (2014) enfocam a inclusão como um processo de mão dupla; ou seja, tendo em vista o envolvimento de modo ativo tanto de refugiados e requerentes de asilo como também de membros da comunidade receptora. Neste diapasão, as autoras registram um nexó teórico-conceitual entre Ager e Strang (2010) e Putnam (2002) com base na apreensão do processo de conexão social dentre e entre grupos enquanto a concepção de um capital social individual.

A teoria de Putnam (2002) sobre o capital social diferencia capital social interno e capital social externo, com este último dividido em laços sociais, pontes sociais e vínculos sociais. O capital social interno é definido como os recursos emocionais individuais e a competência de construção de capacidades em um determinado

¹⁰²Em tradução livre “Integração de refugiados: tendências emergentes e agendas remanescentes”.

ambiente social. É a confiança de um indivíduo ser capaz de "jogar dentro do sistema" de expectativas e regras em um determinado ambiente. (BOOTH *et al.*, 2014, pp. 04-05, tradução nossa).

Neste desígnio de interconexão entre os três autores, conforme Booth *et al.* (2014, p. 05, tradução nossa), as ligações sociais referem-se “à facilidade de conexões entre um indivíduo e estruturas do Estado.” – vide o trato com pleitos burocráticos. Já as pontes sociais são concernentes “ao contato entre indivíduos e membros da sociedade ao redor.” – estas, como assinalam, não demandam elevados níveis de amizade e interação rotineira; requerem, no caso, confiança recíproca¹⁰³. E, por fim, os laços sociais dizem respeito “às conexões entre membros de uma mesma etnia e/ou grupo social, como entre não nacionais ou entre os do mesmo país de origem.”.

Posto isto, no limiar do esporte, vinculado à egrégia indagação sobre “se” e “como” ele contribui para a construção do – agora já definido – capital social: por um lado, as autoras pontuam a perspectiva de programas esportivos para refugiados no tocante à afirmação de benesses que, segundo elas, assemelhar-se-iam ao capital social interno e transpassar-se-iam em um sentimento mais pujante de pertencimento¹⁰⁴; por outro lado, Booth *et al.* (2014), trazem André Krouwel, Nanne Boonstra, Jan Willem Duyvendak e Lex Veldboer (2006) ao debate, a partir do trabalho “A Good Sport? Research into the Capacity of Recreational Sport to Integrate Dutch Minorities”¹⁰⁵, sob a assertiva de que, no nível competitivo, emoções agressivas e violentas passíveis de eclosão no decorrer dos jogos podem se verter à vida cotidiana¹⁰⁶. Ademais, as autoras argumentam que:

O esporte pode ter um impacto prejudicial sobre a ponte social se os clubes esportivos servirem como base para uma identificação étnica mais forte contra ameaças percebidas pela sociedade e se os conflitos fora de campo – tais como aqueles motivados por diferenças étnicas ou de *status* socioeconômico – forem replicados durante os jogos. (BOOTH *et al.*, 2014, p. 05, tradução nossa).

À vista disso, as autoras perfazem-se que se tais entraves – que suscitam maior segregação – puderem ser devidamente evitados,

O esporte pode contribuir para a construção do capital social interno e de todas as categorias de capital social externo. O esporte pode construir habilidades de comunicação e habilidades sociais – levando ao capital social interno, pontes sociais

¹⁰³Quanto a tal, as autoras acrescentam – enrijecendo argumentações preliminares – que “este foco [na confiança] também enfatiza a abordagem da integração como um processo bidirecional, uma vez que a reciprocidade é crucial para a confiança.” (BOOTH *et al.*, 2014, p. 05, tradução nossa).

¹⁰⁴Tais como: senso de propósito e exposição à cultura local (BOOTH *et al.*, 2014).

¹⁰⁵Em tradução livre “Um bom esporte? Pesquisa sobre a capacidade do esporte recreativo para integrar as minorias holandesas”.

¹⁰⁶Nos próprios termos de Krouwel *et al.* (2006, p. 175, tradução nossa): “[no nível competitivo] vários entrevistados sugeriram que essas experiências negativas de jogo sujo – interétnico – no esporte estão se espalhando na vida cotidiana, da mesma forma como as frustrações de outras esferas sociais são levadas para o campo de jogo.”.

e laços sociais –, bem como facilitar a participação em um aspecto discutivelmente central da cultura de uma comunidade anfitriã – mais uma vez, possibilitando tanto pontes sociais quanto laços sociais. Derradeiramente, estes processos de construção de capital social podem ser mais propensos a ocorrer em ambientes esportivos que consigam evitar conflitos e divisões étnicas. (BOOTH *et al.*, 2014, p. 05, tradução nossa).

Sumarizando um balanço avaliativo das principais descobertas no contexto do estudo realizado, as autoras averiguaram que o esporte mostrou-se como um elemento relevante no intento integrativo. No que tange à noção de capital social, Booth *et al.* (2014, p. 08, tradução nossa) atestam que houve evidências de “capital social interno, bem como de laços, pontes e vínculos sociais”. E quanto ao alerta desalentador levantado pela literatura em termos da reprodução de conflitos no tocante à filiação étnica, as autoras constataram desimportante no desdobramento da sua investigação. Para mais, sinalizaram que:

Nossas descobertas também sugerem uma concepção particular de integração, onde a equipe proporciona um espaço social internacional no qual os participantes se sentem "em casa" devido a sua diversidade. Este espaço permite que os participantes saiam de identidades baseadas na nacionalidade e no *status* migratório e interajam igualmente como futebolistas. (BOOTH *et al.*, 2014, p. 08, tradução nossa).

Assente nisso, as autoras conjecturam que tal sugestão sobrepuja-se às concepções de integração que denotam um processo de incorporação da cultura majoritária pelas minorias. Ao passo que, neste trabalho, a indicação apercebida é a de transformação – por parte tanto do escocês quanto do migrante – em um esteio díade e retroalimentar (BOOTH *et al.*, 2014).

Por conseguinte, subdividindo as constatações supra referidas de modo mais particular – em consonância e ilustradas pelas entrevistas realizadas –, Booth *et al.* (2014) delineiam seis tópicos: capital social interno, laços sociais, pontes sociais, vínculos sociais, percepções do futebol e espaço social internacional¹⁰⁷.

Quanto ao capital social interno, as entrevistas e observações realizadas proporcionaram às autoras corroborarem com constatações pró esporte advindas da literatura no que tange à capacidade deste de facilitar uma imersão positiva em uma nova cultura – por parte de refugiados. Dito de outra forma, as autoras argumentam que:

O capital social interno foi expresso por membros não escoceses da equipe, que sentiram que jogar futebol os ajudou a aprender inglês e lhes forneceu uma importante fonte de aptidão física. Outros sentiram que jogar futebol os ajudou a aprender sobre a cultura escocesa, tanto permitindo-lhes participar do "passatempo deste país" quanto expondo-os ao vernáculo escocês. Alguns participantes também relataram benefícios para sua saúde mental. (BOOTH *et al.*, 2014, p. 08, tradução nossa).

Em sequência, no que concerne aos laços sociais, Booth *et al.* (2014, p. 09, tradução)

¹⁰⁷Originalmente denominados: “inward social capital, social bonds, social bridges, social links, perceptions of football e international social space.” (BOOTH *et al.*, 2014, pp. 08-11).

registram – pontualmente – que houve evidências de concepção de vínculos sociais materializadas pelas “amizades formadas no contexto da equipe [à medida que se observou companheiros de time] indo a boates, à academia e, pelo menos em uma ocasião, a uma partida do *Celtic Football Club* juntos.”.

As pontes sociais, à despeito de não ser necessária a constituição de uma amizade convizinha e interações reiteradas – como já assinalado anteriormente –, foram averiguadas com base nos relatos em termos de confiança na equipe. Neste sentido – embora atentem-se para o fato de que os jogadores locais verbalizaram conhecerem pouco sobre a vida pregressa de seus colegas migrantes –, Booth *et al.* (2014) assertem que:

A maioria dos jogadores declarou que confiava em seus companheiros de equipe. As definições para esta confiança variavam desde poder pedir ajuda aos colegas de equipe até sentir-se à vontade para dar-lhes as chaves de seu apartamento. Além disso, alguns participantes afirmaram que esta confiança havia crescido ao longo do tempo de contato. (BOOTH *et al.*, 2014, p. 09, tradução nossa).

No que tange aos vínculos sociais, as autoras afirmam que embora a maioria dos relatos tenham revelado que o esteio do time não era a principal fonte de auxílio consultada em momentos de necessidade de assistência burocrática, houve casos em que o conhecimento compartilhado fora relevante para a solução de problemas. Ademais, as autoras declaram que:

Talvez mais importante, os participantes também encontraram novas oportunidades através da equipe, como a realização de treinamento de *coaching* credenciado. Isto lhes permitiu adquirir habilidades, experiência e credenciamento para promover suas metas pessoais e de carreira. Enquanto isso, alguns participantes compareceram mais ativamente em atividades antirracistas desde que se juntaram à equipe – tais como marchas anuais enquanto representantes do *United Glasgow Football Club*. (BOOTH *et al.*, 2014, p. 09, tradução nossa).

Em relação à percepção dos participantes acerca da relação entre o futebol e as suas realidades sociais, as autoras apontam que todos compreendiam o esporte como uma parte positiva de suas vidas. Nos próprios termos de Booth *et al.* (2014, p. 10, tradução nossa) “a maioria dos participantes sentiu que o futebol era inerentemente unificador, referindo-se à “universalidade” do esporte e sua popularidade na Escócia.”; as autoras também relatam que “alguns participantes sugeriram que o futebol poderia ampliar – ou não diminuir – as rivalidades existentes ou subjacentes.”; e, no tocante, especificamente, à problemática do racismo no entorno futebolístico, “alguns sugeriram que iniciativas antirracistas no futebol de base poderiam contribuir para combater estes problemas.”.

Ainda neste limiar, as autoras registram que muitos dos entrevistados mencionaram um episódio de racismo envolvendo um jogador do time e um adversário em uma partida realizada. Sem embargo, porém, com base nesses mesmos relatos, o caso acabou reverberando internamente como um o reforço do compromisso dos jogadores e do time para com a

perspectiva e mensagem antirracista do projeto (BOOTH *et al.*, 2014).

Por fim, no diapasão delimitado como espaço social internacional, as autoras atestam que a diversidade da equipe é um elemento que possibilita uma contribuição para com a integração – à guisa de exemplo, reforçam que fora também essa diversidade que atraiu muitos dos jogadores africanos na medida em que sentiram em efetivo a sua condição de minoria social (BOOTH *et al.*, 2014).

Os participantes enfatizaram repetidamente o apelo universal e transcultural do futebol e explicaram que a forma de comunicação presente no futebol permitia a transcendência das barreiras linguísticas frequentemente presentes em outros lugares da sociedade. [...] Os jogadores escoceses também tiveram a oportunidade de construir relacionamentos com pessoas de diferentes origens, sugerindo que a diversidade do time facilita a integração (BOOTH *et al.*, 2014, pp. 09-10, tradução nossa).

Fato igualmente interessante mencionado pelas autoras é o de que a percepção majoritária dos entrevistados – em resposta ao potencial unificador do futebol no quesito integrador – não denota que os mesmos tenham perdido de vista as armadilhas do esporte, sobretudo no contexto da sociedade escocesa, culturalmente permeada pela latente rivalidade – já apontada – entre *Celtic Football Club* e *Rangers Football Club*. Todavia, no entendimento de Booth *et al.* (2014), os jogadores demonstraram a sensação de que o projeto¹⁰⁸ o qual fazem parte mostrava-se eficaz para evitar a reprodução de tais conflitos.

De modo derradeiro, as autoras afirmam que as entrevistas e observações realizadas no contexto do *United Glasgow Football Club*, para mais de uma integração de migrantes no seio da sociedade escocesa, ilustram “uma particularidade pujante, onde a identidade como jogador de futebol se sobrepõe às identidades étnicas, raciais e nacionais, e permite que os jogadores da equipe encontrem um terreno comum em campo.” (BOOTH *et al.*, 2014, p. 11, tradução nossa).

Postulando as considerações conclusivas acerca do trabalho, Olivia Booth, Evan Elise Easton-Calabria, Elisabeth Kühn e Salvator Cusimano (2014) arrematam, em um primeiro instante, que as descobertas auferidas encaixam-se no modelo arquitetado, o nexos entre integração – Ager e Strang (2010) e capital social – Putnam (2000;2002). Neste limiar, atestam, por conseguinte, que a experiência do *United Glasgow Football Club* é capaz de promover capital social interno, bem como de estabelecer pontes e vínculos entre seus participantes. De modo que as inquietudes provenientes da literatura esportiva esmiuçada na ante pesquisa – vide Krouel *et al.* (2006) – não se verificaram na ocasião.

Para adiante do modelo insigne, a pesquisa também abriu margem para uma sugestão

¹⁰⁸Um adendo relevante no esteio do projeto frente esta argumentação é o de que, nos termos das autoras, “muitos jogadores também falaram da dedicação, entusiasmo e crença na causa do projeto, sugerindo um maior reconhecimento da necessidade de liderança, estrutura e um claro *ethos* [partilha em comum] de equipe para permitir tal espaço social unificador no futebol.” (BOOTH *et al.*, 2014, p. 11, tradução nossa).

autoral¹⁰⁹ no sentido de que o UGFC funciona como um espaço social internacional (BOOTH *et al.*, 2014). Em outras palavras, dentro deste projeto, conforme observado, a pluriethnicidade permite com que os jogadores tanto sintam-se confortáveis e, de fato, partícipes, como também concebam um espaço onde não seja explicitamente necessário que eles relatem e revivam diariamente problemas associados aos seus respectivos *status* migratórios – interagindo, internamente, com seus colegas independentemente de suas nacionalidades.

Não obstante, as autoras indicam que outras pesquisas que, sobretudo, consigam explorar o limite, em termos generalizantes, de tais descobertas – a potencialidade de concretizar um ambiente que aglutine a construção de capital social à promoção de identidades comuns – sejam realizadas. Principalmente, acrescentam, a partir do recorte de equipes sem o objetivo fundante, em seu âmago, de ser antirracista (BOOTH *et al.*, 2014).

6.4. McDonald, Dukic e Spaaij (2018) – Momentos de inclusão social

Em “Moments of social inclusion: asylum seekers, football and solidarity”¹¹⁰, Brent McDonald, Darko Dukic e Ramón Spaaij (2018) investigam a capacidade do futebol de facilitar modos de inclusão social. Tal objetivo central tem o recorte e olhar específicos focados nos membros de um clube de futebol de Melbourne¹¹¹, Austrália, denominado *Seekers*¹¹² e que foi fundado, em 2012, com o pilar fulcral de proporcionar recreação social a vários refugiados e requerentes de asilo locais.

Nas palavras dos autores, o trabalho “considera como o futebol facilita oportunidades de inclusão social e constrói solidariedade para e entre os membros dessa equipe, tanto em relação à ação do esporte quanto em relação ao contexto político e social da sociedade australiana de forma mais ampla.” (MCDONALD; DUKIC; SPAAIJ, 2018, p. 01, tradução nossa).

Conforme McDonald, Dukic e Spaaij (2018), o esporte – sobretudo o futebol – tem se demonstrado uma importante atividade de recreação no intento de prover um ambiente onde refugiados e requerentes de asilo experimentam um sentimento de inclusão e pertencimento nas

¹⁰⁹Tais acréscimos teórico-práticos, nas palavras das autoras, “sugerem que as formas pelas quais a integração continua a ser conceitualizada como um processo fundamentalmente assimilador pelo qual os imigrantes aprendem a “se encaixar” em uma sociedade anfitriã não captam os efeitos transformadores tanto nos recém-chegados quanto nos anfitriões.” (BOOTH *et al.*, 2014, p. 11, tradução nossa).

¹¹⁰Em tradução livre “Momentos de inclusão social: os requerentes de asilo, futebol e solidariedade.”.

¹¹¹Melbourne é a capital do estado de Victoria e a segunda maior cidade da Austrália. A área da Grande Melbourne é de aproximadamente 9.900 km² de subúrbios e a cidade conta com uma população de mais de 5.3 milhões, o que representa 19,05% da população nacional (CITY OF MELBOURNE, 2022).

¹¹²Componente da organização independente e sem fins lucrativos de direitos humanos chamada *Asylum Seeker Resource Centre* (ASRC), fundada em 2001, e que opera nos subúrbios de Melbourne. (MCDONALD; DUKIC; SPAAIJ, 2018).

sociedades receptoras¹¹³. No contexto australiano, os autores argumentam que isso é evidenciado pela promoção e investimento no esporte – com o intuito de estimular o assentamento de jovens refugiados – via formuladores de políticas públicas em conjunto com organizações comunitárias.

O foco dessas iniciativas do governo e da sociedade civil tem sido o esporte comunitário, compreendendo um conjunto de atividades que dinamizam a fronteira entre esporte e recreação. Diferentes modelos de participação estão sendo oferecidos atualmente, incluindo programas de curto prazo, programas contínuos e integração em clubes tradicionais. (MCDONALD, DUKIC e SPAAIJ, 2018, p. 03, tradução nossa).

O trabalho dos autores advém de um projeto de doze meses mediante uma abordagem etnográfica que contou com um trabalho observacional de pesquisador participante e entrevistas semiestruturadas. No tocante à primeira técnica, Darko Dukic integrou¹¹⁴ o time do *Seekers* como jogador e assistente técnico voluntário durante a temporada de 2016. E, neste esteio, conforme relatam os autores, Dukic produziu um detalhado diário de anotações de campo, de modo que:

Incluiu notas sobre as próprias experiências [...] e respostas incorporadas ao campo, enquanto uma ênfase foi colocada nas relações, momentos e ações que moldaram o espaço. Os relatos giravam em torno de dois eventos principais da equipe: sessões de treinamento e partidas onde ocorreu interação com a equipe adversária. Os dados das notas de campo foram complementados com ocasiões fora dele, [vide] eventos sociais organizados pelo ASRC e os ocasionais e espontâneos jantares pós-jogo em restaurantes. (MCDONALD, DUKIC e SPAAIJ, 2018, p. 05, tradução nossa).

As entrevistas, transcritas na íntegra, foram realizadas com um total de sete jogadores e dois funcionários – devidamente anonimizados –, cada uma com duração de cerca de quarenta e cinco minutos. O foco ateu-se: ao significado íntimo da prática do futebol e envolvimento dos jogadores para com o time; e, quanto aos funcionários, as impressões destes em termos do valor e impacto do time para fora das quatro linhas. Ademais, como referencial metodológico, McDonald, Dukic e Spaaij (2018) utilizam-se do debate teórico atinente a inclusão e exclusão social advindo de John Gray (2000)¹¹⁵ e Richard Baley (2005)¹¹⁶ e os conceitos de capital simbólico, físico, social e cultural de Pierre Bourdieu e Loic Wacquant (1992)¹¹⁷.

¹¹³Com a especificidade, nas palavras dos autores, da “população jovem do sexo masculino.” (MCDONALD; DUKIC; SPAAIJ, 2018, p. 02, tradução nossa).

¹¹⁴“Esse tipo de engajamento foi possível devido ao seu capital físico e simbólico que se baseou tanto em sua história pessoal como refugiado, tendo chegado à Austrália na década de 1990, quanto em uma história futebolística que incluiu anos de formação – tanto nos Balcãs quanto na Austrália – jogando futebol diariamente e, como adulto, jogando em um nível semiprofissional de competição em Victoria.” (MCDONALD; DUKIC; SPAAIJ, 2018, p. 04, tradução nossa).

¹¹⁵Gray, J. 2000. Inclusion: A Radical Critique. In : *Social Inclusion: Possibilities and Tensions*. P. Askonas, and A. Stewart, 19-36. Houndmills: Palgrave.

¹¹⁶Bailey, R. 2005. Evaluating the Relationship between Physical Education, Sport and Social Inclusion. *Educational Review* 57 (1): 71-90.

¹¹⁷Bourdieu, P., and L. Wacquant. 1992. *An Invitation to Reflexive Sociology*. Chicago, IL: University of Chicago Press.

Na tabela disposta pelos autores no decorrer do trabalho, é possível identificar o país de origem dos jogadores entrevistados, mais especificamente: Irã¹¹⁸, Egito, Zâmbia, Camarões e Ruanda. Para mais, a partir dos demais dados dispostos na respectiva tabela, também é exequível calcular que a média de idade é de aproximadamente trinta e três¹¹⁹ anos; que a média de tempo em que estão na Austrália é de aproximadamente cinco anos¹²⁰; bem como que dois deles apresentavam *status* legal desconhecido e cinco detinham o visto provisório. Já com relação aos dois funcionários, detecta-se, primeiramente, que se tratam do coordenador¹²¹ e do técnico do time. O coordenador, originalmente advindo de Taiwan, tinha trinta anos há época e estava na Austrália há cinco anos com visto de residência permanente. E o técnico, nascido na Austrália, estava com vinte e nove anos.

Como já sinalizado em nota, o *Asylum Seeker Resource Center* (ASRC) é uma organização de direitos humanos independente e sem fins lucrativos que opera nos subúrbios de Melbourne. A mesma, de acordo com os autores, foi fundada em 2001 em resposta à falta de assistência básica disponível para requerentes de asilo que viviam na comunidade (MCDONALD; DUKIC; SPAAIJ, 2018).

Neste diapasão, o gérmen que reverberou na fundação do time *Seekers*, como narram os autores, surgiu com encontros semanais em um jardim público de Melbourne visando jogos sociais de futebol. Os autores argumentam que “esses jogos sociais atraíram considerável interesse dos membros do ASRC, que expressaram um forte desejo de transformar o futebol social em algo mais organizado e tentaram formar um time para entrar em torneios e ligas competitivas.” (MCDONALD; DUKIC; SPAAIJ, 2018, p. 04, tradução nossa).

Logo, o time foi oficialmente constituído em 2012 e, com o passar dos anos, a partir de parcerias com o governo local, como denotam os autores, passou de um programa de recreação informal para uma equipe competitiva inserida no meandro de esportes comunitários – mais especificamente, competindo em uma liga amadora.

O *Seekers* compete em uma liga de futebol amador que segue o modelo de esporte sob o qual opera a maioria das bases do futebol na Austrália. Este modelo envolve a organização de uma temporada competitiva que se estende por quase seis meses – do outono ao final do inverno. Uma variedade de clubes sediados aproximadamente na localização geográfica são colocados em uma competição de estilo “casa e fora” e jogam por pontos para progredir na tabela de classificação com a temporada culminando em uma série final. Em 2016, o *Seekers* competiu na liga masculina da Divisão 1 do Noroeste, [...] que opera fora das jurisdições da FIFA. (MCDONALD; DUKIC; SPAAIJ, 2018, p. 04, tradução nossa).

¹¹⁸Três dos sete entrevistados.

¹¹⁹32,7: 43 + 29 + 26 + 35 + 38 + 31 + 27.

¹²⁰4,7: 04 + 06 + 08 + 04 + 04 + 04 + 03.

¹²¹Definidos, respectivamente, no original, como “team manager” e “head coach.” (MCDONALD; DUKIC; SPAAIJ, 2018, p. 06, tradução nossa).

No esteio teórico-conceitual, os autores lançam mão de duas ideias chave para enquadrar e executar o conceito de inclusão social neste trabalho. A saber: o aspecto micro sociológico e o encadeamento material e imaterial da multidimensionalidade do conceito.

Primeiramente, os autores advertem que, em uma perspectiva multinível, a inclusão social tem como pressuposto uma operacionalização retroalimentar em três esferas – micro, macro e meso (MCDONALD; DUKIC; SPAAIJ, 2018). Não obstante, o interesse particular de investigação dos mesmos dá-se em um recorte micro sociológico empírico para avaliar como o time de futebol *Seekers* “experimenta e negocia a inclusão social na dinâmica situacional das interações cotidianas.” (MCDONALD; DUKIC; SPAAIJ, 2018, p. 03, tradução nossa).

Em segundo lugar, balizando-se na elucubração teórica de Richard Baley (2005), em “Evaluating the Relationship between Physical Education, Sport and Social Inclusion”¹²², que delimita quatro dimensões conectadas à inclusão e exclusão sociais¹²³, os autores querem pensar a inclusão: no escopo relacional – atinente às ideias de senso de pertencimento e aceitação – e no escopo de poder – que se refere à noção de *locus*¹²⁴ de controle, a gama de indivíduos que vivem a inclusão e exclusão sociais. Portanto, em suas palavras,

Neste documento, adotamos esta perspectiva ao conhecimento prévio dos momentos e ações micro sociais nos quais as experiências de solidariedade e inclusão social tomam forma. Especificamente, em nossa análise, vemos a inclusão social como interações que levam a uma expansão do mundo de cada um – no sentido mais amplo – através da conexão social com outros. (MCDONALD; DUKIC; SPAAIJ, 2018, p. 03, tradução nossa).

Por conseguinte, no intento de aperceber a inclusão para além do que classificam como o que contempla as “declarações políticas”¹²⁵ – ou seja, a integração do novo indivíduo à cultura dominante –, de modo que leem essa perspectiva como um processo unidirecional de assimilação étnica minoritária, no tocante ao objetivo do trabalho – dialogando com Greg Noble e Paul Tabar (2017), em “The ‘Career’ of the Migrant: Time, Space and the Settling Process”¹²⁶ –, os autores buscaram ter em foco as nuances e especificidades da tentativa de se estabelecer em um novo país à medida que não direcionaram seus olhares desde um prisma binário hierárquico¹²⁷ sobre questões demográficas, estruturais e políticas.

Isto posto, no que compete às principais constatações do estudo realizado, McDonald, Dukic e Spaaij (2018) as assertem a partir de dois limiares de experiências: dentro e fora de

¹²²Em tradução livre “Avaliando a relação entre Educação Física, esporte e inclusão social.”.

¹²³Tais como: espacial, relacional, funcional e de poder (BAILEY, 2005).

¹²⁴Entendido como “espaço”.

¹²⁵Utilizando, na ocasião, o termo “policy statements.” (MCDONALD; DUKIC; SPAAIJ, 2018, p. 06).

¹²⁶Em tradução livre “A “carreira” do migrante: tempo, espaço e processo de estabelecimento.”.

¹²⁷Como se enxergassem uma díade cultura anglo-celta dominante e as “outras” culturas étnicas.

campo¹²⁸. De tal modo, no tocante ao primeiro, com base no interesse em averiguar como o exercício de jogar futebol com o *Seekers* proporciona “momentos de interação social, personificação pessoal e inclusão social que sirvam para impulsionar os participantes entrevistados em sua trajetória de ‘carreira’” (MCDONALD; DUKIC; SPAAIJ, 2018, p. 07, tradução nossa), o primeiro instante da inclusão ocorre, conforme os autores, na concepção do sentimento de pertencimento em fazer parte do time. Nas palavras dos autores,

Um dos managers, ao referir-se a um dos primeiros contatos dos jogadores com o *Seekers*, observou: “[...] às vezes você se tranca em seu quarto e se sente realmente sozinho ou está pensando demais, mas quando você pertence a esta comunidade ou a este grupo (*Seekers*), você diz “ok, agora eu tenho algo, eu preciso treinar”. Portanto você encontra um caminho no tocante à sua própria vida.”. (MCDONALD; DUKIC; SPAAIJ, 2018, p. 07, tradução nossa).

Não obstante, alertam que para quase todos os jogadores do *Seekers*, o contato e a prática com o jogo de futebol já era parte relevante das suas experiências anteriores, em seus países de origem. De modo que não percebem ser possível sugerir que fazer parte de um time como o *Seekers* teria o mesmo efeito em indivíduos que não vivenciassem o esporte enquanto hábito pregresso. Logo, argumentam que, no caso observado, “o poder do futebol para aliviar o isolamento desses homens está, portanto, ligado à sua capacidade de realmente jogar o jogo.” (MCDONALD; DUKIC; SPAAIJ, 2018, p. 07, tradução nossa).

Os autores dissertam que – mediante a pluralidade cultural averiguada na Austrália – o futebol é um meio que possibilita aos refugiados e requerentes de asilo experimentar o multiculturalismo cotidiano mesmo que em suas respectivas culturas e contexto não houvesse o hábito de fazê-lo. Dito de outra forma, os autores afirmam que alguns dos entrevistados advêm de contextos pouco multiculturais, portanto o contato com as diferenças, nesse sentido, pode ser intimidador quando não se está habituado com a diversidade. Portanto o futebol, como um intermediário comum, reverbera em um espaço de conforto que abre margem ao referido processo¹²⁹. Nas palavras dos autores,

O futebol, de certa forma, facilita o *Seekers* neste processo sem ter que fazer mal-entendidos embaraçosos. Eles [jogadores do *Seekers*] aprendem sobre eventos culturais ao longo da temporada, bem como sobre amostras [...] de diferentes culturas de seus próprios colegas de equipe, sem mencionar o fato de que experimentam as especialidades do time visitante. O clube oferece oportunidades para a interação

¹²⁸Os termos utilizados pelos autores são, respectivamente, “social inclusion on the field” e “social inclusion off the field”.

¹²⁹Tal raciocínio é ilustrado e pode ser constado pelas impressões registradas ao longo do trabalho por dois dos jogadores entrevistados, que disseram: “Mejsam, 30 anos, Irã: é uma comunidade, são amigos, são uma família para mim que estou sozinho e consigo me relacionar com culturas diferentes, pessoas diferentes, o que é muito interessante; Azizi, 20 anos, Irã: na Austrália existem diferentes origens e diferentes culturas, temos negros, temos europeus, temos requerentes de asilo de todos os lugares, então eles se tornam amigos como em nossa equipe.” (MCDONALD; DUKIC; SPAAIJ, 2018, p. 08, tradução nossa).

multicultural diária. (MCDONALD; DUKIC; SPAAIJ, 2018, p. 07, tradução nossa).

E ao passo que a temporada de jogos se inicia, os autores observam um outro meandro de inclusão social, a possibilidade de, através das viagens – para além da localidade onde estão inseridos –, ter contato com outros bairros e subúrbios que configuram uma nova realidade geográfica e cultural. Tal fato é relevante, de acordo com os autores, por conta do que classificam como formas de exclusão geográfica auto perpetuadas. Melhor dizendo, eles explicam que, no contexto de refugiados e requerentes de asilo, há uma estigmatização territorial que pode ocorrer em relação ao espaço físico do local de moradia fornecido. Isto, ademais da carência de meios de transporte e o receio social de deslocamento por regiões desconhecidos, denota a supracitada exclusão em termos geográficos.

Por conseguinte, de acordo com McDonald, Dukic e Spaaij (2018), por meio do futebol, há – com as viagens para os respectivos jogos a serem disputados – a oportunidade de tanto transcender esse cenário quanto, como pontua um dos jogadores entrevistados¹³⁰, facilitar a interação social com outras pessoas de diferentes localidades geográficas (MCDONALD; DUKIC; SPAAIJ, 2018).

Derradeiramente, neste limiar, os autores apontam que “a forma final a qual o futebol facilitou a inclusão social foi que, para alguns jogadores, o *Seekers* se tornou um trampolim para jogar por outro time em outra competição.” (MCDONALD; DUKIC; SPAAIJ, 2018, p. 09, tradução nossa). Tal acontecimento, como avaliam, pode ser motivado tanto por um desejo de performar em um nível superior, como para jogar em uma localidade mais próxima de onde residem, ou até por conta de convites de amigos. De toda forma, é uma situação que salienta conexões – e o rompimento de barreiras supracitado – e um viés de autonomia dentro desse escopo nevrálgico.

Portanto, quanto a esta esfera, os autores sintetizam os apontamentos dispostos argumentando que, em um sentido social, a prática futebolística no *Seekers* viabilizou que os refugiados e requerentes de asilo: entrassem em contato direto com outros indivíduos, viajassem para além do seu local de residência na cidade e desenvolvessem um sentimento de pertença em relação ao time (MCDONALD; DUKIC; SPAAIJ, 2018).

Já no que toca ao meandro fora de campo, o questionamento que demarca a análise é o seguinte: “compor um time de futebol conecta os jogadores a outros resultados positivos

¹³⁰“Kigali, 20 anos, Ruanda: quando cheguei a este país, vim sozinho. Eu não conhecia ninguém aqui, então penso que ser parte de um time de futebol me fez fazer amigos. Além disso, quando jogamos um jogo, além da oportunidade de conhecer áreas diferentes, há a possibilidade de conhecer e conversar com pessoas que vivem nessas áreas.” (MCDONALD; DUKIC; SPAAIJ, 2018, p. 08, tradução nossa).

relacionados à inclusão, tais como emprego, educação e outros espaços não relacionados ao futebol?” (MCDONALD; DUKIC; SPAAIJ, 2018, p. 10, tradução nossa). Precedentemente, os autores debatem o núcleo duro do entendimento compartilhado sobre marcas práticas do sentimento de inclusão em um arranjo social.

Em síntese, o senso de pertencer a uma coletividade permite que as interações mundanas do dia-a-dia sejam realizadas – vide ir ao supermercado, ir ao cinema, ir a um restaurante etc. Nessa seara, referenciando Bourdieu e Wacquant (1992), argumentam que “os aspectos considerados como garantidos destas interações são o conhecimento processual implícito, ou mesmo o hábito.” (MCDONALD; DUKIC; SPAAIJ, 2018, p. 10, tradução nossa).

Entendendo essas interações enquanto uma regalia de pertencer, McDonald, Dukic e Spaaij (2018, p. 10, tradução nossa) afirmam que – como para àqueles que não as detêm, o esforço de se engajar dessa maneira pode ser potencialmente desmoralizante –, “um dos maiores benefícios da solidariedade formada por ser um membro foi a forma pela qual ela facilitou o acesso a essas outras experiências.”. Ademais, os autores também destacam que as experiências de contato, diálogo e negociação no decorrer dos jogos foram notadas – pelos jogadores¹³¹ – a com base em vantagens adquiridas para lidar com uma gama de situações que poderiam vir a ocorrer em outros ambientes, como o contexto laboral.

Em um contexto posterior à temporada de jogos, os autores observaram que as experiências sociais adquiridas no entorno do time e das competições foram relevantes para conectar os refugiados e requentes de asilo a uma rede comunitária e, a partir dela, a oportunidades de emprego – fator essencial para fomentar a inclusão na sociedade australiana (MCDONALD; DUKIC; SPAAIJ, 2018).

Neste diapasão, referindo-se, especificamente, às noções de capital simbólico, físico, social e cultural de Bourdieu e Wacquant (1992), os autores argumentam que:

Uma vez que o *status* de imigração de um indivíduo muda e ele pode começar a pensar em construir um futuro em Melbourne, o acesso ao mercado de trabalho pode ser difícil. Isto é particularmente verdadeiro para vários de nossos participantes cujas qualificações de seu país de origem não foram reconhecidas. Desta forma, sua história educacional perde qualquer capital que um dia possa ter tido. Não obstante, o seu capital físico como futebolista passa a ser reconhecido e apreciado por aqueles que os rodeiam. O capital do futebol deve ser entendido tanto como físico – isto é, poder jogar –, quanto como simbólico – a maneira como se joga. O capital simbólico detém muito mais valor aqui. O compromisso para com a equipe, a motivação para competir duro, o apoio uns aos outros e o trabalho em conjunto, são uma demonstração daquelas

¹³¹“Milad, 30 anos, Irã: conversas com os adversários, companheiros, indiretamente com o árbitro, sabe? E tivemos algumas outras coisas: risos, momentos engraçados etc., de modo que lhe dá uma boa imagem das pessoas, quem elas podem ser em diferentes situações.” (MCDONALD; DUKIC; SPAAIJ, 2018, p. 11, tradução nossa). “Azizi, 20 anos, Irã: eu gostaria de dizer que o futebol traz paz, traz esperança e conecta países e culturas diferentes. Em Melbourne, uma cidade multicultural, e na Austrália, de modo geral... o futebol ajuda a fazer amizades.” (MCDONALD; DUKIC; SPAAIJ, 2018, p. 11, tradução nossa).

características estimadas que mantêm sua valência fora o campo. (MCDONALD; DUKIC; SPAAIJ, 2018, p. 11, tradução nossa).

Os autores citam Azizi no que denominaram ser um caso de sucesso em termos de uma inclusão retroalimentar envolvendo um dos jogadores. Este jogador aproveitou uma oportunidade oferecida pelo *Asylum Seeker Resource Centre* e realizou um curso – em conjunto com funcionários do *Seekers* – para se capacitar como técnico de futebol. E para além do interesse pessoal de Azizi em obter essa formação, um dos motivos relatados por ele para fazê-lo foi o sentimento de que poderia devolver à comunidade a oportunidade recebida.

Em consequência, crianças locais que vivem perto do campo de futebol foram recebidas por Azizi para ter aulas de futebol. Por conseguinte, tal caso denota, nos termos dos autores que:

Em um espaço de hiperdiversidade, micro momentos sociais [como este] demonstram as formas pelas quais as relações de poder entre os agentes são fluidas e dinâmicas. O capital físico de Azizi, como jogador, lhe dá acesso ao *Seekers* e, a partir de tal, ele desenvolve formas de capital simbólico e cultural que ele pode implantar em um ambiente comunitário e que são reconhecidos por essa comunidade. (MCDONALD; DUKIC; SPAAIJ, 2018, p. 12, tradução nossa).

No momento das considerações finais do trabalho, McDonald, Dukic e Spaaij (2018) afirmam, de início, que a experiência em fazer parte do time do *Seekers* faculta aos refugiados e requerentes de asilo tanto impulsionar sua trajetória em termos de carreira no esporte como também amoldar sua percepção em termos de espaço e de relações. Não obstante, compreendem que a funcionalidade do time nas duas dimensões só é possível graças à sua interposição à organização *Asylum Seeker Resource Centre* – na medida em que esta detém capacidade estrutural para auxiliar indivíduos recém-chegados ao país.

Em adição, os autores também ressaltam que para aqueles que – em seu histórico prévio à migração forçada – possuíam familiaridade com a prática do futebol, é notável que o esporte, no contexto australiano, propicia que os mesmos se expressem enquanto sujeitos agentes à despeito das forças estruturais que os prejudica (MCDONALD; DUKIC; SPAAIJ, 2018).

Não obstante sinalizem que as formas de inclusão social experimentadas através da equipe *Seekers* possam ser reduzidas em outros micro momentos sociais, McDonald, Dukic e Spaaij (2018) entendem que a pesquisa evidencia o potencial do futebol no intento de promover momentos de inclusão social aos respectivos partícipes, ao passo em que a solidariedade é cunhada a partir da atividade esportiva em equipe – especificamente, no caso, no entorno do *Seekers*. Em suas palavras, “através da conexão com outros membros do time, é possível superar o isolamento individual e aproveitar o senso coletivo de ser para considerar um engajamento mais positivo com a sociedade.” (MCDONALD; DUKIC; SPAAIJ, 2018, p. 13,

tradução nossa).

Portanto, as interações sociais examinadas são assumidas pelos autores como significativas no que tange à desterritorialização, à redefinição de significados dos espaços locais e, conseqüentemente, ao senso de pertencimento e à familiaridade de e para ocupa-los.

7. LIMITES E POSSIBILIDADES INCLUSIVOS DA PRÁTICA RECREATIVA DE FUTEBOL

Realizada a descrição narrativa dos principais trabalhos publicados acerca de experiências práticas do jogo recreativo de futebol no esteio de refugiados, o presente capítulo destina-se à avaliação dos elementos assinalados e aos encaminhamentos sugestivos para novos intentos de pesquisa na área.

Para tal, pretende-se: recuperar a orientação teórica proposta ao recorte metodológico da condição social do refugiado conectando-a ao protagonismo da sociedade civil nos intentos inclusivos dessa população nas sociedades receptoras e a possibilidade da prática recreativa do futebol auxiliar nesse processo; nortear, a partir das experiências supra descritas pelas literaturas, uma avaliação em torno de avanços e limites da prática do futebol recreativo no tocante à inclusão social de refugiados; e delinear aspectos sugestivos para novas propostas de pesquisas no tema, destacando uma margem para tal na realidade brasileira.

O diálogo teórico, nesse capítulo, dar-se-á a partir de: Erving Goffman (1988); Zygmunt Bauman (2017); Axel Honneth (2003); Aluisio Schumacher e Gabriel Salum (2017); Rute Oliveira Passos, Clara Cardoso Machado Jaborandy e Dimas Pereira Duarte Júnior (2019); João Pedro Gil (2011); Chris Stone (2013); Olivia Booth, Evan Elise Easton-Calabria, Elisabeth Kühn e Salvator Cusimano (2014); e Brent McDonald, Darko Dukic e Ramón Spaaij (2018).

7.1. Resgate e interconexão teórico-metodológicos

Como disposto no primeiro capítulo¹³², a obra “Estigma: notas sobre a manipulação da identidade” é introduzida por Erving Goffman (1988, p. 05) a partir de uma observação etimológica acerca do termo – “estigma” – criado na Grécia Antiga para se referir “a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava.”. E é com o passar do tempo que, conforme Goffman (1988, p. 05), o termo passa a ser “amplamente usado de maneira um tanto semelhante ao sentido literal original, porém [...] mais aplicado à própria desgraça do que à sua evidência corporal.”.

Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser – incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável – num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande – algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza,

¹³²Descrito como tópico 3.

uma desvantagem – e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real. (GOFFMAN, 1988, p. 06).

Dentre as contribuições goffmanianas à extensão do conceito, o autor o ramifica tipologicamente de maneira tripartite¹³³: físico; subjetivo-individuais; étnico, nacional e religioso (GOFFMAN, 1988). De modo que – embora especificamente classificados – compõem-se das mesmas características sociológicas; no caso, “um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que pode-se impor a atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus.” (GOFFMAN, 1988, p. 07).

A terceira ramificação, mais especificamente definida por Goffman (1988, p. 07) como “estigma tribal de raça, nação e religião”, associa-se, portanto, à questão dos refugiados. Associação essa sinalizada por um conjunto de estudiosos¹³⁴ da temática e – com especial ênfase, no caso dos referenciais teóricos aqui utilizados – atestada por Zygmunt Bauman (2017) em “Estranhos à nossa porta”. Nesta obra, Bauman (2017) cita diretamente¹³⁵ Goffman ao articular o conceito de estigma a migrantes e refugiados no contexto da sua crítica em relação à identificação, subordinação e redução da questão migratória enquanto um problema de segurança nacional.

Em convergência – e complemento – com a linha teórica goffmaniana, Bauman (2017, pp. 13-14) disserta que o contato com o desconhecido reverbera em ansiedade social nas sociedades receptoras; a percepção social de incerteza quanto ao comportamento de e para com o estrangeiro gera um pânico coletivo. Em suas palavras, “a ignorância quanto a como proceder, como enfrentar uma situação que não produzimos nem controlamos, é uma importante causa de ansiedade e medo.”.

E para lidar com o estranhamento perante o desconhecido – e entendendo que os fluxos de refugiados sejam uma realidade inegável e urgente – Bauman (2017, p. 23) afirma a

¹³³Nas palavras do autor: “as abominações do corpo – as várias deformidades físicas. Em segundo, as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical. Finalmente, há os estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família.” (GOFFMAN, 1988, p. 07).

¹³⁴Basta atentar-se à quantidade de trabalhos que dialogam com o conceito goffmaniano dispostos em bases de dados nacionais e internacionais. Vide, por exemplo: Pereira e Bizerril (2007), Cunha (2018), Trejo, Attali e Magee (2017), Borges (2022), Baranik, Hurst e Eby (2018), Bär *et al.* (2021), Shannon *et al.* (2015), Deilamizade *et al.* (2019), Vassenden e Lie (2013) etc.

¹³⁵Na medida em que, segundo Bauman (2017, p. 43, grifo nosso), tal movimento seria “diretamente proporcional às intenções de grupos terroristas – de modo que, dentre tais, a de: tirar proveito da dinâmica do estigma (tal como descrita em maiores detalhes por **Erving Goffman** num livro que tem esse título), esperando sustentar-se e avançar com a implementação das outras duas [inflamar os sentimentos anti-islâmicos em toda a Europa; aproveitar-se das dificuldades de comunicação e interação transculturais étnico-religiosas].”.

importância do estabelecimento de “linhas diretas para uma comunicação sem distorções”, argumentando que:

A única forma de escapar dos atuais desconfortos e sofrimentos futuros passa por rejeitar as traiçoeiras tentações da separação. Em vez de nos recusarmos a encarar as realidades dos desafios de nossa época, sintetizados na expressão “um planeta, uma humanidade”, lavando as mãos e nos isolando das irritantes diferenças, dessemelhanças e estranhamentos autoimpostos, devemos procurar oportunidades de entrar num contato estreito e cada vez mais íntimo com eles. (BAUMAN, 2017, p. 23).

A contribuição de Bauman (2017) ao debate atém-se com maior ênfase à perspectiva das responsabilidades dos entes estatais; todavia é claramente sobrelevada – ao âmago da sociedade civil – à medida que a própria retórica utilizada manifesta-se na primeira pessoa do plural, “nós”. Tal postura é fundamental ao propósito teórico que se quer evidenciar a temática nesse trabalho, já que se sabe que o Estado, dotado de soberania, resguarda direitos intransferíveis; todavia, ao passo que a leitura que se faz é a do respeito ao indivíduo reconhecido pelo outro com quem se relaciona em sociedade, quer-se analisar a problemática da relação entre o refugiado e a sociedade receptora com vistas à inclusão para além do ferramental normativo jurídico – ou seja, a partir, sobretudo, de elementos sociais.

Em “Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais”, em diálogo com as teorizações¹³⁶ de Friedrich Hegel e Georg Mead, Axel Honneth (2003) disserta sobre a configuração da identidade enquanto um decurso contínuo e intersubjetivo de luta por reconhecimento recíproco por pares que interagem¹³⁷. Neste decurso, a partir de formas singulares de interação social, os indivíduos desenvolvem três experiências de se relacionarem entre si: “dedicação afetiva, reconhecimento jurídico e estima social.”. (HONNETH, 2003, p. 198).

A primeira, como argumenta Honneth (2003, p. 159), é o “epicentro moral de toda a eticidade.”. É a dedicação emocional, realizando-se nas relações conjugais e de amizades; nos

¹³⁶Nas palavras do autor: “com os meios construtivos da psicologia social de Mead foi possível dar à teoria hegeliana de “luta por reconhecimento” uma inflexão “materialista”. Não foi somente a premissa geral do primeiro Hegel, segundo a qual a formação prática da identidade humana pressupõe a experiência do reconhecimento intersubjetivo, que reapareceu em Mead na forma alterada de uma hipótese empírica de pesquisa; também foi possível encontrar em sua obra os equivalentes teóricos, oriundos de uma concepção pós-metafísica e naturalista, para a distinção conceitual de diversas etapas de reconhecimento, e mesmo para a afirmação, de longo alcance, acerca de uma luta que medeia essas etapas. Portanto, com a inclusão da psicologia social de Mead, a ideia que o jovem Hegel traçou em seus escritos de Jena com rudimentos geniais pode se tornar o fio condutor de uma teoria social de teor normativo; seu propósito é esclarecer os processos de mudança social reportando-se às pretensões normativas estruturalmente inscritas na relação de reconhecimento recíproco.” (HONNETH, 2003, p. 155).

¹³⁷“Esses processos intersubjetivos de aprendizagem – de ver-se a si mesmo da perspectiva normativa dos parceiros de interação – constituem as mediações por meio das quais os indivíduos se tornam o que são. É também no interior desses processos intersubjetivos que formas sociais de vida são, continuamente, sustentadas e reproduzidas.” (SCHUMACHER; SALUM, 2017, p. 24).

termos do autor, “todas relações primárias, na medida em que elas consistam em ligações emotivas fortes entre poucas pessoas, segundo o padrão de relações erótica entre dois parceiros, de amizades e de relações pai/filho.”.

Por meio dessas relações, os indivíduos se tornam capazes de conceber graus de confiança neles mesmos distintos do ambiente e do mundo circundante. Para desenvolver ‘autoconfiança’, estabilizando sua identidade e o mundo lá fora, as crianças necessitam de reconhecimento e apoio contínuos através de relações emocionais, proporcionando uma realidade estável que lhes permita vencer suas relações inicialmente simbióticas e indiferenciadas com os outros de referência. (SCHUMACHER; SALUM, 2017, p. 25).

A segunda, conforme Honneth (2003, p. 179) diz respeito à relação jurídica de que “só podemos chegar a uma compreensão de nós mesmos como portadores de direitos quando possuímos, inversamente, um saber sobre quais obrigações temos de observar em face do respectivo outro.”.

Se dá por meio do conhecimento que o indivíduo adquire acerca de sua capacidade formal para ação moral autônoma. Através de direitos universais conferidos a todos os membros da sociedade, os indivíduos se tornam capazes de se autorrespeitar, quer dizer, recebem habilitação para se considerarem livres e iguais aos outros, obtendo a seu favor garantias jurídicas que lhes permitem tomar decisões, conceber e desenvolver planos de vida próprios. Essa segunda forma de relação consigo mesmo, o ‘autorrespeito’, realiza-se por meio de relações jurídicas que reconhecem cada um como igualmente merecedor de direito às liberdades negativas, de acesso aos processos políticos e, como contrapartida, dotado de responsabilidade jurídica perante todos os demais. (SCHUMACHER; SALUM, 2017, p. 25).

Já a terceira, tem relação com o que Honneth (2003, p. 198) descreve como “uma estima social que lhes [sujeitos humanos] permita referir-se positivamente a suas propriedades e capacidades concretas.”. Dito de outra forma, a partir do paralelo entre os enfoques descritivos de Hegel e Mead, Honneth (2003, p. 199) argumenta que “diferentemente do reconhecimento jurídico em sua forma moderna, a estima social se aplica às propriedades particulares que caracterizam os seres humanos em suas diferenças pessoais.”.

Para Honneth (2003, p. 200), tal experiência de reconhecimento recíproco é orientada por concepções éticas socialmente predominantes, a régua de simetria e o alcance social subordinam-se do nível de “pluralização do horizonte de valores socialmente definido, tanto quanto do caráter dos ideais de personalidade aí destacados.”. Portanto, conforme este autor, “quanto mais as concepções dos objetivos éticos se abrem a diversos valores e quanto mais a ordenação hierárquica cede a uma concorrência horizontal, tanto mais a estima social assumirá um traço individualizante e criará relações simétricas.”. Nas interpretação de Schumacher e Salum (2017, p. 26):

A terceira forma de reconhecimento deriva da participação de cada um em contribuição positiva para uma forma de vida compartilhada, que expressa valores específicos, mantidos de modo comunitário. Em um grupo definido pela solidariedade social (menor do que o grupo de cidadãos no qual se realiza o autorrespeito), o

indivíduo é capaz de adquirir ‘autoestima’ ao ser reconhecido como distinto dos outros, mas com particularidades e habilidades que contribuem positivamente para projetos compartilhados de uma comunidade nucleada pela solidariedade.

Por conseguinte, como observam Schumacher e Salum (2017, p. 26), há uma distinta relação entre particularidade material e universalidade abstrata acerca, respectivamente, da primeira e terceira formas em detrimento da segunda. Esta reconhece – juridicamente – “em todos os cidadãos as características formais e abstratas da autonomia moral em igualdade de condições.”. Já a terceira “coloca em cena a questão de seus traços mais específicos, positivamente avaliados no interior de uma comunidade que compartilha determinado horizonte de valores.”. Portanto, dedicação afetiva e estima social “envolvem a compreensão que cada um tem de si em sua concreta particularidade”; e reconhecimento jurídico “envolve a relação de cada um consigo em sua abstrata universalidade.”.

Na alínea “Identidade pessoal e desrespeito: violação, privação de direitos e degradação”, atendo-se a lutas históricas, Honneth (2003, p. 213) paraleliza – de modo correspondente às relações de reconhecimento supracitadas – três formas do que denomina “reconhecimento recusado”¹³⁸. A saber: “maus-tratos corporais, rebaixamento do auto respeito moral e a negativa valoração social de indivíduos ou grupos.”. (HONNETH, 2003, pp. 216-217).

Neste sentido, no nível mais fundamental, quando o controle do indivíduo sobre seu corpo – sua integridade física – é violado por violência física, tortura etc., então, o indivíduo perde a confiança na estabilidade de sua identidade básica e a constância de seu mundo, sentimentos interiores necessários para um sentido saudável de ‘autoconfiança’. Em segundo lugar, o ‘autorrespeito’ moral de um indivíduo pode ser negativamente afetado com a negação sistemática de direitos outorgados a outros cidadãos formalmente iguais. Finalmente, a ‘autoestima’ de um indivíduo pode ser abalada pela difamação e/ou degradação de seu modo de vida, situações em que não recebe a estima social imprescindível para uma compreensão saudável de suas capacidades e realizações específicas. (SCHUMACHER; SALUM, 2017, p. 26).

A transformação social, para Honneth (2003), enfatiza o potencial conflitivo de tais experiências de desrespeitos sociais. Logo, “às rupturas sociais nas relações de reconhecimento correspondem violações de pretensões morais implícitas, levantadas quando indivíduos e grupos lutam para vencer rupturas percebidas nas diferentes formas de reconhecimento.” (ANDERSON; HONNETH, 2005, p. 132 *apud* SCHUMACHER; SALUM, 2017, p. 27).

Portanto, no tocante à elucubração temática aqui proposta, como supramencionado, entende-se que o delineamento honnethiano tanto reforça a alocação da categoria dos refugiados

¹³⁸Argumentando que “conceitos negativos dessa espécie designam um comportamento que não representa uma injustiça só porque ele estorva os sujeitos em sua liberdade de ação ou lhes inflige danos; pelo contrário, visa-se àquele aspecto de um comportamento lesivo pelo qual as pessoas são feridas numa compreensão positiva de si mesmas, que elas adquiriram de maneira intersubjetiva.” (HONNETH, 2003, p. 213).

no prisma analítico – já que, em primeira instância, assepte a experiência em comum na materialização da concepção de grupo social (BRAGA; SCHUMACHER, 2013) – evidenciando singularidades de lutas (FARIA; RAGNINI; BRÜNING, 2021), como categoriza, inter-relaciona e diferencia experiências sócio normativas em razão do reconhecimento.

Isto posto, para os objetivos da presente dissertação – como assinalado metodologicamente no tópico 3.3 – assume-se, sob respaldo da interpretação¹³⁹ provida por Passos, Jaborandy e Duarte Júnior (2019, p. 147), “a possibilidade do indivíduo reconhecer-se no outro através de um processo de luta partindo de um comportamento intersubjetivo para efetivação de direitos.”; e salienta-se o enfoque à perspectiva “que se reconhece primordialmente a participação social do indivíduo para tornar eficaz os mecanismos estatais na proteção de direitos.”.

Em outros termos, Passos, Jaborandy e Duarte Júnior (2019, p. 157) entendem que Honneth (2003) “retrata a ineficácia da luta social através dos parâmetros jurídicos impostos”, argumentando que – no esteio dos refugiados – não se trata de negar a relevância do aparato normativo, porém “reiterar que a sua imposição não corresponde ao reconhecimento voluntário do indivíduo a fim de torna-lo eficaz em favor do outro.”. Logo, entende-se, em convergência com os autores, que “a luta por reconhecimento é concebida mais através dos elementos sociais do que propriamente elementos jurídicos.” (PASSOS; JABORANDY; DUARTE JÚNIOR, 2019, pp. 157-158).

E se, conforme tais autores, dentre as maiores dificuldades de inserção social do refugiado nas sociedades receptoras tem-se a veiculação midiática de discursos irrealistas que potencializam a ansiedade social perante o diferente (BAUMAN, 2017; GOFFMAN, 1988), percebe-se elementar – visando suprir as lacunas normativas da soberania estatal (PASSOS; JABORANDY; DUARTE JÚNIOR, 2019) – a união coletiva de esforços que possibilitem esclarecer e evidenciar do que se trata o deslocamento não voluntário e, sobretudo, a situação de vulnerabilidade de tais indivíduos no seio social receptor.

Nesse contexto, ao passo que se possibilita uma alteração inclusiva da composição social, o rompimento com um padrão de comportamento nocivo é onde “a luta por reconhecimento encontra aplicabilidade no meio social para efetivação de direitos.” (PASSOS; JABORANDY; DUARTE JÚNIOR, 2019, p. 161).

¹³⁹Já que para Honneth (2003, p. 64), “[...] o indivíduo só pode se proporcionar um sentimento de garantia a respeito de ser reconhecido por seu parceiro de interação mediante a experiência da reação prática com que aquele responde a um desafio deliberado, ou mesmo a uma provocação.”.

Abre-se margem para que as pessoas possam refletir sobre a violação dos seus próprios direitos, posicionando-se também na restrição de direitos do seu semelhante. Nessa troca de mútuo reconhecimento, suprem-se as diversas lacunas em que os instrumentos estatais e legais não são capazes de suprir, devida a inerente necessidade de transformação por parte do indivíduo, tarefa que nenhuma estrutura de poder é capaz de cumprir. (PASSOS; JABORANDY; DUARTE JÚNIOR, 2019, p. 161).

No caso concreto, porquanto, é insigne o protagonismo da sociedade civil – mundo afora – no que concerne à integração factual de refugiados nas sociedades receptoras. Tal atuação é materializada, sobretudo, a partir de coletividades – não governamentais organizadas oriundas das mais diversas searas – com funções sociais humanitárias (CANALES; MARTÍNEZ PIZARRO; REBOIRAS, 2013). Nesse esteio, ao que aqui nos interessa, sabe-se que – conforme desenvolvido no terceiro capítulo¹⁴⁰ –, dentre as searas onde se verifica importante elo entre multiculturalidade, fraternidade e integração social, tem-se a atividade esportiva recreativa (BUENO, 2008; RODRIGUES, 2015).

Com especial ênfase para a atividade do futebol – o esporte mais popular do planeta e com importante correspondência na cultura de massas (ELÍSIO, 2022; FREITAS, 2017; STOLEN *et al.*, 2005) – que, historicamente, tivera o seu nexo de contato e ampliação e a função social da sua prática umbilicalmente conectados à multiculturalidade (NETO, 2020; RODRIGUES, 2015), há um incipiente pioneirismo literário¹⁴¹ que sugere que, na contemporaneidade, o exercício dessa prática com viés recreativo¹⁴² – gerido por organizações oriundas da sociedade civil – pode fomentar o sentimento de pertencimento, bem como facilitar a inclusão de refugiados.

Em outros termos, como já situado, tais estudos apontam que, na medida em que conectam experiências compartilhadas, “as atividades esportivas podem funcionar como um ambiente de apoio onde informações relativas a outros serviços e sistemas podem ser compartilhadas e onde podem ser desenvolvidas relações de confiança.” (SPAIIJ *et al.*, 2019, p. 10, tradução nossa).

Assim sendo, ao passo que – como apontado no tópico 5.3 – as literaturas supramencionados têm como principal objetivo realizar um registro de levantamento geral sobre os estudos da temática¹⁴³ –, após a descrição narrativa do que trazem os principais

¹⁴⁰Descrito como tópico 5.

¹⁴¹FIRE, 2019; SPAIIJ *et al.*, 2019.

¹⁴²Coletivizado sob o eixo lúdico objetivando a interação social (BUENO, 2008).

¹⁴³Oferecendo, porquanto, sinalizações incipientes, de modo que os autores fazem coro para que pesquisas avaliativa mais pormenorizados sejam realizados sob diferentes abordagens teóricas de entendimento acerca tanto do nexo sociocultural do esporte quanto de vieses, leituras e recortes atinentes à inclusão social (SPAIIJ *et al.*, 2019; FIRE, 2019). Algo que converge com a demanda literária – sinalizada no segundo capítulo – acerca da necessidade de se ampliar o escopo de perspectivas sobre futebol e Sociologia; bem como, no caso, do ineditismo de fazê-lo – sinalizado no terceiro capítulo – a partir da temática dos refugiados.

trabalhos¹⁴⁴ publicados sobre o tema realizada no capítulo pregresso e o resgate teórico-metodológico presente¹⁴⁵, visa-se, em sequência, realizar uma avaliação crítica dos elementos apontados; de modo que a perspectiva teórica abalizada funcione como escopo auxiliar à análise proposta, direcionando olhares para que se possa refletir acerca de avanços e limites socialmente inclusivos da prática de futebol recreativo no que toca à população refugiada.

7.2. Análise das descrições bibliográficas: avanços e limitações

Primeiramente, é elementar reiterar que as literaturas descritas no capítulo anterior convergem, em âmbito geográfico, com a sinalização atinente ao levantamento bibliográfico mais relevante e contemporâneo utilizado como base (SPAAIJ *et al.*, 2019).

No levantamento, os autores constatarem que a maioria dos trabalhos produzidos no entorno da temática advém da Austrália (43%) e do Reino Unido (9%). Tal dado encontra correspondência no âmbito desta pesquisa tanto no que tange aos locais de realização dos estudos de campo – Sheffield (Inglaterra), Glasgow (Escócia) e Melbourne (Austrália) – quanto à filiação acadêmica dos autores envolvidos em cada um deles – Chris Stone (*Sheffield Hallam University*); Olivia Booth, Evan Elise Easton-Calabria, Elisabeth Kühn e Salvator Cuisimano (*University of Oxford*); Brent McDonald, Darko Dukic e Ramón Spaaij (*Victoria University*).

Nota-se, também, que – em todos os casos estudados – as atividades futebolísticas para com a população refugiada são administradas sob esforços de atores e coletivos provenientes da sociedade civil. Em específico: o projeto de inclusão social FURD que denota o trabalho de Stone (2013); o projeto antidiscriminação UGFC que baliza o estudo de caso de Booth, Easton-Calabria, Kühn e Cuisimano (2014); e a organização de direitos humanos ASRC que orienta o estudo de McDonald, Dukic e Spaaij (2018). Ademais, tais projetos também têm em comum a busca pelo combate a preconceitos – como a xenofobia e o racismo – e pela inclusão multiétnica através do futebol recreativo como elemento educador comunitário (FURD, 2023; MCDONALD; DUKIC; SPAAIJ, 2018; UGFC, 2023).

Portanto, observa-se que tais iniciativas, em primeiro plano, identificam no futebol – por meio de sua prática – um importante elo multicultural e integrativo¹⁴⁶, o que coincide com

¹⁴⁴Chris Stone (2013); Olivia Booth, Evan Elise Easton-Calabria, Elisabeth Kühn e Salvator Cuisimano (2014); e Brent McDonald, Darko Dukic e Ramón Spaaij (2018).

¹⁴⁵Enfatizando, sobretudo, a problemática estigmatizante da inabilitação para a totalidade da vida social (BAUMAN, 2017; GOFFMAN, 1988) e a perspectiva da consciência solidária e lúcida em favor do reconhecimento do outro, tendo em vista a efetivação transindividual do bem-estar social (HONNETH, 2003).

¹⁴⁶“A guerra e a instabilidade econômica fizeram com que milhares fugissem de suas localidades de origem como refugiados ou requerentes de asilo e há, nessas pessoas, o medo da não aceitação nas sociedades receptoras. Na FURD, acreditamos que, para além de um fenômeno global, o futebol como jogo une as pessoas e agrega valor social. Acreditamos que ajudamos a plantar a semente quando decidimos agir contra a xenofobia e o racismo,

a perspectiva da literatura abalizada sobre a temática – vide Bueno (2008) e Rodrigues (2015); bem como, mediante o entendimento de uma realidade social de estranhamento para com o outro (BAUMAN, 2017; GOFFMAN, 1988), têm objetivos que vão de encontro com a leitura honnethiana atinente à teorização de Passos, Jaborandy e Duarte Júnior (2019) no tocante à importância de esforços coletivos de reeducação acerca da condição e recepção dos refugiados na sociedade.

Para além, o fato de que se tratam de iniciativas com vieses humanitários organizadas pela sociedade civil converge e ilustra o que se observa na generalidade dos casos concretos globais, o protagonismo de tais atores no que tange a mobilizações inclusivas de refugiados (CANALES; MARTÍNEZ PIZARRO; REBOIRAS, 2013).

Posto isto, introdutoriamente aos apontamentos analíticos acerca do que trazem os estudos propriamente ditos, afirma-se que se leva em conta os pontos sugestivos dos levantamentos supra dispostos – SPAAIJ *et al.* (2019); FIRE (2019) – que respaldam academicamente a concatenação de aspectos relacionáveis entre as literaturas com o devido respeito metodológico às respectivas especificidades teórico-conceituais presentes em cada estudo; obviamente, não obstante, a serem aqui desenvolvidos a partir do crivo do referencial teórico-metodológico proposto.

Por conseguinte, com base na descrição narrativa dos estudos realizada no capítulo anterior, define-se o delineamento analítico em termos de avanços e limites – em articulação com o referencial teórico proposto – com destaque para três pontos: o sentimento compartilhado de pertencimento; a expansão de conexões para além da atividade futebolística; e as limitações atreladas a contextos internos e externos.

7.2.1. O sentimento compartilhado de pertencimento

Nota-se que, nos três trabalhos, os autores constatarem a retórica das próprias iniciativas no que tange à potencialidade social inclusiva da prática do futebol recreativo. Nesse esteio, percebe-se que o âmbito do sentimento de pertencimento é tratado – em maior ou menor grau – em todos os trabalhos¹⁴⁷; no entanto, é no trabalho de Stone (2013) que a temática, de fato, delineia o objetivo investigativo central – e onde é desenvolvida, por conseguinte, com maior profundidade.

utilizando os meios do futebol para educar a comunidade.” (FURD, 2023, n.p., tradução nossa); “A partir dos nossos princípios orientadores – antidiscriminação e inclusão –, conseguimos reunir indivíduos de comunidades – que, de outra forma, provavelmente nunca teriam se encontrado – por meio do amor compartilhado pelo futebol.” (UGFC, 2023, n.p., tradução nossa).

¹⁴⁷ Algo que será corporificado no decorrer das análises relativas aos demais eixos, mas é resumido com mais especificidade na nota de rodapé de número 150.

Como assinalado, entendendo o contexto oportunizado pelo exercício do futebol como uma manifestação comunitária tangível e a ideia de pertencer como a formação de conexões e, a partir delas, a compreensão da diferença –, Stone (2013) assertiu que a prática do futebol, nos moldes predefinidos¹⁴⁸, proporciona um canal próprio de interação para tal.

Em outros termos, com base em uma perspectiva que enfoca – para além da legitimidade normativa – relações e sentimentos interpessoais dinamizados cotidianamente, Stone (2013) constatou que os elementos gerados no seio da prática futebolística – rotina, catarse, socialização, empoderamento e pluralidade – são forças motrizes que auxiliam no processo conectivo e socioeducativo em termos multiculturais.

Respectivamente, em suma: a sensação de regularidade proporcionada pelo hábito da prática; o alívio do estresse atinente à pressão da vida social do deslocado forçado possibilitando o desenvolvimento de emoções e, conseqüentemente, pensamentos positivos; a forte coesão intragrupal; a possibilidade de se exercer algum tipo de controle pessoal no tocante à atividade em si; e o espaço do possível mediante o cenário de desafios e imprevisibilidade que o futebol proporciona (FIRE, 2019; STONE, 2013).

Em correlação com o arcabouço metodológico anteposto, suscita-se, portanto, que a dimensão do reconhecimento social honnethiano relativa à estima social – “onde os projetos de autorrealização podem ser sentidos com um respeito solidário numa comunidade” (GIL, 2011, p. 03) –, tenha um espaço de desenvolvimento¹⁴⁹ na prática recreativa do futebol no esteio de refugiados. À medida que a estigmatização nega ao indivíduo a estima social, pensa-se que tal espaço – como demonstrado por Stone (2013)¹⁵⁰ – pode possibilitar, assim como teorizam Schumacher e Salum (2017), a oportunidade do exercício da compreensão em termos de capacidades e realizações.

Interessante notar, ademais, que quando se referiu ao aspecto da socialização, Stone (2013) argumentou que, no canal de comunicação alternativo criado na prática futebolística, a questão da diferença é relevante tanto pelo aspecto da sua minimização – na medida em que tal

¹⁴⁸Recreativo e, no caso, aos cuidados da organização juvenil de inclusão social *Football Unites, Racism Divides* (FURD).

¹⁴⁹Tal raciocínio encontra correspondência e respaldo paralelo na elucubração teórica proposta por João Pedro Alcântara Gil (2011, p. 03) no ensaio denominado “Para não virar coisa: primeiras aproximações da pedagogia do teatro com a teoria do reconhecimento”.

¹⁵⁰Com menos densidade argumentativa, todavia de modo convergente, Booth *et al.* (2014) e McDonald, Dukic e Spaaij (2018) entendem que, na medida em que proporciona uma combinação de fatores que fortalecem o bem-estar ao possibilitar com que os refugiados adquiram confiança em si mesmos, o futebol oferece a esses indivíduos – que, nas sociedades receptoras, perdem a maior parte de seu capital social – a oportunidade de adquirir um novo capital simbólico como jogadores e membros de uma equipe.

canal propicia conexões entre as distintas culturas –, quanto pelo fato de que potencializa um sentimento de pertencimento intragrupo.

Pensa-se, por conseguinte, que tal perspectiva dialoga com a compreensão honnethiana supramencionada – na linha interpretativo-argumentativa de Schumacher e Salum (2017) – que em um contexto de solidariedade social, a autoestima é adquirida com o reconhecimento da diferença ao passo que se entende que as respectivas particularidades colaboram de modo positivo no desígnio do compartilhamento solidário intracomunitário.

7.2.2. A expansão de conexões para além da atividade futebolística

Como um dos fatores limitantes do seu trabalho, observa-se que Stone (2013) mencionou o fato de não ter tido como objetivo ater-se de modo aprofundado a particularidades oriundas dos residentes (britânicos brancos) de longo prazo na prática futebolística. E, embora tenha assinalado que isso não invalida os apontamentos atinentes ao escopo central, trata-se de um aspecto correlacional que aqui nos interessa e é explorado com proficuidade nos demais textos.

Em primeiro lugar, nota-se que a perspectiva teórica¹⁵¹ aqui abalizada a respeito da inclusão enquanto a concretização da pertença comum, ou seja, o pleno acesso a atividades e práticas que compõem a vida social (BALEY, 2005; GRAY, 2000) em detrimento da consequência social do estigma (GOFFMAN, 1988), encontra certa convergência com o entendimento que norteia o trabalho de Booth *et al.* (2014) e coincide com o referencial metodológico de McDonald, Dukic e Spaaij (2018).

Para Booth *et al.* (2014), como descrito, a inclusão é entendida como um processo díade que dinamiza envolvimento ativos do deslocado forçado e dos membros da sociedade receptora. De modo que averiguaram que se for capaz de construir um ambiente acolhedor e de relações equivalentes em termos étnicos, a prática futebolística contribui para com a consecução proficiente desse processo.

Tendo como local de estudo uma equipe que coaduna deslocados forçados e membros da sociedade receptora de Glasgow, Booth *et al.* (2014) verificaram, então, que tal ambiente funcionou como um espaço social internacional permeado por interações horizontais, onde as diferenças possibilitaram transformações positivas retroalimentares entre migrantes e residentes locais.

¹⁵¹Como disposto, com mais profundidade, no terceiro tópico do primeiro capítulo.

Assim sendo, suscita-se que, da perspectiva dos escoceses participantes para com os refugiados, quaisquer pré-julgamentos xenofóbicos que pudessem existir, nesse caso em específico, foram ressignificados com o decorrer da atividade. Neste sentido, para mais, também é interessante notar que, como afirmaram os autores, houve um engajamento político por parte dos membros do time no que tange a assumirem um compromisso e um posicionamento, de fato, antirracista em suas vidas sociais (BOOTH *et al.*, 2014).

E, dentre as transformações averiguadas, como registrado, tais autores notificaram a viabilidade de pontes indivíduos-sociedade. Nesse meandro, além de terem proporcionado o aprendizado e desenvolvimento do idioma¹⁵² e de outros elementos culturais locais de forma leve e orgânica, Booth *et al.* (2014) identificaram que os laços sociais multiculturais formados no interior do grupo sobrepujaram o mesmo na medida em que verificaram, à guisa de exemplo, companheiros de time frequentando – juntos – outras esferas da vida social, vide restaurantes, boates e academia de ginástica.

Os autores averiguaram, também, que houve casos em que, se sentindo confortáveis para pedir auxílio burocrático aos locais, o conhecimento partilhado foi importante para solucionar problemas. E apontaram que a participação no time possibilitou aos refugiados adquirir capacitação na área esportiva, algo que abriu portas para o desenvolvimento de suas metas laborais (BOOTH *et al.*, 2014).

O trabalho de McDonald, Dukic e Spaaij (2018)¹⁵³ – realizado a partir de um time de futebol composto por deslocados forçados que vivencia a experiência de jogar recreativamente com outros times majoritariamente compostos por residentes locais de Melbourne – também se debruça sobre a questão atinente a este segundo ponto ao se dedicar a constatar os efeitos reverberados pela prática futebolística no entorno de outros momentos da vida social.

A partir de um referencial metodológico¹⁵⁴ pariforme ao desenvolvido nesta dissertação, esses autores entendem inclusão, em suma, como a ampliação da margem da realidade social possibilitada pelas conexões realizadas entre grupos. Assim sendo, buscaram registrar como o time vivenciou e articulou a inclusão social em situações que denotaram interações do dia-a-dia (MCDONALD, DUKIC & SPAAIJ, 2018).

¹⁵²No caso, o inglês (BOOTH *et al.*, 2014).

¹⁵³Que, assim como os demais, também averigua a observação em torno da capacidade da prática futebolística estimular na população refugiada um sentimento de pertencimento – à medida que auxilia na construção de solidariedade intragrupo (MCDONALD, DUKIC & SPAAIJ, 2018).

¹⁵⁴John Gray (2000) e Richard Baley (2005).

Em um plano mais elementar, da perspectiva dos refugiados, observaram que as experiências providas pela participação no time possibilitaram um maior engajamento cotidiano em interações sociais tidas como habituais – vide ir ao supermercado, cinema e a um restaurante. Algo que, como sinalizaram, é relevante já que se trata de uma regalia de se sentir pertencente à coletividade, de modo que da perspectiva de quem não a possui, o esforço de se engajar dessa forma pode apresentar-se como potencialmente desmoralizante (MCDONALD, DUKIC & SPAAIJ, 2018).

Também é interessante assinalar que – ademais de experimentarem diariamente o multiculturalismo dentro do grupo – McDonald, Dukic e Spaaij (2018) constataram que a interação entre os membros do time com membros de outros times amadores da cidade denotou o esporte enquanto um intermediário comum no processo de conexão com a diversidade cultural. Já que, diante de um contexto social de exclusão geográfica auto perpetrada¹⁵⁵, durante a temporada de jogos, os autores observaram que os deslocamentos com a equipe viabilizaram aos refugiados o contato com novos bairros e com pessoas que lá residiam. E, nesse aspecto, vale o destaque para a observação dos autores de que a rede comunitária proporcionada também foi importante para eles em termos de oportunidades de emprego.

7.2.3. Limitações atreladas a contextos internos e externos

Não obstante, como supramencionado, se tenha observado que os trabalhos atestaram e reforçaram avanços sócio integrativos da atividade futebolística recreativa no esteio dos refugiados (tal como as próprias coletividades que administram os respectivos grupos afirmaram), nota-se que a descrição narrativa permite que se observe que os autores também assinalaram especificidades que, por conseguinte, abrem margem para questionamentos e particularizam contextualmente as possibilidades observadas da atividade esportiva. Dentre tais, questões tanto em âmbito das respectivas atividades em si, quanto no que tange a especificidades das conjunturas sociais onde ocorreram.

Os primeiros elementos comuns que chamam atenção são os recortes etário e de gênero. Seja em uma atividade majoritariamente sem vínculos com o âmbito competitivo, como no trabalho de Stone (2013), seja nas atividades onde há registros mais claros sobre disputas recreativas e amadoras, como nos trabalhos de Booth *et al.* (2014) e McDonald, Dukic e Spaaij

¹⁵⁵Gerado por um contexto de estigmatização territorial – em relação ao espaço físico de moradia fornecido, da carência de meios de transporte e do próprio receio de se deslocarem para bairros desconhecidos (MCDONALD, DUKIC & SPAAIJ, 2018).

(2018), nota-se que a população refugiada que compôs as respectivas investigações foi descrita como jovem¹⁵⁶ e do gênero masculino.

Por conseguinte, entende-se que tais recortes sejam um fator que limita generalizações em termos de possibilidades integrativas profícuas para com a população refugiada, já que os estudos analisados ativeram-se a essas especificidades. Ademais, de modo geral, visando uma plataforma – de fato – inclusiva, pensa-se que seja elementar que os programas que visem articular intentos de inclusão através do esporte atentem-se à diversidade¹⁵⁷ dentro das próprias comunidades, de modo que o espaço construído possa – em menor escala – ser revérbero da coletividade local.

No caso do escopo de gênero, embora Stone (2013) tenha apontado, como justificativa, um suposto maior interesse masculino no âmbito da prática do futebol em si, entende-se interessante questionar sobre a existência de barreiras que podem ter ocorrido nas iniciativas estudadas no tocante à participação feminina, gerando um sucessivo desinteresse – vide cuidados ligados a aspectos culturais e religiosos. Entende-se que possa ser relevante, para tal, que os programas procurem construir relações de confiança com as famílias das mulheres, assegurando-lhes, para além, que sejam feitas provisões apropriadas e seguras para a participação qualitativa das mesmas.

Outro elemento, sinalizado mais diretamente por Stone (2013), foi a observação quanto à importância de um positivo nexos pregresso – ao deslocamento – do refugiado para com a atividade física e, em específico, para com a prática do futebol. De modo que, embora esse autor não tenha dado tanta atenção para isso em suas conclusões, abre-se margem para se questionar se a ausência de contato prévio do refugiado com o esporte – ou até experiências pregressas ruins relacionadas ao jogo de futebol – podem impactar negativamente no desenvolvimento recreativo do mesmo e, consequentemente, minimizar os avanços sociais oportunizados pela atividade.

Em âmbito conjuntural, nota-se, em primeiro lugar, que todos os autores pincelam particularidades dos respectivos locais onde foram realizadas as suas pesquisas – Sheffield, Glasgow e Melbourne; sobretudo na relação sociocultural dessas localidades para com o futebol. Vide a forma como esse esporte está fortemente inserido na vida cultural de Glasgow, dada a rivalidade entre *Celtic* e *Rangers* (BOOTH *et al.*, 2014); e a enaltecida e reiterada

¹⁵⁶No trabalho de Booth *et al.* (2014), onde há um registro ainda mais específico sobre isso, o recorte etário dá-se entre 18 e 30 anos.

¹⁵⁷Étnica, etária, de gênero, de orientação sexual etc.

retórica do governo australiano em prol do fomento à prática futebolística nesse país (MCDONALD, DUKIC & SPAAIJ, 2018).

Ademais de serem elementos que proveem relevância de pesquisa no âmbito da proposta investigativa, ou seja, a de avaliar o papel do futebol no processo inclusivo de refugiados, pensa-se, também, que sejam aspectos que demarcam importantes particularidades socioculturais. De modo que, embora a condução da investigação dos trabalhos tenha, como dissertam os autores, solicitado aos participantes reflexões para além das atividades específicas em si, ou seja, que os mesmos refletissem de modo amplo sobre o impacto social do esporte, os próprios autores alertam o interlocutor para a necessidade de cuidados contextuais frente a análises sobre as conclusões dos estudos e novas pesquisas de campo com objetivos similares.

7.3. Encaminhamentos para novos trabalhos e a margem investigativa brasileira

Inspirado pelo arcabouço teórico-metodológico que norteou o olhar sobre a temática dos refugiados nesta dissertação, o intento analítico da revisão narrativa: por um lado, confirmou e proveu maior densidade à hipótese levantada com base na ante pesquisa, ou seja, os sucintos apontamentos que indicavam possibilidades profícuas do futebol recreativo enquanto elemento que corrobora com a inclusão social de refugiados; e, por outro, proporcionou identificar dificuldades contextuais assinaladas pelos autores que limitam resoluções categóricas e generalizantes, bem como, por consequência, ensejam questionamentos que podem vir a ser testados em outras pesquisas na área.

7.3.1. Síntese conclusiva e sugestões postumeiras

De modo mais específico, averiguou-se que projetos humanitários pluriétnicos capazes de materializar um ambiente confortável e seguro para a livre participação e a interação horizontal de refugiados através do futebol recreativo podem conceber um espaço de desenvolvimento para a estima social (HONNETH, 2003), minimizando diferenças por meio da conexão entre culturas diferentes e potencializando singularidades de pertencimento dentro do mesmo grupo.

Verificou-se também que os laços multiculturais formados entre indivíduos no decorrer da prática futebolística podem reverberar em aprendizados, trocas de experiências, engajamentos e novas conexões territoriais e laborais que a sobrepujem; da resignificação de eventuais estigmas dos participantes locais para com os refugiados, à abertura ao auxílio burocrático, à constituição de vínculos de lazer conjunto em espaços cotidianos da vida social, à conexão com a diversidade cultural no acesso a outras realidades urbanas, à rede comunitária

que oportuniza o desenvolvimento de metas laborais.

Logo, em suma, à despeito do estigma associado aos refugiados (BAUMAN, 2017; GOFFMAN, 1988), as experiências registradas pelas literaturas selecionadas no tocante à prática do futebol recreativo nos moldes supra dispostos convergem com a possibilidade da criação de um espaço internacional que concebe e fomenta o sentimento de pertencimento e facilita que se experimente a participação social (BALEY, 2005; GRAY, 2000), em um determinado nível.

Não obstante, observou-se – em todas as pesquisas – um recorte limitador etário e de gênero, à medida que não houve registros de crianças e idosos, nem de mulheres dentre os refugiados participantes das respectivas atividades futebolísticas. Ademais, sobretudo em Stone (2013), notou-se a sinalização sobre a importância de um contato do refugiado com a prática do futebol na sua localidade de origem – e que esse contato não tenha repercutido em uma experiência negativa na sua relação com o esporte – para uma participação e desenvolvido mais profícuos do mesmo no decorrer da atividade. De modo que tais questões possibilitam que se indague quais pessoas a prática do futebol recreativo facilita a experimentação de momentos de inclusão.

E, para além das singularidades atinentes à dinâmica de organização das atividades futebolísticas nos respectivos projetos humanitários – atividades cuja participação dá-se apenas por refugiados, atividades que coadunam refugiados e a população local e a realização ou não de jogos com outros grupos –, em um diapasão macro conjuntural, notou-se especificidades que denotam um nexo particular entre futebol, cultura e sociedade de cada um das localidades onde as pesquisas se deram (Sheffield, Glasgow e Melbourne) e que, na linha do que alertam os autores, dão corpo à necessidade de cautela em termos conclusivos sobre avanços generalizantes.

Enquanto encaminhamentos, portanto, primeiramente, faz-se coro à necessidade de que novas pesquisas de campo sejam realizadas, sobretudo em localidades para além do continente europeu, com um desenvolvimento mais aprofundado sobre dinâmicas e conjecturas tanto em âmbito migratório quanto na relação sociocultural para com o futebol.

Ademais, frisa-se a importância da atenção à particularidade do potencial do futebol no tocante aos recortes etário, de gênero e no potencial educativo, de desenvolvimento físico no decorrer da prática, independentemente de afinidades pregressas, na medida em que a ideia de inclusão pressupõe atenção à diversidade, refletindo o que se enxerga na realidade social.

E também, alerta-se para um olhar crítico a retóricas que definem que o futebol – e o esporte, de modo geral – por si só tem o poder de “prover inclusão”, que capacite os indivíduos

em situação de refúgio à plenitude social. O que há, como demonstrado, é a sinalização de avanços e limites que tanto abrem margem para novas reflexões teóricas, quanto podem inspirar e orientar a consecução de iniciativas práticas.

7.3.2. O Brasil e a Copa de Refugiados e Imigrantes

Entende-se que o pioneirismo dessa investigação amplifica a compreensão da literatura internacional sobre o tema, confirmando algumas das hipóteses e provendo novos questionamentos. Bem como, a partir de um olhar das Ciências Sociais para com o esporte, inaugura, nas literaturas brasileira e latino-americana, uma produção sobre futebol recreativo e refugiados enquanto recortes de pesquisa no esteio da Sociologia do Esporte (DA SILVA *et al.*, 2009; GIGLIO; SPAGGIARI, 2010; SPAIJ *et al.*, 2019).

Já que, não obstante, como assinalado preliminarmente, a localidade de realização e desenvolvimento das pesquisas aqui descritas e avaliadas se coaduna com o mapeamento geográfico atinente aos levantamento bibliográfico “Sport, refugees, and forced migration: a critical review of the literature”¹⁵⁸ – que indica que, de todas as publicações existentes sobre a temática entre 1996 e 2019, mais de um terço advém da Austrália e 43% advém da Europa, com destaque para o Reino Unido –, trata-se de um dado que, por outro lado, reforça outra observação que esse levantamento traz, que é a ausência de produções oriundas da América Latina (SPAIJ *et al.*, 2019).

Para mais, interessante notar que, assim como constatado no segundo capítulo¹⁵⁹ (quando da apresentação do panorama internacional da Sociologia do Esporte), que o movimento retroalimentar entre pesquisas acadêmicas e espaços extracurriculares de diálogo foi essencial para a maturação dessa área de estudos na Europa e na Austrália. Nesta, mais especificamente, como demonstrado, a criação de organizações orientadas para a promoção do estudo do esporte e do lazer em nível social foi um fator importante para o aumento do número de produções acadêmicas (FERREIRA, 2009).

Isto posto, embora não corresponda ao objetivo dessa dissertação ater-se à especificidade da realidade brasileira – até pela própria ausência de produções significativas sobre o tema –, para além de se tratar de uma dissertação filiada a uma universidade brasileira, a importante relação do país, no continente, com a questão migratória e, domesticamente, com o futebol enquanto elemento sociocultural não podem ser ignoradas.

¹⁵⁸Em tradução livre: “Esportes, refugiados e migrações forçadas: uma revisão crítica da literatura”.

¹⁵⁹Numericamente descrito como item 4.

Conforme a edição de 2023 do relatório “Refúgio em Números”, elaborado por pesquisadores do Observatório das Migrações Internacionais com a promoção do Comitê Nacional para Refugiados e do Departamento de Migrações da Secretaria Nacional de Justiça, a temática do refúgio compõe uma das ordens do dia em termos de visibilidade regional latino-americana no contexto contemporâneo.

Em virtude, justamente, dos desdobramentos evidentes para os países da região, entre eles o Brasil, que passaram a figurar como espaços consistentes de origem, trânsito e destino de fluxos migratórios internacionais mistos que incluem algumas possibilidades de deslocamentos humanos forçados. (JUNGER DA SILVA *et al.*, 2023, p. 41).

O relatório indica que, no Brasil, houve uma intensificação nos fluxos humanos de deslocamentos em comparação com o ano de 2021, reverberando em um aumento significativo no número de pessoas solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado. Em outros termos, notifica-se, especificamente, que “o Brasil recebeu 50.355 solicitações de reconhecimento da condição de refugiado que, somadas àquelas registradas a partir do ano de 2011 (297.712), totalizaram 348.067 solicitações protocoladas desde o início da última década.” (JUNGER DA SILVA *et al.*, 2023, p. 10).

E como já assinalado, o Brasil não foge à tendência internacional do protagonismo da sociedade civil no que concerne a esforços de inclusão (CANALES; MARTÍNEZ PIZARRO; REBOIRAS, 2013). Nesse esteio, em correlação com o fato de que o futebol, no Brasil, se faz presente nas mais distintas manifestações culturais e é um elemento fulcral no que tange à própria identidade nacional (STEIN, 2015), pensa-se ser interessante apontar como um possível espaço de pesquisa de campo a Copa dos Refugiados e Imigrantes.

Criada há nove anos pela Organização Não-Governamental Pacto pelo Direito de Migrar, a Copa de Refugiados e Imigrantes trata-se de um projeto sócio esportivo sob forma de um torneio amador de futebol entre refugiados e migrantes que atuam representando seus países de origem. Conforme os realizadores, ademais do torneio em si, a atividade tem o intuito de:

Integrar pessoas refugiadas e migrantes na comunidade local, incentivar seu protagonismo, gerar uma agenda positiva e colocar em destaque a agenda global de migração e deslocamento forçado. A Copa também busca promover a socialização, a resiliência e a construção de uma base de torcida leal pela causa da imigração e do refúgio, com o objetivo de quebrar preconceitos, promover os direitos humanos e quebrar barreiras culturais por meio do incentivo à inclusão social destes novos cidadãos no Brasil (ACNUR, 2022, n.p.).¹⁶⁰

¹⁶⁰Em 2019, a atividade foi realizada em cinco estados e no Distrito Federal, contando com a participação de 1.230 atletas. Já a última edição, no ano de 2022, contou com jogos em seis estados – ademais do Distrito Federal (ACNUR, 2022) – sob a temática “acolha a imigração: refúgio e migração são direitos humanos”.

Portanto, pensa-se que se trata de uma interessante possibilidade para pesquisas na área temática e sinaliza-se, por fim, que – ademais do pioneirismo e das contribuições supramencionadas – a descrição narrativa das produções elegidas nessa pesquisa também pode auxiliar no esteio estruturante de novos trabalhos de campo a serem realizados, como nesse caso sugerido – vide questões relativas à amostragem, procedimentos metodológicos e avaliação de dados.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo geral efetuar uma revisão narrativa do que trazem os principais autores que foram a campo para investigar projetos envolvendo a prática recreativa de futebol no esteio de refugiados nas sociedades receptoras. Especificamente, ademais do cuidado técnico para com a seleção de trabalhos e da identificação acadêmica do conjunto de autores, buscou-se, em primeiro lugar, organizar narrativamente registros contextuais, técnico-metodológicos e teóricos de cada literatura e, posteriormente, prover uma avaliação orientada pelo desígnio da inclusão social sob o viés metodológico da problemática do estigma e da luta por reconhecimento associados aos refugiados em detrimento de um panorama de inabilitação à sociabilidade plena.

Tal avaliação, por conseguinte, foi realizada com a prudência e o respaldo de articulação de literatura dos sucintos apontamentos atinentes aos incipientes levantamentos internacionais sobre o tema e teve como foco prover uma reflexão sobre limitações e avanços inclusivos do futebol recreativo no entorno de refugiados. Assim sendo, entende-se que, com o auxílio do referencial teórico-metodológico elegido, foi possível amplificar componentes teóricos comuns entre as literaturas, levantar dubiezes que questionam pressupostos e assertivas generalizantes sobre a prática de futebol e inclusão e, consequentemente, sugerir tópicos a serem pormenorizados em novas iniciativas de pesquisa.

Em se tratando de um empreendimento de pesquisa inédito na literatura latino-americana, bem como uma proposta de articulação temática que não está inserida nos assuntos acadêmicos mais recorrentes nas Ciências Sociais em âmbito internacional e, sobretudo, no Brasil – a exemplo da realidade do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unesp de Marília –, para atingir o objetivo proposto de modo qualitativo, antes da análise dos trabalhos delimitados sob a particularidade da prática recreativa do futebol, entendeu-se necessário fragmentar a proposta em dois eixos principais – refugiados e futebol – de modo a escrutiná-las, individualmente, registrando suas pluralidades categóricas e epistemológicas e particulariza-las com delimitações vocabulares e aportes referenciais específicos que orientassem a sua interconexão consecutiva – sob o esteio da multiculturalidade.

Logo, o primeiro capítulo – numericamente descrito como item 3 e denominado “Deslocamento forçado, refugiados e luta por reconhecimento” – buscou contextualizar historicamente a temática dos refugiados, bem como visou definir tanto o entendimento vernáculo quanto o recorte metodológico os quais balizaram e orientaram o olhar analítico e o desenvolvimento integrativo da temática no momento derradeiro do trabalho.

Conforme tal contextualização, observou-se que, na contramão das previsões preliminares da comunidade internacional, se trata de uma problemática longa e que se complexifica ao longo dos anos (JUBILUT, 2007), de modo que é imbuída de relevância e urgência humanitárias que requerem, para melhor compreensão, cuidado, condutas e esforços teórico-práticos multidisciplinares para além do Direito Internacional que não percam de vista o contexto de vulnerabilidade dos refugiados.

Já as definições vocabulares e o recorte metodológico foram insígnias para, primeiramente, delimitar, frente a um incessante debate literário, o conceito de refugiados que se optou por tratar neste trabalho, ou seja, o deslocamento forçado não voluntário para além das razões clássicas definidas pelos principais documentos internacionais ainda vigentes, de modo que, independentemente do motivo que obrigue o deslocamento, a suscetível condição social dos indivíduos nas sociedades receptoras requer uma atenção e respaldo legítimos (BAGGIO; SARTORETTO, 2018).

Ademais, também foram basilares para estabelecer um foco de perspectiva que guiasse o processo analítico subsequente, em outros termos, no caso, o intento de enxergar a problemática dos refugiados com base no desígnio transindividual intersubjetivo de luta por reconhecimento à despeito do estigma social adjunto a tais populações nas sociedades receptoras. Articulando esta elucubração à evidência do protagonismo da sociedade civil organizada no tocante a esforços e ações integrativos para com esses indivíduos. De modo mais específico, tal esforço teórico deu-se – com os devidos cuidados metodológicos – a partir da diálogo entre Axel Honneth (2003;2006), Zygmunt Bauman (2017) e Erving Goffman (1988).

O segundo capítulo – numericamente descrito como item 4 e denominado “Esporte e Sociologia: um diálogo epistemológico” – teve por objetivo perscrutar a polissemia e a pluralidade epistemológicas do esporte e registrar, à luz do futebol, o seu vínculo sociocultural a partir do diapasão da Sociologia do Esporte.

Assim sendo, como sinalizado, por se referir a uma área de estudos que não permeia, de modo geral, os principais temas de pesquisa nas Ciências Sociais, entendeu-se um esforço necessário, já que se demonstrou, em primeiro plano, a existência de produções teóricas que atestam a heterogeneidade polivalente de estudos do esporte – sobretudo do futebol – nas Ciências Humanas (GIGLIO; SPAGGIARI, 2010) e o nexos, a validade e a margem para o desenvolvimento de trabalhos como esse frente à temática esportiva sob uma perspectiva sociológica; à medida que, como se demonstrou, o futebol é um elemento de relevante correspondência sociocultural (ELIAS; DUNNING, 1992; HELAL, 1990;1999) e há uma correlação retroalimentar entre pesquisas acadêmicas e espaços extracurriculares de debate no

tocante à maturação e consolidação da Sociologia do Esporte em localidades que, como se notou, produziram mais trabalhos com desígnios convergentes ao proposto nesta dissertação – vide o Reino Unido e a Austrália (FERREIRA, 2009; SPAAIJ *et al.*, 2019).

A interconexão entre os eixos deu-se no terceiro capítulo – numericamente descrito como item 5 e denominado “Futebol, multiculturalidade e refugiados”. Para tal, desenvolveu-se o nexos entre os elementos dispostos no título a partir dos âmbitos espetacularizado e recreativo desse esporte; ou seja o futebol de alto rendimento – que como demonstrado é o esporte mais popular do mundo, com significativa capacidade de se vincular a diferentes culturas – e a prática futebolística em âmbito recreativo, no esteio do lazer.

Assim sendo, asseverou-se e ampliou-se a noção de que embora haja sinalizações – sobretudo de agências institucionais – que convergem com a assertiva da possibilidade de se associar o esporte espetacularizado a propósitos humanitários e inclusivos, a literatura esportiva crítica e exemplos práticos advindos do próprio meio futebolístico (BRACHT, 2005; CASTILHO, 2021) denotam contrapartidas teórico-práticas concretas para tal, à medida que há uma conexão umbilical entre o alto rendimento, demandas de mercado e o escopo fulcral da performance per se. Não obstante, como uma importante resposta “alternativa”, demonstrou-se que tanto faz mais sentido teórico quanto que há potencial e lacunas acadêmicas que abrem margem para que se possa debruçar com mais profundidade sobre a prática esportiva recreativa, visando esforços de inclusão social, no esteio do deslocamento forçado (FIRE, 2019; SPAAIJ *et al.*, 2019).

O quarto capítulo – numericamente descrito como item 6 e denominado “Futebol recreativo e inclusão de refugiados: uma revisão narrativa de literatura” –, por conseguinte, ateve-se ao escrutínio organizativo e discricional das contribuições advindas dos principais trabalhos publicados sobre atividades práticas do jogo recreativo de futebol realizadas no âmbito de refugiados, bem como ao detalhamento prévio do estado da arte, do processo de levantamento de dados, da seleção bibliográfica e do vínculo teórico-prático dos respectivos autores (STONE, 2013; BOOTH *et al.*, 2014; MCDONALD; DUKIC; SPAAIJ, 2018).

Tal esforço – ademais de proporcionar uma descrição pormenorizada de trabalhos dotados de expressividade na área – demonstrou-se relevante para identificar as referências teóricas e elucidar aspectos convergentes e particulares entre e de acordo com cada trabalho em termos de avanços e lacunas à inclusão que foram desenvolvidos no último capítulo. Ademais, entende-se que a disposição sobre a organização estrutural dos trabalhos e os métodos de pesquisa utilizados em campo também proveem subsídios que podem auxiliar o desenvolvimento de outras iniciativas de pesquisa na área.

Derradeiramente, o quinto capítulo – numericamente descrito como item 7 e denominado “Limites e possibilidades inclusivos da prática recreativa de futebol” – destinou-se à análise avaliativa dos elementos assinalados no quarto capítulo (orientados pelos desígnios teórico-metodológicos anteriormente debatidos) e à sugestão de encaminhamentos que possam interessar e auxiliar novos empreendimentos de pesquisa sobre a temática.

Estruturalmente, recuperou-se o debate teórico atinente à perspectiva focal da temática dos refugiados desenvolvida no primeiro capítulo (BAUMAN, 2017; GOFFMAN, 1988; HONNETH, 2003), de modo a interconectá-la à prática recreativa do futebol como elemento pertinente para auxiliar em intentos inclusivos. Em outras palavras, a partir da observação acerca do protagonismo da sociedade civil em empenhos de inserção social de refugiados em diversos âmbitos, vide, como margeado pela literatura, projetos e atividades que envolvem a prática recreativa do futebol como auxiliadora nesse meandro (CANALES; MARTÍNEZ PIZARRO; REBOIRAS, 2013; SPAAIJ *et al.* 2019). Em seguida, utilizando o aporte teórico supramencionado como norte, avaliou-se conforme a descrição pregressa dos trabalhos elencados, avanços e limites da prática do futebol recreativo no que tange à inclusão social de refugiados. E, por fim, sugeriu-se encaminhamentos para novas pesquisas, salientando uma possibilidade de investigação concernente à realidade brasileira.

Verificou-se, por conseguinte, que projetos multiétnicos engajados com vieses realmente humanitários podem prover segurança e conforto necessários para uma experiência exitosa de refugiados no contato com o futebol recreativo, de modo que se materialize em um espaço onde a estima social honnethiana se desenvolva. Ademais, averiguou-se que os vínculos formados no decorrer da prática auxiliam que possíveis noções estigmatizantes pré-formadas sejam ressignificadas, assim como oportunizam laços e engajamentos multiculturais para outros entornos cotidianos da vida social, viabilizando, também, a formação de uma rede comunitária que facilita o acesso ao labor.

Portanto, em detrimento da ansiedade social que reverbera em noções desumanizadoras para a aceitação social plena, assim como argumenta Goffman (1988) e especifica Bauman (2017) para o esteio dos refugiados, em termos de avanços, os trabalhos analisados frente a atividades atinentes à prática recreativa do futebol para com refugiados confluem com a constituição de um espaço cosmopolita que concebe e fomenta o sentimento de pertencimento e facilita que se experimente a participação social (BALEY, 2005; GRAY, 2000) em certo nível.

Entretanto, a análise também alertou para a necessidade de cautela, sobretudo, para com assertivas generalizantes a respeito da prática esportiva como “geradora” por si só de resultados

integralmente inclusivos em relação a essas populações. Dentre tais, as particularidades referentes às dinâmicas internas de cada um dos projetos que se teve conhecimento, o nexo singular entre o futebol e cultura de cada uma das sociedades receptoras as quais as atividades foram concebidas, as limitações etária e de gênero observadas em todos os trabalhos e a possível relação diretamente proporcional entre afinidades pregressas dos refugiados para com a prática do futebol e o desenvolvimento positivo dos mesmos no decorrer da atividade.

A oportunidade da prática do futebol recreativo no âmbito de refugiados – enquanto um esforço da sociedade civil organizada, consciente da vulnerabilidade social a qual essas indivíduos se encontram e alinhada a preceitos integrativos –, na medida em que se minimize diferenças por meio da conexão profícua entre diferentes culturas e se potencialize singularidades de pertencimento dentro do mesmo grupo, demonstra-se relevante e positivamente convergente com o objetivo investigado. Não obstante, é necessário não perder de vista a noção crítica frente a assertivas generalizantes nesse meandro, de modo que o processo inclusivo, em sua plenitude, requer a conjunção de fatores que vão além desse recorte e que sejam exitosos para se realizar.

Derradeiramente, entende-se que a presente dissertação expande o entendimento da literatura internacional acerca da temática à medida que avalia – sociologicamente – com densidade as incipientes e pontuais hipóteses existentes entre a prática futebolística recreativa e a inclusão de refugiados, ademais de prover luz a imprecisões da literatura mais atual e relevante sobre o tema que, consequentemente, reverberam em novos questionamentos.

Enquanto indicativos para novas pesquisas na área, sugere-se um olhar atento para a iniciativa denominada Copa dos Refugiados e Imigrantes. Criada e realizada há nove anos pela Organização Não-Governamental Pacto pelo Direito de Migrar, trata-se de um projeto sócio esportivo sob forma de um campeonato amador entre refugiados e imigrantes que representam seus respectivos países de origem.

Logo, entende-se que, ademais da relevante particularidade de se referir a um contexto diretamente relacionado – geopolítica e culturalmente – com as temáticas migratória e futebolística, uma pesquisa de campo que se concentre sobre esse projeto pode inaugurar uma produção acadêmica oriunda de um relato de campo na realidade brasileira. Nesse sentido, pensa-se que as contribuições analíticas aqui presentes e a própria descrição narrativa dos trabalhos selecionados proveem interessantes subsídios e direcionamentos para tal.

REFERÊNCIAS

- 30 ANOS DO LIVRO “O QUE É SOCIOLOGIA DO ESPORTE” | Depoimentos. LEME. 2021. 1 vídeo (22:40min). Publicado pelo canal Laboratório de Estudos em Mídia e Esporte. Disponível em: <https://youtu.be/zX6Xhd-8HoQ>. Acesso em: 11 jan. 2023.
- ACADEMIA.EDU, 2022. Disponível em: <https://cfses.academia.edu/DarkoDukic>. Acesso em 12 jan. 2023.
- A&S. Alumni interviews: Seeing the best in humanity. University of Toronto. 2016. Disponível em: <https://www.artsci.utoronto.ca/news/alumni-interviews-seeing-best-humanity>. Acesso em 15 fev. 2023.
- AGER, A.; STRANG, A. Refugee Integration: Emerging Trends and Remaining Agendas. *Journal of Refugee Studies*, 23(4), 2010.
- AGERGAARD, S. Rethinking Sport and Integration: Developing a Transnational Perspective on Migrants and Descendants in Sports. London: Routledge. 2018. doi: 10.4324/9781315266084
- ALRABABA'H, A., MARBLE, W., MOUSA, S., & SIEGEL, A. (2021). Can Exposure to Celebrities Reduce Prejudice? The Effect of Mohamed Salah On Islamophobia Behaviors and Attitudes. *American Political Science Review*, 115 (4), 1111-1128.
- AMERA INTERNATIONAL. Past volunteers. 2023. Disponível em: <https://www.amerainternational.org/past-volunteers/>. Acesso em 18 fev. 2023.
- ASSIS, S. Reinventando o esporte. Campinas: Autores Associados, 1997.
- AUSTRALIAN GOVERNMENT. Australian Sport: Emerging Challenge, New Directions. Canberra: Commonwealth of Australia, 2008.
- BAGGIO, R. C.; SARTORETTO, L. M. A definição de refugiado na convenção de 1951: limites e avanços na proteção internacional. In: JUBILUT, Liliana L; FRINHANI, F. M. D.; LOPES, R. O. (org.). Migrantes forçados: conceitos e contextos. Boa Vista: Editora da UFRR, 2018.
- BÄR, J. *et al.* Mental health self-stigma of Syrian refugees with posttraumatic stress symptoms: investigating sociodemographic and psychopathological correlates. *Frontiers in psychiatry*, v. 12, p. 642618, 2021.
- BARANIK, L. E.; HURST, C. S.; EBY, L. T. The stigma of being a refugee: A mixed-method study of refugees' experiences of vocational stress. *Journal of Vocational Behavior*, v. 105, p. 116-130, 2018.
- BARBOSA, J. S. D.; BATISTA, D. L. As mídias sociais na educação. V Colóquio Internacional – Educação e Contemporaneidade. 2011.
- BARBOSA, R. F.; RODRIGUES, V. M. Categorização de refugiados: alguns limites das abordagens atuais. In: JUBILUT, Liliana L; FRINHANI, Fernanda M. D.; LOPES, Rachel O. (org.). Migrantes forçados: conceitos e contextos. Boa Vista: Editora da UFRR, 2018.

BAUMAN, Z. *Estranhos à nossa porta*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BARQUILLA, G. Many players have escaped war: refugees in football. MARCA, 2017. Disponível em: <https://www.marca.com/en/football/international-football/2017/06/20/5949635f46163ff8618b465b.html>. Acesso em: 01 set. 2020.

BRACHT, V. Esporte na escola e esporte de rendimento. *Movimento (ESEFID/UFRGS)*, v. 6, n. 12, 2000.

BAILEY, R. Evaluating the Relationship between Physical Education, Sport and Social Inclusion. *Educational Review*, 57 (1), 2005.

BOOTH, O. *et al.* United Glasgow Football Club. A pilot study in sport's facilitation of integration, Refugees Studies Centre Working Paper No. 99, Oxford University, 2014.

BOURDIEU, P. ; WACQUANT, L. *An Invitation to Reflexive Sociology*. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1992.

BRACHT, V. *Sociologia crítica do esporte: uma introdução*. Ijuí: Unijuí, 2005.

BENTO, L. V.; SOUSA, M. T. C.; Refugiados econômicos e a questão do direito ao desenvolvimento. *Cosmopolitan Law Journal*, v. 1, n. 1, dez. 2013, p. 25-47.

BONIFACE, P. (Org.). *Géopolitique Du Football*. Bruxelles: Editions Compelxe, 1998.

BRAGA, M. M. S.; SCHUMACHER, A. A. Direito e inclusão da pessoa com deficiência: uma análise orientada pela teoria do reconhecimento social de Axel Honneth. *Sociedade e Estado*, v. 28, p. 375-392, 2013.

BUDD, A. "Sport and Capitalism" in Levermore. Roger; Budd, Adrian (eds.) *Sport and International Relations: An emerging relationship*. London e New York: Routledge, 31-48. 2004.

BRITANNICA, 2022. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Glasgow-Scotland>. Acesso em 16 fev. 2023.

BRYMAN, A. *Social Research Methods*, 5th Edn. Oxford: Oxford University Press. 2015.

BUENO, L. *Políticas Públicas do esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento*. 2008.

CALASANS, J. EEEFTO-UFGM. Perspectivas multidisciplinares sobre o esporte são tema do lançamento do livro "Futebol, linguagem, artes, cultura e lazer" no MBF. Disponível em: http://www.eeffto.ufmg.br/eefto/noticias/2420/perspectivas_multidisciplinares_sobre_o_esporte_sao_tema_do_lancament. Acesso em: 08 fev. 2023.

CANALES, A. I.; MARTÍNEZ PIZARRO, J.; REBOIRAS, L. *Vidas Vulnerables: migración, derechos humanos y políticas públicas em cinco zonas fronterizas de América Latina*. Espanha: Editorial Miguel Ángel Porrúa, 2013.

CARTER, T. In *Foreign Fields: The Politics and Experiences of Transnational Sport Migration*. London: Pluto Press. 2011.

CHUEIRI, V. K.; CÂMARA, H. F. (2010). Direitos humanos em movimento: migração, refúgio, saudade e hospitalidade. *Revista Direito, Estado e Sociedade*, 36, 158-177.

CITY OF MELBOURNE, 2022. Disponível em: www.melbourne.vic.gov.au. Acesso em 05 jan. 2023.

COAKLEY, J. *Sociology of Sport in the United States*. Estados Unidos, 2008.

COLLINS, C. Australia and New Zealand. In: COAKLEY, J.; DUNNING, E. *Handbook of Sports Studies*. London, Thousand Oaks, New Delhi: Sage Publications, 2000.

CUNHA, A. P. O direito internacional dos refugiados em xeque: refugiados ambientais e econômicos. *Revista Brasileira de Direito Internacional*, Curitiba, v.8, n.8, jul/dez. 2008.

CUNHA, M. A. da. Os refugiados no noticiário televisivo: um modo português de olhar o mundo. In: Livro de anais: comunicação, diversidade e tolerância: XV Congresso Ibero-Americano de Comunicação IBERCOM 2017. Universidade Católica Portuguesa, 2018. p. 4812-4875.

DAMATTA, R. (org.). *Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Pinakothèque, 1982a.

DALE, C. H.; KALIM, W. Disaster risk mitigation: why human rights matter. In: *Forced Migration Review*. Refugee Studies Center, Oxford. Outubro, 2008.

DE CAMPOS BORGES, C. PENSANDO SOBRE O ACOLHIMENTO DE IMIGRANTES REFUGIADOS: DESCULTURAÇÃO, ESTIGMA E SOLIDARIEDADE. *Psicologia em Estudo*, v. 27, 2022.

DE HOLLANDA, B. B. B. Esporte, comunicação e sociologia: uma leitura da trajetória acadêmica e da produção intelectual de Ronaldo Helal. *ALCEU*, v. 22, n. 47, p. 143-164, 2022.

DE SOUZA, A. A. Imigração e futebol: a nacionalidade dos jogadores da Seleção francesa nas Copas do Mundo. Trabalho de Conclusão de Curso, Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2021, 74 f.

DECOURCY, M. Bayern Munich rising star Alphonso Davies ranked among top 10 most valuable players in the world. *SPORTING NEWS*, 2020. Disponível em: <https://www.sportingnews.com/ca/soccer/news/alphonso-davies-bayern-munich-most-valuable-players/guqc87r685ba1u0s7uodsjmn9>. Acesso em: 01 set. 2020.

DEILAMIZADE, A. *et al.* The sources of stigma and the impacts on Afghan refugees with substance abuse disorders: A qualitative study in Iran. *Journal of ethnicity in substance abuse*, 2019.

DIAS, M. B.; OBREGÓN, M. F. Q.; MOREIRA, N. C. Influências político-ideológicas na atuação dos membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU: reflexos na crise migratória da Síria. *Revista jurídica Derecho y Cambio Social*. 2020.

DODDS, A. *et al.* Children of Somali refugees in Australian schools: Self-descriptions of

school-related skills and needs. *International Journal of Behaviour Development*, 34(6), 2010.

EQUIDEM. “If we complain, we are fired”. Discrimination and exploitation of migrant construction workers on FIFA World Cup Qatar Stadium Sites. Main campaign report. 2022.

ELIAS, N.; DUNNING, E. A busca da excitação. Lisboa: Difel, 1992.

ELÍSIO, M. Os 10 esportes mais populares do mundo. SOCIENTIFICA, 2022. Disponível em: <https://socientifica.com.br/esportes-mais-populares-do-mundo>. Acesso em: 08 mar. 2023.

Esportes e afirmações identitárias | CASVIM UFF. 2021. 1vídeo (02h30m40s). Publicado pelo canal CASVim. Disponível em: <https://youtu.be/YjPWUNgGYHI>. Acesso em: 26 abr. 2021.

EUROPA NEGA ABRIGO, MAS COMEMORA GOLS DOS FILHOS DE IMIGRANTES. CARTA CAPITAL, 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/europa-nega-abrigo-mas-comemora-gols-dos-filhos-de-imigrantes/>. Acesso em: 08 ago. 2022.

FARIA, J. H. D.; RAGNINI, E. C. S.; BRÜNING, C. Deslocamento humano e reconhecimento social: relações e condições de trabalho de refugiados e migrantes no Brasil. *Cadernos Ebape. BR*, v. 19, p. 278-291, 2021.

FERREIRA, A. L. P. O estado da arte da sociologia do esporte no Brasil: um mapeamento da produção bibliográfica de 1997 a 2007. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009, 269 f.

FOOTBALL UNITES, RACISM DIVIDES (FURD), 2023. Disponível em: <https://furd.org/about>. Acesso em: 24 jul. 2023.

FREITAS, G. S. P. A importância dos imigrantes e descendentes na seleção francesa ao longo das Copas do Mundo. *FuLiA/UFGM*, v. 3, n. 2, p. 51-71, 2018.

FREITAS, G. S. P. As seleções de futebol multiculturais da União Europeia. Dissertação de Mestrado em Filosofia, Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017, 102 f.

FREITAS, G. S. P. Quem são os jogadores multiculturais da Copa-2022. *Guilherme Freitas Acadêmico*. 2022. Disponível em: <https://guilhermefreitasacademico.wordpress.com/2022/11/18/quem-sao-os-jogadores-multiculturais-da-copa-2022/>. Acesso em: 10 fev. 2023.

FIFA. Global Broadcast & Audience Summary. 2018. Disponível em: <https://digitalhub.fifa.com/m/31f1806ee5de0e32/original/kkiivoviltazeoild16x-pdf.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2021.

GALEANO, E. Futebol ao Sol e à Sombra. Porto Alegre: L&P Editores. 2004.

GASPARETTO, T. M. O Futebol como negócio: uma comparação financeira com outros segmentos. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 35, p. 825-845, 2013.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, J. P. A. Para não virar coisa: primeiras aproximações da pedagogia do teatro com a teoria do reconhecimento. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

GOFFMAN, E. Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada, Rio de Janeiro, Editora LTC, 1988.

GOFFMAN, E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade. Tradução: Mathias Lambert, v. 4, 1988.

GIULIANOTTI, R.; ROBERTSON, R. Sport and globalization: transnational dimensions. *Global networks*, v. 7, n. 2, p. 107-112, 2007.

GRAY, J. Inclusion: A Radical Critique. In : *Social Inclusion: Possibilities and Tensions*. P. Askonas, and A. Stewart, 19-36. Houndmills: Palgrave, 2000.

HELAL, R. O que é sociologia do esporte. Editora Brasiliense, 1990.

HELAL, R. Mídia, ídolos e heróis do futebol. *Revista Comunicação, Movimento e Mídia na Educação Física*, v. 2, p. 32-52, 1999.

HOBBSAWN, E. Era dos extremos – o breve século XX – 1914 –1991. 2. ed. 18. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 29-60.

HOBBSAWN, E.; RANGER, T. (Orgs.). A invenção das tradições: São Paulo: Paz e Terra, 2012.

HONNETH, A. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais Trad. Luiz Repa. São Paulo: editora 34, 2003.

HONNETH, A. In: FRASER, N. & HONNETH, A., *Redistribución o reconocimiento: um debate político-filosófico*. Madrid: Ediciones Morata, 2006.

HUIZINGA, J. *Homo ludens: o jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Perspectiva. 1992.

HUTCHINS, B. The problem of sport and social cohesion. In J. Jupp and J. Nieuwenhuysen (Eds.). *Social Cohesion in Australia*, Melbourne: Cambridge University Press, 2007.

I'VE GOT SOME THINGS TO SAY: ROMELU LUKAKU. THE PLAYER'S TRIBUNE, 2018. Disponível em: <https://www.theplayerstribune.com/articles/romelu-lukaku-ive-got-some-things-to-say>. Acesso em: 10 ago. 2021.

JUBILUT, L. L. O Direito Internacional dos Refugiados e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro. 2003.

JUNGER DA SILVA, G.; CAVALCANTI, L.; LEMOS SILVA, S.; TONHATI, T.; LIMA COSTA, L. F. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Departamento das Migrações. Brasília, DF: OBMigra, 2023.

KELLNER, D. Cultura da mídia e triunfo do espetáculo. In: MORAES, D. de. (Org.). *Sociedade midiaticizada*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. p. 119-147.

KFOURI, J. Futebol: está tudo contaminado. Folha de S. Paulo. 2006. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk2304200632.htm>. Acesso em: 01 set. 2023.

KROUWEL, A.; BOONSTRA, N.; DUYVENDAK, J.W.; VELDBOER L. A Good Sport? Research into the Capacity of Recreational Sport to Integrate Dutch Minorities. *International Review for the Sociology of Sport*, 41(2), 2006.

LECKIE, S. Human rights implications. In: COULDREY, M.; HERSON, M. (editors). *Forced Migration Review no. 38 - Climate change and displacement*. Oxford: Refugee Studies Centre, 2008. pp. 18-20. Disponível em: <https://www.refworld.org/docid/50c07c5f2.html>. Acesso em: 14 fev. 2022.

MAGUIRE, J.. “Sport and migration,” in *The Encyclopedia of Global Human Migration*, ed I. Ness (Oxford: Wiley). 2013. doi: 10.1002/9781444351071.wbeghm513

MARCHI JR., W.; CAVICHIOLLI, F. Diagnóstico da Sociologia do Esporte no Brasil: para a consolidação de um campo de conhecimento. In: CORNEJO, M.; MARCHI JR., W. *Estudios y Proyectos em Sociología del Deporte y la Recreación em América Latina*. Santiago: Trama Impresores, 2008.

MARTINS, C.; YUKARI, D. De seleções com 4 goleiros a domínio inglês, veja curiosidades das convocações. Folha de S. Paulo, 2022. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2022/11/de-selecoes-com-4-goleiros-a-dominio-ingles-veja-curiosidades-das-convocacoes.shtml#:~:text=Mundial%20ter%C3%A1%20831%20jogadores%20de,1%2C82%20m%20de%20altura&text=Ao%20todo%20831%20jogadores%20desembarcam,come%C3%A7a%20neste%20domingo%20\(20\)](https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2022/11/de-selecoes-com-4-goleiros-a-dominio-ingles-veja-curiosidades-das-convocacoes.shtml#:~:text=Mundial%20ter%C3%A1%20831%20jogadores%20de,1%2C82%20m%20de%20altura&text=Ao%20todo%20831%20jogadores%20desembarcam,come%C3%A7a%20neste%20domingo%20(20)). Acesso em: 17 jul. 2023.

MATIAS, W. B. A economia política do futebol e o “lugar” do Brasil no mercado-mundo da bola. 2019.

MCDONALD, B; SPAAIJ, R.; DUKIC, D. Moments of social inclusion: asylum seekers, football and solidarity. *Sport in Society*, 2018. DOI: 10.1080/17430437.2018.1504774

MEIHY, J. C. S.; WITTER, J. S. (orgs.). *Futebol e cultura: coletâneas de estudos*. São Paulo: Imprensa Oficial, Arquivo do Estado, 1982.

MIGRATION MUSEUM, 2020. Disponível em: <https://www.migrationmuseum.org/about-our-project/>. Acesso em 10 ago. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, 1951. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf. Acesso em: 25 fev. 2022.

NOBLE, G. ;TABAR, P. The ‘Career’ of the Migrant: Time, Space and the Settling Process. In *Critical Reflections on Migration, Race and Multiculturalism: Australia in a Global Context*, edited by V. Marotta. London: Routledge, 2017.

OLIVEIRA FILHO, J. J. Patologia e regras metodológicas, In: *Estudos Avançados*, 9 (23), 1995.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Protocolo de 1967 relativo ao estatuto dos refugiados, 1967. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacion

ais/Protocolo_de_1967.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2022.

PACHIONI, M.; FERREIRA, A. ACNUR distribui uniformes do Santos FC para crianças venezuelanas em Boa Vista. UNHCR, 2020. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/12/28/acnur-distribui-uniformes-do-santos-fc-para-criancas-venezuelanas-em-boja-vista/>. Acesso em: 12 mar. 2021.

PASSOS, R. O.; JABORANDY, C. C. M.; DUARTE JÚNIOR, D. P. A tutela dos refugiados no Brasil: uma perspectiva a partir da luta por reconhecimento. *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS, Porto Alegre*, n. 41, p. 145-164, dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.22456/0104-6594.84682>.

PEREIRA, G. M.; BIZERRIL, J. Refugiados no Brasil: estigma, subjetividade e identidade. *Universitas: Ciências da Saúde*, v. 5, n. 1, p. 119-134, 2007.

PIOVESAN, F. O direito de asilo e a proteção internacional dos refugiados. In: ALMEIDA, G. A.; ARAUJO, N. 2001.

PIRES, G.L. Breve introdução ao estudo dos processos de apropriação social do fenômeno esporte. *Revista da Educação Física/UEM. Universidade Estadual de Maringá, Departamento de Educação Física*, v.9, n.1, 1998, pp. 25-34.

PIRES, T. A Austrália fez ‘sportswashing’ ao sediar a Copa do Mundo?. *Brasil de Fato. Copa Além da Copa*. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/08/22/a-australia-fez-sportswashing-ao-sediar-a-copa-do-mundo#:~:text=O%20termo%20%22sportswashing%22%20%C3%A9%20um,s%C3%A3o%20os%20maiores%20exemplos%20disso>. Acesso em: 02 set. 2023.

POOLEY, J. Ethnic soccer clubs in Milwaukee: A study of assimilation. In: HART, M. (Ed.). *Sport in the Socio-Cultural Process*. Dubuque, IA: W.C. Brown, 1976.

PUTNAM, R.D. *Bowling Alone: the Collapse and Revival of American Community*, New York, Simon and Schuster, 2000.

QUEIROZ, M. I. P. *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*, vol. 4. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1988.

RAMASUBRAMANIAN, S. Using celebrity news stories to effectively reduce racial/ethnic prejudice. *Journal of Social Issues* 71 (1): 123-138. 2015.

RAIOL, I. P. C. *Ultrapassando Fronteiras: a proteção jurídica dos refugiados ambientais*. Porto Alegre: Núria Fabris, 2010.

REFUGEE STUDIES CENTRE. Evan Easton-Calabria. A global leader in multidisciplinary research on forced migration. University of Oxford. 2023. Disponível em: <https://www.rsc.ox.ac.uk/people/evan-easton-calabria>. Acesso em 20 fev. 2023.

REIS, R. Como Qatar usa PSG e Neymar como “escudo” em violações de direitos humanos. *UOL Esporte*, 2022. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/futebol/colunas/rafael-reis/2021/04/12/como-qatar-usa-psg-e-neymar-como-escudo-em-violacoes-de-direitos-humanos.htm>. Acesso em: 23 jul. 2022.

REIS, R. Porque a Fifa tem mais países filiados que a ONU. UOL Esporte, 2019. Disponível em: <https://blogdorafaelsreis.blogosfera.uol.com.br/2019/09/10/por-que-a-fifa-tem-mais-paises-filiados-que-a-onu/>. Acesso em: 11 mar. 2021.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS EM CAMPO: UM JOGO DE SOFT POWER ENTRE AS NAÇÕES. 2020. 1 vídeo (01h24min50secs). Publicada pelo canal Conexão Internacional – PUC MINAS. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/T0Exf1xgjHo?feature=share>. Acesso em: 12 fev. 2023.

RIBEIRO, J. L. P. Revisão De Investigação e Evidência Científica. Psicologia, Saúde & Doenças, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 671-682, 2014.

RODRIGUES, M. R. O poder institucional da FIFA como um ator não estatal na política internacional. Dissertação de Mestrado em Economia Política Internacional, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal, 2015, 106 f.

SADECKY, A. FIFA and the United Nations educating the most underprivileged through sport. UN Chronicle, 2023. Disponível em: <https://www.un.org/en/chronicle/article/fifa-and-united-nations-educating-most-underprivileged-through-sport>. Acesso em: 05 jan. 2023.

SAGE, G. H. Sport and the social sciences. The Annals of the American Academy of Political and Social Science, v. 445, n. 1, p. 1-14, 2016.

SCHUMACHER, A. A.; SALUM, G. C. Reconhecimento social e orientação de políticas para migrantes e refugiados. Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos, v. 5, n. 1, p. 17-36, 2017.

SEGURA TREJO, F.; ATTALI, M.; MAGEE, J. The experience of defeat: Applying Goffman to examine a football tournament for socially excluded homeless individuals. International Review for the Sociology of Sport, v. 52, n. 5, p. 615-630, 2017.

SHANNON, P. J. *et al.* Beyond stigma: Barriers to discussing mental health in refugee populations. Journal of Loss and Trauma, v. 20, n. 3, p. 281-296, 2015.

SHEFFIELD CITY COUNCIL, 2022. Disponível em: www.sheffield.gov.uk. Acesso em 18 fev. 2022.

SILVA, S. R.; NICÁCIO, L. G.; CAMPOS, P. A. F.; MELO, M. A. Levantamento da produção sobre o futebol nas Ciências Humanas e Sociais de 1980 a 2007. Belo Horizonte: Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional-UFMG, 2009.

SIMÕES, I. Clientes versus Rebeldes: novas culturas torcedoras do futebol moderno. Rio de Janeiro, 2017.

SOUZA, A. L. *et al.* Análisis del fútbol en Brasil como um fenómeno sociocultural. EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, año 16, nº 159, 2011.

SPAGGIARI, E.; GIGLIO, S. S. A produção das ciências humanas sobre futebol no Brasil: um panorama (1990-2009). Revista de História, n. 163, p. 293-350, 2010.

SPAAIJ, R. 2022. Disponível em: <http://ramonspaaij.com/biography>. Acesso em 07 fev. 2023

SPAALJ, R. Beyond the playing field: Experiences of sport, social capital and integration among Somalis in Australia. *Ethnic and Racial Studies*, 2012.

SPAALJ, R. Sport and Social Mobility: Crossing Boundaries. New York: Routledge, 2011.

SPAALJ, R.; BROERSE, J.; OXFORD, S.; LUGUETTI, C.; MCLACHLAN, F.; MCDONALD, B.; KLEPAC, B.; LYMBERY, L.; BISHARA, J.; PANKOWIAK, A. Sport, Refugees, and Forced Migration: A Critical Review of the Literature. *Front. Sports Act. Living* 1:47., 2019.

STANLEY-BECKER, I. Mesut Özil: World Cup players says he is ‘a German when we win’ but ‘an immigrant when we lose’, quits national team. *THE WASHINGTON POST*, 2018. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/morning-mix/wp/2018/07/23/quitting-national-team-world-cup-player-says-he-is-a-german-when-we-win-but-an-immigrant-when-we-lose/>. Acesso em: 13 ago. 2022.

STEIN, L. Como o futebol moldou a identidade cultural do brasileiro. *Trivela*, 2015. Disponível em: <https://trivela.com.br/brasil/como-o-futebol-moldou-a-identidade-cultural-do-brasileiro/>. Acesso em: 08 ago. 2023.

STOLEN, T. *et al.* Physiology of soccer: an update. *Sports Medicine*, Auckland, v. 35, n. 6, p. 501-536, 2005.

STONE, C. Football-a Shared Sense of Belonging?: Final Report on the Role of Football in the Lives of Refugees and Asylum Seekers. *Football Unites, Racism Divides (FURD)*, 2013.

SUPPO, H. R. O papel da dimensão cultural nos principais paradigmas das relações internacionais. In: SUPPO, H. R.; LESSA, M. L. (Org.). *A quarta dimensão das Relações Internacionais: as relações culturais*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

THOMAS, A. Soccer star Mo Salah’s massive popularity is changing perceptions of Muslims in the UK. The Muslim soccer star has millions of fans. But is that enough to combat Islamophobia? *VOX*, 2018. Disponível em: <https://www.vox.com/world/2018/6/15/17433822/mo-salah-liverpool-injury-egypt-2018-world-cup-muslim-islam>. Acesso em: 25 ago. 2021.

TRINDADE, L. Sucesso de atletas combate preconceito a grupos estigmatizados, diz pesquisadora. *Folha de São Paulo*, 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2022/07/sucesso-de-atletas-combate-preconceito-a-grupos-estigmatizados-diz-pesquisadora.shtml>. Acesso em: 08 ago. 2022.

UEFA & UNHCR. Cooperation Protocol between Union des Associations Europeennes de Football and The Office of the United Nations High Commissioner for Refugees. 2021.

UNHCR. 4 cidades que acolhem refugiados. UNHCR, 2021. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2021/10/26/4-cidades-que-acolhem-refugiados/>. Acesso em: 30 dez. 2021.

UNHCR. Alphonso Davies é nomeado Embaixador da Boa Vontade do ACNUR. UNHCR, 2021. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2021/03/24/alphonso-davies-e-nomeado-embaixador-da-boa-vontade-do-acnur/>. Acesso em: 26 mar. 2021.

UNHCR. Conheça os jogadores de futebol forçados a se deslocar. UNHCR, 01 dez. 2022. Instagram: @acnurbrasil. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CloYr4joFRI/?igshid=YmMyMTA2M2Y%3D>. Acesso em: 15 dez. 2022.

UNHCR. Copa dos Refugiados e Imigrantes 2022 será lançada em São Paulo. 2022. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2022/08/25/copa-dos-refugiados-e-imigrantes-2022-sera-lancada-em-sao-paulo/>. Acesso em: 09 ago. 2023.

UNHCR. El club de fútbol peruano Alianza Lima se une a ACNUR para promover la solidaridad con los refugiados. UNHCR, 2020. Disponível em: <https://www.acnur.org/noticias/press/2020/10/5f891bba4/el-club-de-futbol-peruano-alianza-lima-se-une-a-acnur-para-promover-la.html>. Acesso em: 10 mar. 2021.

UNHCR. Estatuto do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. 1950.

UNHCR. FC Barcelona and UNHCR kick off partnership with new football jersey in support of refugee children. UNHCR, 2022. Disponível em: <https://www.unhcr.org/news/press/2022/6/62a878db4/fc-barcelona-unhcr-kick-partnership-new-football-jersey-support-refugee.html>. Acesso em: 10 set. 2022.

UNHCR. Global Trends: forced displacement in 2021. 2022.

UNHCR. Le fonds de dotation du Paris Saint-Germain soutient Klubu pour venir en aide aux jeunes réfugiés grâce au sport, em collaboration avec le HCR. UNHCR, 2021. Disponível em: <https://www.unhcr.org/fr-fr/news/press/2021/5/60aec5204/le-fonds-de-dotation-du-paris-saint-germain-soutient-klabu-pour-venir-en.html>. Acesso em: 5 jun. 2021.

UNHCR. Refugiados. 2023. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/refugiados/#:~:text=S%C3%A3o%20pessoas%20que%20est%C3%A3o%20fora,di-reitos%20humanos%20e%20conflitos%20armados>. Acesso em: 20 jul. 2023.

UNHCR. Say hello to professor Salah! Vodafone Foundation-UNHCR Instant Network Schools Ambassador surprises students in Egypt. UNHCR, 2021. Disponível em: <https://www.unhcr.org/news/announc/2021/11/61964d864/say-hello-professor-salah-vodafone-foundation-unhcr-instant-network-schools.html>. Acesso em: 23 dez. 2021.

UNHCR. Sobre Eduardo Camavinga. UNHCR, 2022. Disponível em: <https://www.acnur.org/eduardo-camavinga.html>. Acesso em: 15 fev. 2023.

UNHCR. Sport for protection toolkit. Programming with Young People in Forced Displacement Settings. 2018.

UNITED GLASGOW FOOTBALL CLUB (UGFC), 2023. Disponível em: <https://www.unitedglasgowfc.org.uk/about>. Acesso em: 25 jul. 2023.

VASCONCELLOS, D. W. D. Desporto, poder e Relações Internacionais. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. 2011.

VASSENDEN, A.; LIE, T. Telling others how you live — refining Goffman's stigma theory through an analysis of housing strugglers in a homeowner nation. *Symbolic Interaction*, v. 36, n. 1, p. 78-98, 2013.

VICTORIA UNIVERSITY, 2022. Disponível em: <https://www.vu.edu.au/research/brent-mcdonald>. Acesso em 21 fev. 2023.

VOS, A.; DEMPSTER, H. Most refugees live in cities, not camps. Our response needs to shift. Center for Global Development, 2021. Disponível em: <https://www.cgdev.org/blog/most-refugees-live-cities-not-camps-our-response-needs-shift>. Acesso em: 01 jan. 2021.